



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



FERNANDA GABRIELLE FILIPHINA PAIXÃO DOS SANTOS

**GOVERNANÇA AMBIENTAL: DEMONSTRATIVO PARA
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE
ANANINDEUA/PA**

BELÉM

2019

FERNANDA GABRIELLE FILIPHINA PAIXÃO DOS SANTOS

**GOVERNANÇA AMBIENTAL: DEMONSTRATIVO PARA
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE
ANANINDEUA/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública. Linha de pesquisa: gestão pública municipal.

Orientadora: Profa. Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian

BELÉM

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S237g Santos, Fernanda Gabrielle Filiphina Paixão dos
Governança ambiental : demonstrativo para unidades de
conservação no município de Ananindeua/PA / Fernanda Gabrielle
Filiphina Paixão dos Santos. — 2019.
171 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão
Pública, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade
Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Transparência. 2. Accountability. 3. Governança. 4.
Contabilidade ambiental. 5. Ananindeua - Pará. I. Título.

CDD 352.17

FERNANDA GABRIELLE FILIPHINA PAIXÃO DOS SANTOS

**GOVERNANÇA AMBIENTAL: DEMONSTRATIVO PARA
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE
ANANINDEUA/PA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública, da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.
Linha de pesquisa: gestão pública municipal.

Banca Examinadora

Profª. Dra. Ligia Terezinha Lopes Simonian
NAEA/UFPA – Orientadora

Profª. Dra. Ponciana Freire de Aguiar
NAEA/UFPA – Membro interno

Profª. Dra. Monica de Nazaré Ferreira de Araújo
UFMA – Membro externo

Prof. Dr. Rodolpho Zahluth Bastos
NUMA/UFPA – Membro externo

BELÉM
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Santa Casa de Misericórdia do Pará, que permitiu a minha participação em eventos e aulas relacionados a este projeto. Agradeço também à estagiária Amanda, com quem compartilhei algumas angústias e que colaborou com a escolha do nome Demonstrativo Socioambiental de Unidades de Conservação (DSAUC).

Agradeço a UFPA e ao NAEA por acreditar e proporcionar ensino de alta qualidade no Pará, com estrutura intelectual e física igualitária para todos.

Agradeço à minha orientadora, professora Ligia Simonian, por me acolher no processo de construção da dissertação e por dividir o seu vasto conhecimento sobre a Amazônia, marxismo, políticas públicas, unidades de conservação, governança ambiental, fotografia e tantos assuntos constantes nesta dissertação. Me sinto honrada por ter sido orientada por uma mulher inteligente, forte e autêntica.

Agradeço as minhas amigas Tayla, Mayara e Rafaelle, que entenderam a importância deste mestrado para minha carreira e compreenderam o meu afastamento. Em especial a professora e amiga Leila Elias, por ser grande incentivadora da qualificação dos profissionais da Contabilidade.

Agradeço aos meus familiares, por compreender a minha ausência nos encontros de família e suas boas energias para finalizar o mestrado. Em especial os meus pais, Augusto e Ivanilde, que sempre incentivaram o meu aperfeiçoamento profissional e acadêmico. E o apoio dos meus irmãos, Felipe e Bruna, e de meus cunhados, Bia e Tales.

Agradeço ao meu companheiro e maior incentivador, Pedro, pela parceria, paciência e apoio a realização da dissertação. Obrigada por ser esta pessoa maravilhosa e compreensiva, sempre apoiando as minhas decisões.

RESUMO

A pesquisa buscou desenvolver um instrumento específico de apoio à participação da população nas decisões que afetam o bem-estar em unidades de conservação (UC), tendo como delimitadores as unidades de conservação municipais Parque Ambiental Antônio Danúbio e Museu Parque do Seringal, ambas localizadas em Ananindeua-Pará-Brasil. Os desdobramentos da pesquisa estão voltados para verificar a estrutura de governança existente nas unidades de conservação municipais de Ananindeua; desenvolver um protocolo com os requisitos necessários para evidenciar o patrimônio de UC; e testar a aplicabilidade do instrumento para as unidades de conservação municipais de Ananindeua. Com a abordagem qualitativa e o hibridismo decorrente da utilização dos métodos dialético e dedutivo, o trabalho reuniu um conjunto de técnicas de pesquisa e variadas fontes de evidências. As técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, de campo, produção e estudo de imagem, casos múltiplos e escala Likert. As fontes de evidência foram documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta e artefatos físicos. Como produtos da pesquisa, foram elaborados dois mapas cartográficos das UC; organização e execução de um curso de aperfeiçoamento para os servidores das UC e outros interessados; desenvolvimento de protocolo de avaliação da riqueza ambiental e social, considerando aspectos não econômico-financeiros; e desenvolvimento do Demonstrativo Socioambiental para Unidades de Conservação (DSAUC). Além disso, o DSAUC passou por análise técnica interdisciplinar para validação como instrumento. Dos validadores, 71,4% concordaram que o DSAUC pode ser um instrumento para medir a riqueza ambiental e social em UC. Dos respondentes, 85,7% confirmam a necessidade de existir um demonstrativo específico para informar questões ambientais e sociais em UC. Do universo pesquisado, 42,9% não estão satisfeitos com os demonstrativos contábeis tradicionais para informar questões ambientais e sociais. O DSAUC mostrou ser de fácil compreensão quanto à riqueza ambiental e social, correspondendo a 85,7% dos validadores. O instrumento também provou servir de estímulo para aumentar o número de visitantes nas UC, pois a partir dele, 100% dos validadores tiveram interesse em conhecer ou retornar ao Parque Ambiental Antônio Danúbio e ao Museu Parque do Seringal.

Palavras-chave: Transparência. Accountability. Governança. Contabilidade ambiental. Gestão pública. Gestão ambiental. Unidades de conservação. Ananindeua - Pará.

ABSTRACT

The research sought to develop a specific instrument to support the participation of the population in decisions that affect well-being in conservation units (UC), having as their ambit the municipal conservation units Parque Ambiental Antônio Danúbio and Museu Parque do Seringal, both located in Ananindeua-Pará-Brazil. The results of the research are aimed at verifying the governance structure existing in the municipal conservation units of Ananindeua; develop a protocol with the necessary requirements to highlight the UC's heritage; and test the applicability of the instrument to the municipal conservation units of Ananindeua. With the qualitative approach and the hybridism resulting from the use of dialectic and deductive methods, the work brought together a set of research techniques and varied sources of evidence. The techniques used were bibliographic, field research, image production and study, multiple cases and Likert scale. The sources of evidence were documents, records in archives, interviews, direct observation and physical artifacts. As research products, two cartographic maps of the two UC were elaborated; organization and execution of an improvement course for UC's employees and other interested parties; development of an assessment protocol for environmental and social wealth, considering non-economic-financial aspects; and development of the Social and Environmental Statement for Conservation Units (DSAUC). In addition, DSAUC underwent interdisciplinary technical analysis for validation as an instrument. Of the validators, 71.4% agreed that the DSAUC can be an instrument for measuring environmental and social wealth in UC. Of the respondents, 85.7% confirm the need for a specific statement to inform environmental and social issues in UC. Of the respondents, 42.9% are not satisfied with the traditional accounting statements to inform environmental and social issues. DSAUC proved to be easy to understand regarding environmental and social wealth, corresponding to 85.7% of the validators. The instrument also proved to be a stimulus to increase the number of visitors in the UC, since 100% of the validators were interested in visiting or returning to the Parque Ambiental Antônio Danúbio and/or the Museu Parque do Seringal.

Keywords: Transparency. Accountability. Governance. Environmental accounting. Public administration. Environmental management. Conservation units. Ananindeua - Pará.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - POSSÍVEIS EQUÍVOCOS NO USO DO MÉTODO DEDUTIVO.....	22
QUADRO 02 - PERFIL DE VALIDADORES.....	27
QUADRO 03 - INDICADORES DE MEDIÇÃO UNIDIMENSIONAL DOS RECURSOS QUE COMPÕEM A RIQUEZA EM CADA DIMENSÃO.....	30
QUADRO 04 - CRONOGRAMA DETALHADO.....	33
QUADRO 05 - CLASSIFICAÇÃO VERTICAL.....	39
QUADRO 06 - CLASSIFICAÇÃO HORIZONTAL.....	39
QUADRO 07 - PERSPECTIVAS DA TRANSPARÊNCIA.....	41
QUADRO 08 - CLASSIFICAÇÕES DE ÓRGÃOS.....	48
QUADRO 09 - MODELOS DA TEORIA TRIDIMENSIONAL DA CONTABILIDADE....	63
QUADRO 10 - REQUISITOS DAS INFORMAÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS PARA NBC T 15.....	67
QUADRO 11 - QUADRO DE SERVIDORES QUE ATUAM NAS UC.....	78
QUADRO 12 - CLASSIFICAÇÃO ORGANIZACIONAL DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	79
QUADRO 14 - PLANO PLURIANUAL 2018-2021.....	82
QUADRO 15 - GASTOS DETALHADOS DA SEMA ANANINDEUA – 2018.....	92
QUADRO 16 - GASTOS DETALHADOS DA SEMA ANANINDEUA – 2019.....	92
QUADRO 17 - PROGRAMAS E AÇÕES DO PPA 2018-2021.....	101
QUADRO 18 - PROPOSTA DE MODELO DE DEMONSTRATIVO SOCIOAMBIENTAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – DSAUC.....	126
QUADRO 19 - DSAUC PARQUE AMBIENTAL ANTÔNIO DANÚBIO LOURENÇO DA SILVA.....	127
QUADRO 20 - DSAUC MUSEU PARQUE DO SERINGAL.....	128
QUADRO 21 - RESUMO DAS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS.....	136

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - APRESENTAÇÃO GRÁFICA DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	45
FIGURA 02 - PLANTA DA ESTRADA DE FERRO BELÉM BRAGANÇA.....	69
FIGURA 03 - CURTUME MAGUARY.....	70
FIGURA 04 - ENTRADA COMUM PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.....	70
FIGURA 05 - PRÉDIO SEDE DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE ANANINDEUA.....	71
FIGURA 06 - PRÉDIO SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.....	71
FIGURA 07 - MAPA BÁSICO DA ÁREA URBANA DE ANANINDEUA.....	72
FIGURA 08 - ORGANOGRAMA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA..	74
FIGURA 09 - QUANTITATIVO DE FUNCIONÁRIOS POR VÍNCULO.....	77
FIGURA 10 - PÁGINA INICIAL DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA PREFEITURA DE ANANINDEUA.....	81
FIGURA 11 - ENTRADA DO PARQUE AMBIENTAL ANTÔNIO DANÚBIO EM 2015.	84
FIGURA 12 - ENTRADA DO PARQUE AMBIENTAL ANTÔNIO DANÚBIO EM MAIO/2018.....	84
FIGURA 13 - ENTRADA DO PARQUE AMBIENTAL ANTÔNIO DANÚBIO EM JUNHO/2019.....	85
FIGURA 14 - MURO VANDALIZADO NO PARQUE AMBIENTAL ANTÔNIO DANÚBIO.....	86
FIGURA 15 - BLOQUEIO DO MURO VANDALIZADO NO PARQUE AMBIENTAL ANTÔNIO DANÚBIO.....	86
FIGURA 16 - MAPA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE AMBIENTAL ANTÔNIO DANÚBIO.....	88
FIGURA 17 - MIX DE FOTOS DA FLORA EXISTENTE NO PARQUE – 01.....	89
FIGURA 18 - MIX DE FOTOS DA FLORA EXISTENTE NO PARQUE – 02.....	89
FIGURA 19 - MIX DE FOTOS DO VIVEIRO DE PLANTAS.....	90
FIGURA 20 - MIX DE FOTOS DO BOSQUE DO ANANI.....	90
FIGURA 21 - ÁRVORE CAÍDA NA TRILHA DA MÃE D'ÁGUA, PRÓXIMO AO LAGO – PARTE DO TRONCO DA ÁRVORE NA RAIZ.....	91

FIGURA 22 - ÁRVORE CAÍDA NA TRILHA DA MATA FECHADA, PRÓXIMO AO LAGO – PARTE DO TRONCO DA ÁRVORE NO CHÃO.....	91
FIGURA 23 - QUATI SE ALIMENTANDO NO MEIO DA TRILHA.....	94
FIGURA 24 - SERVIDORA DA UC DANDO PÃO PARA “CHAMAR” JACARÉ TINGA E OS JABUTIS DO LAGO.....	94
FIGURA 25 - LAGO PARQUE AMBIENTAL ANTÔNIO DANÚBIO EM SETEMBRO/2018.....	95
FIGURA 26 - LAGO DO PARQUE AMBIENTAL ANTÔNIO DANÚBIO EM 2013.....	95
FIGURA 27 - MIX DE FOTOS DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS PARA A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ANTÔNIO BEZERRA FALCÃO.....	97
FIGURA 28 - ATIVIDADES LÚDICAS PARA IDOSOS.....	98
FIGURA 29 - WOKSHOP PARA ARQUEIROS, NA ÁREA CENTRAL DO PARQUE.....	98
FIGURA 30 - CURSO DE OPERAÇÕES AMBIENTAIS (COAM), NA ÁREA CENTRAL DO PARQUE.....	98
FIGURA 31 - ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL COM OS ROMEIROS DO CÍRIO.....	99
FIGURA 32 - ENTRADA DO MUSEU PARQUE DO SERINGAL, EM 2013.....	102
FIGURA 33 - ENTRADA DO MUSEU PARQUE DO SERINGAL, EM NOVEMBRO/2019.	102
FIGURA 34 - MAPA DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO MUSEU PARQUE DO SERINGAL.....	104
FIGURA 35- COLMÉIA DE TEATRO E SEDE ADMINISTRATIVA DO MUSEU PARQUE DO SERINGAL.....	105
FIGURA 36 - VISÃO DO MUSEU PARQUE DO SERINGAL A PARTIR DA COLMÉIA DE TEATRO.....	106
FIGURA 37 - ENTULHO DO LADO DE FORA DO MUSEU PARQUE DO SERINGAL	107
FIGURA 38 - ENTULHO DO LADO DE FORA DO MUSEU PARQUE DO SERINGAL	108
FIGURA 39 - ENTULHO DENTRO DO MUSEU PARQUE DO SERINGAL.....	108
FIGURA 40 - ZOOM DA FIGURA 39, COM ÊNFASE AO VASO SANITÁRIO PRÓXIMO À ÁRVORE DENTRO DO MUSEU PARQUE DO SERINGAL.....	108
FIGURA 41 - SERINGUEIRAS DO MUSEU PARQUE DO SERINGAL.....	109
FIGURA 42 - COLETORES DE LIXO DO MUSEU PARQUE DO SERINGAL.....	110

FIGURA 43 - ATIVIDADES EDUCATIVAS PARA ADULTOS – BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUSEU PARQUE DO SERINGAL.....	110
FIGURA 44 - ATIVIDADES EDUCATIVAS PARA CRIANÇAS SOBRE SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUSEU PARQUE DO SERINGAL.....	110
FIGURA 45 - ATIVIDADES RECREATIVAS NA COLÔNIA DE FÉRIAS NO ESPAÇO COLMÉIA, JULHO/2019.....	111
FIGURA 46 - ATIVIDADES FÍSICAS PARA TERCEIRA IDADE AO AR LIVRE, AGOSTO/2019.....	112
FIGURA 47 - ATIVIDADES EDUCATIVAS COM CRIANÇAS DO ESCOLA GELMIRES, SETEMBRO/2019.....	112
FIGURA 48 - MEMORIAL DO SERINGAL NO MUSEU PARQUE DO SERINGAL, EM 2013.....	113
FIGURA 49 - MEMORIAL DO SERINGAL NO MUSEU PARQUE DO SERINGAL, EM 2018.....	113
FIGURA 50 - RESTAURANTE MUSEU DO SERINGAL, EM 2013.....	114
FIGURA 51 - RESTAURANTE MUSEU PARQUE DO SERINGAL, EM 2019.....	114
FIGURA 52 - QUIOSQUE “LANCHONETE” DO MUSEU PARQUE DO SERINGAL...	115
FIGURA 53 - QUIOSQUE “SORVETERIA” DO MUSEU PARQUE DO SERINGAL.....	115
FIGURA 54 - CERCADO VANDALIZADO E PINTURA DESGASTADA.....	116
FIGURA 55 - CERCADO VANDALIZADO.....	116

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - RESPOSTA QUANTO À FAMILIARIDADE COM O CONCEITO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	130
GRÁFICO 02 - RESPOSTA QUANTO AO CONHECIMENTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS DE ANANINDEUA.....	130
GRÁFICO 03 - RESPOSTA SOBRE A FAMILIARIDADE COM DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.....	131
GRÁFICO 04 - RESPOSTA SOBRE SE SABE UTILIZAR OU INTERPRETAR DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.....	131
GRÁFICO 05 - RESPOSTA SOBRE ESTAR SATISFEITO COM OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS PARA INFORMAR QUESTÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS	133
GRÁFICO 06 - RESPOSTA SOBRE A NECESSIDADE DE UM DEMONSTRATIVO ESPECÍFICO PARA INFORMAR QUESTÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS EM UC.....	133
GRÁFICO 07 - RESPOSTA SOBRE A VALIDADE DO DSAUC PARA MEDIR AS RIQUEZAS AMBIENTAIS E SOCIAIS.....	134
GRÁFICO 08 - RESPOSTA SOBRE A FACILIDADE DAS INFORMAÇÕES NO DSAUC	134
GRÁFICO 09 - RESPOSTA SOBRE TER INTERESSE EM CONHECER A UC – PARQUE AMBIENTAL ANTÔNIO DANÚBIO EM DECORRÊNCIA DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO DSAUC.....	135
GRÁFICO 10 - RESPOSTA SOBRE TER INTERESSE EM CONHECER A UC – MUSEU PARQUE DO SERINGAL EM DECORRÊNCIA DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO DSAUC.....	135

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Justificativa e problematização.....	16
1.2 Objetivo.....	19
1.3 Hipótese.....	20
1.4 Procedimentos metodológicos.....	20
1.4.1 Abordagem da pesquisa: qualitativa.....	20
1.4.2 Método da pesquisa: dialético e dedutivo.....	21
1.4.3 Técnicas de pesquisa: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, produção e estudo de imagem e estudo de casos múltiplos.....	23
1.4.4 Fontes de evidências.....	25
1.4.5 Escala Likert.....	28
1.4.6 Fórmulas.....	29
1.4.7 Cronograma.....	32
2 REFERENCIAL TEÓRICO: GOVERNANÇA PÚBLICA, SUSTENTABILIDADE E CONTABILIDADE.....	35
2.1 Governança pública.....	35
2.1.1 Transparência.....	37
2.1.2 Accountability.....	42
2.1.3 Estrutura organizacional.....	44
2.1.4 Governança pública no Brasil.....	49
2.2 Sustentabilidade.....	51
2.2.1 Governança ambiental para sustentabilidade.....	52
2.2.2 Unidades de conservação.....	56
2.3 Contabilidade.....	60
2.3.1 Teoria geral da Contabilidade – TGC.....	61
2.3.2 Teoria tridimensional da Contabilidade – T3C.....	63
2.3.3 Contabilidade pública brasileira.....	65
2.3.4 Balanço Social X DSAUC.....	67
3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA DE ANANINDEUA.....	68
3.1 Histórico do município.....	68
3.2 Prefeitura Municipal de Ananindeua.....	73
3.3 Secretaria Municipal de Meio Ambiente.....	75
3.3.1 Estrutura intelectual.....	76

3.3.2 Estrutura física.....	79
3.3.3 Estrutura virtual.....	80
3.4 Unidades de conservação em Ananindeua.....	83
3.4.1 Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva.....	83
3.4.2 Museu Parque do Seringal.....	101
4 PROTOCOLO.....	118
4.1 Elementos do protocolo.....	119
4.2 Avaliação <i>Likert</i> do Parque Ambiental Antônio Danúbio.....	120
4.3 Avaliação <i>Likert</i> do Museu Parque do Seringal.....	122
5 DEMONSTRATIVO SOCIOAMBIENTAL PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	125
5.1 Elementos do DSAUC.....	125
5.2 Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva.....	127
5.3 Museu Parque do Seringal.....	128
5.4 Validação do DSAUC.....	129
5.4.1 Resultados do questionário.....	129
6 CONCLUSÕES E PRODUTOS DA DISSERTAÇÃO.....	137
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICE I – Modelo básico do protocolo DSAUC.....	155
II - Revisão de literatura.....	155
III – Objetivo.....	155
IV – Recursos físicos e materiais.....	155
V – Fluxograma.....	155
VI – A atividades.....	155
VII – Indicadores.....	155
VIII– Notas explicativas.....	156
APÊNDICE II – Protocolo DSAUC: Parque Antônio Danúbio Lourenço da Silva.....	157
II - Revisão de literatura.....	157
III – Objetivo.....	159
IV – Recursos físicos e materiais.....	159
V – Fluxograma.....	159
VI – Atividades.....	160
VII – Indicadores.....	160
VIII– Notas explicativas.....	161

APÊNDICE III – Protocolo do DSAUC: Museu Parque do Seringal.....	163
II – Revisão de literatura.....	164
III – Objetivo(s).....	164
IV – Recursos físicos e materiais:.....	165
V – Fluxograma:.....	165
VI – Atividades:.....	165
VII – Indicadores:.....	166
VIII – Notas explicativas:.....	166
APÊNDICE IV – Perguntas Realizadas.....	168
APÊNDICE V – Questionário de Validação do DSAUC.....	171

1 INTRODUÇÃO

As políticas ambientais na Amazônia são habitualmente definidas fora da região, seja por agências internacionais, como a organização das nações Unidas (ONU), ou pelo governo federal, como os ‘grandes projetos’ e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Muitas vezes, até mesmo aqueles propostos por governos estaduais são elaborados fora da região; exemplo nesta direção é o Programa Pará 2030, desenvolvido pela empresa multinacional de consultoria McKinsey, que no Brasil é sediada em São Paulo.

Não se trata das justificativas sobre a situação periférica do local, mas como mudar esta condição à partir de espaços alcançados pelo cidadão. As ideias de “espaço” e “lugar” são diferentes e não podem ser definidas uma sem a outra, pois enquanto o espaço é algo que permite liberdade, o lugar é a segurança (TUAN, 2015). A proposta deste projeto é apresentar um instrumento contábil que evidencie o patrimônio social e ambiental em unidades de conservação (UC) onde seja possível demonstrar espaços livres para uso da sociedade e ao mesmo tempo seguros para ela.

Uma das novas concepções estabelecidas para gestão pública é a governança, que reforça o papel da sociedade no processo decisório dos gestores públicos em suas ações, onde as decisões unilaterais do Estado não são mais válidas, viabilizando o aperfeiçoamento das ferramentas de democracia. Porém, na prática, o processo participativo encontra alguns entraves, como a cooptação de lideranças (SIMONIAN; BAPTISTA, 2015). Assim, facilitar a compreensão das informações públicas também é uma maneira de aperfeiçoar a democracia, pois visa permitir o entendimento individual das ações públicas.

A área que atua no registro da informação governamental é a contabilidade pública. No Brasil, os formatos de divulgação de informações contábeis nem sempre são de fácil compreensão para quem não conhece as especificidades da gestão pública. A Lei de Acesso a Informação, sancionada em 2012, exige a divulgação das informações da contabilidade, mas não estabelece novos instrumentos contábeis. Apenas replica demonstrações definidas na Lei nº 4.320/1964, que dispõe sobre normas gerais do direito financeiro para elaboração e controles dos orçamentos e balanços dos entes federativos.

Portanto, esta dissertação propõem um instrumento com base nas Ciências Contábeis, direcionado para unidades de conservação com gestão pública, visando atender questões concernentes à governança pública e ao desenvolvimento sustentável da região amazônica. Os *loci* da pesquisa foram as unidades de conservação municipais de Ananindeua: Parque Ambiental Antônio Danúbio e Museu Parque do Seringal. Para alcançar o objetivo da

pesquisa, foi necessário adotar métodos de pesquisa distintos, tratando-os de maneira interdisciplinar.

A base matemática para elaboração do instrumento contábil foi o método dedutível de premissas, mas as questões sociais e ambientais que compoem as informações evidenciadas no demonstrativo se basearão na dialética Marxista. As técnicas utilizadas foram pesquisa bibliográfica, produção e estudo de imagens, pesquisa de campo e estudo de casos.

1.1 Justificativa e problematização

A efetivação de políticas públicas nos municípios da Amazônia é uma ação desafiadora, principalmente quando se tratam de políticas ambientais, visto o intenso discurso internacional de preservação da Amazônia de forma intocável. Países como Estados Unidos da América (EUA), Inglaterra e França, estão ‘chutando a escada’ pela qual subiram ao topo do desenvolvimento econômico, para longe do alcance dos países em desenvolvimento (CHANG, 2004). Nos termos de Mazzucato (2015), os EUA – apontado como representativo dos benefícios do mercado livre –, possui um dos governos mais intervencionistas no que diz respeito à inovação tecnológica e mercado.

A trajetória da região é formada por diversos programas e projetos planejados fora do contexto local e desconsiderando os povos tradicionais, visando suprir necessidades nacionais ou internacionais. O Plano de Integração Nacional (Ditadura militar) e Programa Brasil em Ação (governo do FHC) são exemplos que programas exógenos a Amazônia, Segundo Oliveira e Carvalho (2013), estes programas propunham a Amazônia como a matriz energética do país e projetos de integração e a ocupação da região, com o intuito de consolidar a segurança das fronteiras brasileiras.

Exemplos a respeito são o domínio e centralização do poder em grupos pequenos de elite; o não empoderamento do cidadão sobre os assuntos que o atingem; mídia tendenciosa; baixo nível de desenvolvimento socioeconômico; comando do capital estrangeiro etc. As principais consequências deste rol de dificuldades são o não reconhecimento da heterogeneidade existente entre os municípios e estados brasileiros (SPINK; BURGOS; TEIXEIRA, 2018) e a incapacidade dos governos em lidar com crises múltiplas (CASTELLS, 2018), incluindo aquelas que historicamente afetaram o desenvolvimento da Amazônia brasileira.

Com as transformações que estão ocorrendo no mundo das estruturas sociais, econômicas e culturais, as relações entre indivíduos e Estado estão mudando intensamente. A maneira como os sujeitos se relacionam entre si e com o meio no qual convivem pode permitir

a ruptura da condição histórica da Amazônia. Sobretudo, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que deu aos municípios brasileiros autonomia administrativa, levando-os à condição de Unidades Federadas, e aos cidadãos, acesso a direitos individuais e coletivos, permitindo a aproximação do cidadão ao Estado e estabelecendo o papel estatal de interventor nas decisões sobre o bem comum.

A autonomia dos municípios brasileiros possui cinco características: auto organizatória, decorrente da elaboração de Lei Orgânica Municipal; política, referente ao poder dos municípios de eleger seus governantes; financeira, que é a capacidade de criar tributos locais; legislativa, que se refere à elaboração do sistema normativo local; administrativa, que denota a organização e funcionalidade das atividades administrativas locais (CORRALO, 2015). Esta autonomia garante a integração e a descentralização entre os entes federados, sendo prerrogativas importantes para institucionalizar a participação dos cidadãos e aproximá-los das decisões relativas às ações públicas municipais.

A incorporação do papel do cidadão como ator no processo de decisão quebra os modelos tradicionais de administração pública, que não atendem mais ao dinamismo das sociedades, mesmo as consideradas em desenvolvimento. A administração pública está sendo estimulada a revisar os modelos tradicionalmente empregados, redesenhando a lógica do setor público para condução da governança (VIDAL, 2017). Estados autoritários e o arbítrio institucional estão perdendo espaço gradualmente para o modelo político de representação e governança (democracia liberal) que se consolida ainda com dificuldade (CASTELLS, 2018). A atuação da sociedade no processo decisório e a pluralidade de envolvidos na administração pública proporcionam a governança [ver item 2.1].

Outro componente para concretização de políticas municipais, também previsto na Constituição, é o direito ao bem-estar dos habitantes locais, pois espaços rurais e urbanos são ocupados por comunidades que interagem com o meio. Ações públicas voltadas unicamente à preservação da natureza não são apropriadas para Amazônia, pois o meio é habitado por indivíduos que utilizam os recursos naturais para sobreviver (LOUREIRO, 2011; SIMONIAN, 2007). Antes, a visão existente sobre desenvolvimento referia-se apenas ao crescimento econômico (ENRÍQUEZ, 2007). Agora, a definição foi ampliada, surgindo novas tendências às ações públicas, como a sustentabilidade, governança democrática e participação social etc. (CKAGNAZAROFF et al., 2008), características do tripé de sustentabilidade¹.

¹ Também chamado de “triple bottom line” que corresponde aos resultados de uma organização medidos em

Políticas ambientais devem se valer da noção de sustentabilidade para potencialização do processo produtivo, melhoria na qualidade de vida da população e cuidado com o meio ambiente. “O potencial ambiental de uma região não está determinado tão somente por sua estrutura ecossistêmica, mas pelos processos produtivos que nela desenvolvem diferentes formações socioeconômicas” (LEFF, 2007, p. 80). Nos termos de Marcovitch (2011), sustentabilidade é indissociável do crescimento econômico e corresponde à evolução nos padrões de bem-estar coletivo.

Pela agenda do desenvolvimento sustentável é necessário garantir exploração sustentada dos recursos, eficiência econômica e equidade social (SIMONIAN; BAPTISTA, 2015; SIMONIAN, 2007). Portanto, a exploração dos recursos naturais tem que promover, além de ganhos econômicos, o desenvolvimento social para os habitantes locais.

Um dos principais elementos estratégicos adotados no Brasil para conservação da natureza é o modelo de Unidades de Conservação – UC (SIMONIAN; BAPTISTA, 2015), seja para meio urbano ou rural. Unidade de Conservação refere-se ao espaço e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, legalmente instituída pelo Poder Público, com objetivo de preservar os limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2004). As UC podem representar soluções para as cidades da Amazônia.

Entretanto, para que isto ocorra é relevante confirmar sua efetividade no desenvolvimento socioeconômico e no cuidado com fauna e flora. Este destaque é necessário em virtude das características históricas da Amazônia, que possui uma densa narrativa de degradação florestal, conflitos fundiários, trabalho escravo e impunidade (SIMONIAN; BAPTISTA, 2015; SIMONIAN, 2007). Além disso, a compreensão do desenvolvimento para região como tarefa apenas do grande capital precisa ser superada, devendo o governo apoiar pequenos e médios negócios locais (LOUREIRO, 2011). Esta é a importância de se analisar as UC para as cidades da Amazônia e como podem estimular a inclusão dos indivíduos nas decisões que os atingem.

Desta maneira, a problemática da pesquisa é voltada para o questionamento: existe instrumento contábil específico que estimule a participação da sociedade nas decisões do poder público sobre as UC? Como proposta, o estudo pretende indicar um instrumento específico para Unidades de Conservação (UC), que possibilite a participação da população nas decisões que afetam o bem-estar comum e ambiental. Os pontos de observação foram as

UC municipais Parque Ambiental Antônio Danúbio e Museu Parque do Seringal, localizadas em Ananindeua, estado do Pará.

O município de Ananindeua tem 525.566 habitantes, estimativa do IBGE em 2018, e faz parte a Região Metropolitana de Belém – RMB². É classificado pela população local como cidade-dormitório (FREITAS; ALMEIDA; PEREIRA, 2014; FURTADO, 2013) em decorrência de proximidade da capital, que possui desenvolvimento econômico maior. A maioria dos moradores trabalha, estuda e busca lazer fora de Ananindeua, mesmo que a cidade tenha apresentado considerável desenvolvimento econômico nos últimos anos (FREITAS; ALMEIDA; PEREIRA, 2014). Outras características relevantes são o baixo percentual de vias públicas arborizadas³, com 10,5%, e índice de desenvolvimento humano de 0,718⁴ (IBGE, 2017); conforme Trata Brasil (2018), nota 1,14⁵ no ranking de saneamento.

As UC estudadas são as únicas municipais localizadas na Região Metropolitana de Belém, sendo que a gestão de UC no Pará é predominantemente de domínio Federal e Estadual. Segundo o cadastro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, gerido pelo Ministério do Meio Ambiente (2019) o estado possui o total de 87 UC, sendo 54 Federais, 25 estaduais e oito municipais⁶.

O Parque Ambiental Antônio Danúbio⁷ e o Museu Parque Seringal foram criados, respectivamente, em 2010 e 2012, após a implementação do Plano Diretor do Município⁸. Com objetivo estruturar os meios urbano e rural com desenvolvimento econômico sustentável integrado ao meio ambiente, compatível com as peculiaridades e necessidades da região e dos seus habitantes (PREFEITURA DE ANANINDEUA, 2006), em busca do desenvolvimento econômico sustentável. O Plano Diretor da cidade está atualmente em fase de revisão.

1.2 Objetivo

Para se compreender a problemática da pesquisa foi proposto como objetivo desenvolver um instrumento contábil de suporte para melhorar as decisões do poder público referentes às unidades de conservação e estimular a participação da sociedade nestas decisões.

² Composta pelos municípios: Belém (capital do Pará), Ananindeua, Marituba, Santa Izabel do Pará, Santa Bárbara do Pará e Benevides, conforme Lei complementar estadual nº 027, de 19 de outubro de 1995, alterada pela Lei complementar estadual nº 072, de 20 de abril de 2010.

³ Dos 5.570 municípios brasileiros, Ananindeua está na 5388ª posição.

⁴ Ocupa a 1362ª posição nacional.

⁵ Maior nota é 9,69 de Franca/SP.

⁶ Municípios de Ananindeua, com duas UC; Santarém, com três; Canaã dos Carajás, Juruti e Castanhal com um a em cada.

⁷ O nome oficial completo é Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva, porém a prefeitura e população denomina de Parque Ambiental Antônio Danúbio.

⁸ Lei Municipal nº 2.237, de 06 de outubro de 2006, que está em vigência na data 19/08/2018.

Para o alcance deste objetivo de modo claro e detalhado, os desdobramentos inerentes da pesquisa foram para verificar a estrutura de governança existente nas unidades de conservação municipais de Ananindeua; desenvolver um protocolo demonstrando os requisitos necessários para evidenciar o patrimônio de Unidades de Conservação; elaborar um demonstrativo para as unidades de conservação municipais de Ananindeua e testar sua viabilidade em retratar o patrimônio ambiental.

1.3 Hipótese

Os atuais demonstrativos contábeis do setor público não são claros e acessíveis aos usuários, restringindo a participação da sociedade nas tomadas de decisão ambientais, pois retratam dados apenas econômico-financeiros e negligenciam as peculiaridades das informações ambientais e sociais do patrimônio público em Unidades de Conservação (*loci* da pesquisa). Desta maneira, conforme apresentado na pesquisa, o Demonstrativo Socioambiental de Unidades de Conservação (DSAUC) é um instrumento contábil que facilitará a compreensão dos interessados nas UC, como os gestores públicos, membros dos conselhos gestores/ consultivos e o cidadão.

1.4 Procedimentos metodológicos

Para alcançar o objetivo proposto, a pesquisa foi desenvolvida a partir do conjunto de atividades sistemáticas e racionais que o pesquisador deve utilizar para alcançar o objetivo de produzir conhecimento válido e verdadeiro, traçando o caminho a ser seguido (MARCONI; LAKATOS, 2017). A abordagem teórica da metodologia relaciona a pesquisa proposta às visões dos metodólogos Robert Yin, John Creswell, Eva Maria Lakatos e Violeta Loureiro. O subcapítulo foi dividido em sete seções: abordagem da pesquisa, método da pesquisa, técnicas de pesquisa, fontes de evidências, escala Likert, fórmulas utilizadas e cronograma.

1.4.1 Abordagem da pesquisa: qualitativa

Esta pesquisa teve caráter qualitativo, que segundo Creswell (2014) utiliza estruturas teóricas e técnicas de pesquisa para o estudo dos problemas sociais ou humanos, individuais ou de grupos. Assim, ao analisar a influência das demonstrações contábeis para a participação social nas decisões públicas, referente ao patrimônio ambiental, buscou-se discutir um problema social, que é a falta de compreensão da sociedade e do Estado sobre as informações existentes em UC, requisitos para a transparência e accountability.

Para Yin (2016) cinco características definem a pesquisa qualitativa: (i) o estudo das

condições da vida real; (ii) a representação das opiniões e perspectivas dos participantes do estudo; (iii) abrangência das condições contextuais em que os participantes vivem; (iv) as contribuições para explicar o comportamento social humano; e (v) o esforço para usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte. Estas características são contempladas na pesquisa, pois o estudo observou as condições reais e contextuais das unidades de conservação examinadas, buscando auxiliar a participação da sociedade e a responsabilização dos gestores, baseando-se em diversas fontes de evidências [ver item 1.4.4].

1.4.2 Método da pesquisa: dialético e dedutivo

A pesquisa baseou-se no método dialético, porém, a construção do Demonstrativo Socioambiental de Unidade de Conservação (DSAUC) foi a partir do método dedutivo de premissas. Marconi e Lakatos (2017) esclarecem que para a Dialética as coisas não devem ser analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em movimento, pois nenhuma coisa está acabada, encontrando-se sempre em vias de se transformar, desenvolver, ou seja, sendo o fim de um processo sempre o início de outro.

Para Loureiro (2018) o método Dialético aponta a existência de três momentos: a tese, refere-se à formulação inicial (o ser é); a antítese, que é a negação da formulação inicial (o ser não é); e a síntese, quando ocorre a conciliação dos contrários, superando os dois momentos, mas conservando elementos das proposições opostas (o ser é o que é, isto é, o vir a ser). Na pesquisa, será exposta a base teórica ideal (tese), as práticas realizadas nas unidades de conservação da Amazônia, especificamente as de Ananindeua (antítese), e por fim, como os aspectos teóricos e práticos podem ser ponderados para realidade local, visando melhorar os elementos de transparência e accountability com relação ao patrimônio ambiental.

Loureiro (2018) estabelece ainda os elementos essenciais desta lógica: (i) o princípio da mudança permanente, pois a pesquisa não pretende propor um pensamento estático, mas introduzir um instrumento que permita maior dinâmica para sociedade; (ii) a mudança provoca a criação de algo novo. Nesta pesquisa, representada pela proposição de um novo instrumento contábil; (iii) não existe uma verdade definitiva; (iv) a inserção de fatos em seu contexto histórico, requisito fundamental para compreender o objeto de estudo; e (v) a contradição e o antagonismo entre elementos da realidade, refere-se à essência da pesquisa, pois pretende-se estabelecer o confronto do ideal para a realidade local.

A lógica dialética de Marx é, em princípio, antagônica ao pensamento contábil. Pois, a evolução da Contabilidade de técnica para ciência relaciona-se com a própria evolução do capitalismo (SÁ, 2010). Segundo Yammamoto, Paccez e Malacrida (2016), o

desenvolvimento industrial e econômico na Revolução Industrial exigiu informações gerenciais, com a finalidade de servir de apoio à tomada de decisão nas empresas. Com o surgimento de novos conceitos, como o de sustentabilidade, a Contabilidade tende a evoluir, incorporando às informações contábeis questões relacionadas ao meio ambiente e a sociedade, a exemplo do Balanço Social⁹.

Por este motivo, entende-se que a construção do instrumento contábil proposto passa por outros métodos de pesquisa. Desta maneira para a elaboração do DSAUC foi utilizado o método dedutivo. Marconi e Lakatos (2017) estabelecem que o método dedutivo tem o propósito de explicar o conteúdo a partir de premissas, que podem ser classificadas como verdadeiras ou falsas. Nesta pesquisa, entende-se que os demonstrativos contábeis obrigatórios do setor público não são suficientes para a compreensão das mudanças patrimoniais ocorridas em UC, pois não incluem questões ambientais e sociais.

O DSAUC foi baseado em argumentos de matemática e das ciências sociais aplicadas, utilizando como premissa para sua construção a teoria Tridimensional da Contabilidade (T3C). Além disso, questões necessárias para utilizar o método dedutivo foram cumpridas, pois, além de já existir uma teoria para apoiar o DSAUC, o raciocínio empregado foi que se parte do geral para o particular. Loureiro (2018) destaca os cuidados que pesquisador deve ter ao empregar o raciocínio dedutivo, para evitar equívocos:

Quadro 1 - Possíveis equívocos no uso do método dedutivo

a. O pesquisador pode não concordar integralmente com todas as posições teóricas do autor que adotou como apoio à sua investigação, mas quer segui-lo fielmente pensando que assim não estará desvirtuando a teoria, quando na verdade esta postura vai induzi-lo ao erro, uma vez que só devemos adotar em nossa pesquisa os pontos teóricos com os quais concordamos; por isso ele é mais empregado nas matemáticas e na física;
b. O pesquisador não pode simplesmente transplantar uma situação estudada pelo autor para o seu caso; o autor formulou sua teoria dentro de determinado contexto; é indispensável adaptar a teoria à situação ou contexto no qual o problema que o pesquisador estuda se insere, no qual, certamente, não será idêntico àquele em que o autor formulou a teoria;
c. O raciocínio dedutivo é demonstrativo (o pesquisador deduz seu caso de uma teoria existente, como se os dois casos fossem idênticos, isto é, o seu e o da teoria em que se baseia); a dedução é uma forma demonstrativa de algo; o pesquisador deve se valer da teoria para orientá-lo, inspirá-lo na análise do fato estudado.

Fonte: Elaborado a partir de Loureiro, 2018, p. 234.

Desta maneira, o uso do método dedutivo na elaboração do DSAUC é necessário para a formulação adequada do demonstrativo, segundo as premissas teóricas da T3C e as bases legais brasileiras para qualificação e quantificação do patrimônio público. No entanto, por considerar questões sociais e ambientais, o demonstrativo não deve ser restrito ao método dedutivo, correndo o risco de negligenciar pontos específicos de unidades de conservação da

⁹ É um demonstrativo contábil, não obrigatório no Brasil, que divulga informações da gestão econômico-social de uma entidade privada.

Amazônia. Assim, o uso da dialética é importante para demonstrar a Amazônia em movimento, possibilitando encontrar vias endógenas para se transformar, se desenvolver, e ao fim estabelecer um novo começo.

1.4.3 Técnicas de pesquisa: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, produção e estudo de imagem e estudo de casos múltiplos.

A primeira técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica. Segundo Marconi e Lakatos (2017) a pesquisa bibliográfica é um tipo de produção científica baseada em produções já existentes, cujo primeiro foco dos pesquisadores são os artigos científicos. As temáticas pesquisadas foram: governança pública, unidades de conservação, sustentabilidade e contabilidade públicas.

Foi aplicado também a pesquisa de campo exploratória, cujo objetivo consistiu na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem, coletando dados a partir de controles adequados e com objetivos preestabelecidos (MARCONI; LAKATOS, 2017). Marconi e Lakatos (2017) definem as fases da pesquisa de campo como:

a. Realização de uma pesquisa bibliográfica para compreender o estado em que se encontra o problema a ser pesquisado, os trabalhos que já foram realizados e quais as opiniões predominantes sobre o assunto. Trata-se do estabelecimento de um modelo teórico inicial de referência e apoio ao plano geral da pesquisa. O caráter bibliográfico da pesquisa já foi mencionado anteriormente.

b. Técnicas para coleta de dados e determinação de amostra. Este ponto deve ser representativo e suficiente para apoiar as conclusões da pesquisa. A coleta de dados ocorreu por meio de consulta a documentos e a registros em arquivos, entrevistas, observações diretas e produção de artefatos físicos [ver item 1.4.4].

c. Técnicas para o registro de dados e análise após a coleta de dados. O registro dos dados coletados na pesquisa de campo foram fotos, registro de pontos em aparelho GPS (*Global Positioning System*), diário de campo e os resultados da validação do DSAUC.

O caráter exploratório da pesquisa de campo atende a tripla finalidade exposta por Marconi e Lakatos (2017): desenvolver uma hipótese; aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno; modificar e clarificar conceitos. A hipótese levantada é que os atuais demonstrativos contábeis do setor público não evidenciam questões ambientais e sociais de forma clara e objetiva para a sociedade, dificultado aspectos de transparência e accountability. Para basear a pesquisa utilizou-se como objeto de estudo as unidades de conservação municipais (UCM) de Ananindeua, já citadas.

A outra técnica utilizada foi a produção e o estudo de imagem. Esta pesquisa buscou compreender e agregar valor ao patrimônio ambiental a partir do registro visual, foi possível demonstrar as unidades de conservação, por meio do instrumento fotografia. Simonian (2007b) menciona como as contribuições da documentação fotográfica são fundamentais, como documento ou imagens, já que possibilitam múltiplas análises. Não houve técnica especializada para os registros fotográficos, mas uma experiência pessoal e amadora da pesquisadora em expor as estruturas físicas e naturais disponíveis nas unidades pesquisadas.

Por fim, a última técnica utilizada na pesquisa foi de estudo de casos múltiplos, por observar as especificidades de duas unidades de conservação (UC) no mesmo município. Creswell (2014) afirma que a pesquisa com estudo de caso consiste na abordagem qualitativa pelo qual o pesquisador explora a vida real, podendo ser um caso ou múltiplos casos ao longo do tempo, valendo-se de coletas de dados detalhadas, envolvendo diversas fontes de informação e relatos descritivos do caso.

Mesmo compreendendo que o local da investigação é um município, este não foi o único delimitador da pesquisa, pois Ananindeua compreende cinco UC, sendo duas de gestão municipal e três de gestão estadual. Assim, o delimitador da pesquisa foram as unidades de conservação municipais, considerando suas diferenças e semelhanças para construção de demonstrativo contábil que facilite a evidenciação do patrimônio ambiental e social, considerando suas individualidades. Creswell (2014) esclarece as características do estudo de caso qualitativo:

- Identificação de uma situação específica, delimitada ou descrita dentro de determinados parâmetros, como um local e/ou momento específico. Trata-se da análise de casos da vida real que estão em andamento, de forma que possam reunir informações precisas que não foram perdidas pelo tempo.
- Um estudo de caso pode ocorrer de duas maneiras. A primeira, quando ilustrar um caso peculiar, pelo qual há interesse incomum por si só e precisa ser descrito e detalhado. A segunda, quando existe a intenção de entender uma questão, problema ou preocupação específica, selecionando-se um caso ou mais casos para melhor compreender o problema.
- Compreensão em profundidade do estudo de caso. Para isto, deve-se utilizar diversas formas de coleta de dados, variando desde entrevistas, observações e coleta e análise de documentos e outros materiais audiovisuais. A utilização de somente uma fonte de dados não é suficiente para desenvolver esta compreensão em profundidade.
- Descrição do caso. Uma seção completa de achados de um estudo de caso envolve a descrição do caso e temas ou questões que o pesquisador trouxe à tona.

- Estudos de caso geralmente terminam com conclusões formadas pelo pesquisador sobre o significado global da situação em estudo, tratadas como lições gerais aprendidas.

A pesquisa observou as características mencionadas por Creswell, pois o estudo está delimitado a duas UCM de Ananindeua, com a intenção de entender uma questão específica, a divulgação das informações ambientais e sociais em UC, compreendendo e descrevendo em profundidade os casos para, ao final, relatar as lições gerais apreendidas com o estudo.

1.4.4 Fontes de evidências

Existem seis fontes de evidências distintas para um estudo de caso: documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos (YIN, 2005). Nesta pesquisa foram utilizadas cinco fontes: documentos, registros em arquivos, entrevistas, observação direta e artefatos físicos.

Os documentos são classificados como cartas, memorandos, correspondências, agendas, avisos, minutas de reunião, documentos administrativos, estudos ou avaliações formais do mesmo "local" sob estudo, recorte de jornais e outros artigos que apareçam na mídia de massa ou em informativos de determinadas comunidades (YIN, 2005). Trata-se da coleta de dados e de informações já existentes e disponíveis, auxiliando principalmente no planejamento da coleta de outras fontes de evidência. Foram utilizados como documentos, publicações no Diário Oficial do Município e artigos científicos relacionados à unidade de conservação.

Yin (2005) classifica a categoria registro em arquivos como os serviços que mostram o número dos usuários atendidos em determinado período de tempo; registros organizacionais, como tabelas e orçamentos; mapas e gráficos das características geográficas ou esboços de lugares; listas de nomes ou outros itens importantes; dados oriundos de levantamentos, como o censo demográfico ou os dados previamente coletados sobre um "local"; registros pessoais, como diários, anotações e agendas de telefone.

Nesta pesquisa os registros em arquivos foram os relatórios estatísticos do IBGE e do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Painel das Unidades de Conservação Brasileiras – organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, relatório elaborado pela pesquisadora com as informações disponíveis em canais de transparência, diário de campo e registros fotográficos.

Entrevistas são procedimentos utilizados na investigação social de coleta de dados, materializado a partir de uma conversação entre duas ou mais pessoas, onde uma delas visa obter informações a respeito de determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2017). Para Yin (2005), trata-se de uma das fontes mais importantes do estudo de caso, pois ajuda a

compreender questões anteriores e identifica outras fontes de evidência relevantes.

No entanto, Marconi e Lakatos (2017) alertam para os cuidados que o pesquisador deve ter ao entrevistar, pois o entrevistado pode ser influenciado por terceiros, interesses e/ou disposição de limitar as informações, incompreensão das perguntas de pesquisa etc. Nada é aleatório na comunicação, com as mensagens sendo determinadas por condições sociais e históricas quando ocorre a emissão (FREIRE, 2014). Desta maneira, as entrevistas devem ser confrontadas com outras fontes de evidência.

Yin (2005) define a importância de protocolos para as estruturas de entrevista, pois possibilita a antecipação de problemas, incluindo a forma como os relatórios do estudo de caso devem ser completados, evitando resultados desastrosos com o decorrer do tempo. Para Yin (2006, p. 93/94) um protocolo do estudo de caso deve apresentar as seções:

- Visão geral do projeto do estudo de caso (objetivos do projeto, questões do estudo de caso e leituras importantes sobre o tópico que está sendo investigado);
- Procedimentos de campo (apresentação de credenciais, acesso aos "locais" de estudo, fontes gerais de informações e advertências de procedimentos);
- Questões do estudo de caso (as questões específicas que o pesquisador deve manter em mente ao coletar os dados, planilha para disposição específica de dados e potenciais fontes de informações ao se responder cada questão);
- Guia para o relatório do estudo de caso (esboço do guia).

Guerra (2010) propõe um modo mais detalhado de protocolo para pesquisa qualitativa, contendo nove seções: a primeira, dados sobre o entrevistado e a entrevista (para controle do pesquisador); a segunda, dados sobre a pesquisa (a serem explicitados ao entrevistado); a terceira, orientações gerais ao pesquisador; a quarta, observações gerais ao entrevistado sobre a entrevista; a quinta, definição de termos utilizados nos questionários; a sexta, questionários; a sétima, finalizar a entrevista; a oitava, planilha de despesas; por fim, o termo de compromisso.

O protocolo da pesquisa foi elaborado com base nas características mínimas relatadas por Yin e com as sugestões de modelo realizado por Guerra (Apêndice I). As entrevistas foram divididas em dois blocos. O primeiro foi relacionado ao reconhecimento do campo, visando compreender os diferenciais das UC pesquisas, para isso foram realizadas perguntas abertas aos gestores das UC, ao secretário de meio ambiente do município, ao diretor geral da secretaria de meio ambiente no período de implementação das UC e ao comandante do

Grupamento de Policiamento Ambiental de Ananindeua. O segundo, refere-se à aplicação de questionário eletrônico, com perguntas fechadas, a entrevistados técnicos e interdisciplinares, com o objetivo de validar o demonstrativo socioambiental.

A aplicação do questionário foi em amostra composta por sete participantes, que possuem habilidades técnicas nas áreas da Contabilidade, Administração, Comunicação Social, Turismo e Engenharia Florestal (Quadro 2).

Quadro 2 - Perfil de validadores

Entrevistado	Formação	Características
1	Administrador e Comunicólogo	Mestre em Administração e em Marketing; servidor público federal efetivo; docente do IFPA
2	Contador	Doutorando e Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia; servidor público federal efetivo; docente do IFPA
3	Comunicólogo	Mestre em Administração; docente da UNAMA
4	Contadora	Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e Mestre em Gestão Pública; servidora pública efetiva; auditora de controle externo TCE
5	Engenheira Florestal	Mestranda em Usos Sustentáveis de Recursos Naturais em Regiões Tropicais; consultora de projetos ambientais no terceiro setor
6	Turismóloga e Pedagoga	Doutoranda em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido; servidora pública federal efetiva, na UFPA
7	Contadora	Especialista em Gestão Empresarial, Pública e com Pessoas; servidora pública efetiva; diretora administrativa financeira do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – Ideflor.

Fonte: elaborado pela autora

Outra técnica utilizada foi a observação direta. Marconi e Lakatos (2017) definem a observação como uma técnica de coleta de dados que permite ao pesquisador ver, ouvir e examinar fatos ou fenômenos que deseja estudar. No caso da observação direta, ou não participante, o pesquisador não se integra ao grupo estudado (MARCONI; LAKATOS, 2017). Para Yin (2005), ao realizar uma visita de campo para estudo de caso, cria-se a oportunidade de fazer observações diretas. Além disso, Freire (2014) ressalta que a língua resulta da soma de estruturas e acontecimentos, incluindo o que está no entorno do que se diz, sendo embebida de histórias, valores, conceitos e imagens.

Por fim, a categoria artefato físico também foi utilizada na pesquisa, pois segundo Yin (2005), o artefato físico se refere a alguma evidência física, coletada ou observada, como

parte de uma visita de campo. O autor considera como artefato físico ou cultural, um aparelho de alta tecnologia, uma ferramenta ou instrumento, uma obra de arte ou alguma outra evidência física (YIN, 2005). Conforme Tuan (1980), o artefato é feito com arte, habilidade e prática.

Os artefatos físicos foram materializados na pesquisa em três momentos. O primeiro ocorreu antes das entrevistas com especialistas, na conclusão do protocolo para elaboração do DSAUC. O segundo foi após as entrevistas com especialistas e gestores das UCM, que validaram o DSAUC. Por fim, o mapeamento foi realizado pela autora, por meio de demarcação de pontos e rotas de trilhas, com a utilização de aparelho GPS (*Global Positioning System*). A conclusão do mapa contou com o apoio do geógrafo Wellington Fernandes, coordenador do LAENA/NAEA.

A fonte não utilizada na pesquisa foi a observação participante, modalidade especial de observação na qual o pesquisador assume funções dentro do estudo, incorporando-se ao grupo estudado (MARCONI; LAKATOS, 2017; YIN, 2005). Para Yin (2005), os benefícios obtidos a partir das fontes de evidências podem ser maximizados se forem seguidos três princípios básicos: utilização de várias fontes de evidência, criação de banco de dados para o estudo de caso e o encadeamento de evidências.

1.4.5 Escala Likert

As ciências sociais fazem uso de inúmeros modelos para mensurar a realidade. Para isto, pesquisadores desenvolvem instrumentos adequados, de forma que seja possível medir com a menor margem de erro amostral (DALMORO; VIEIRA, 2013), geralmente escalas multi-itens. Entretanto, a utilização de tais escalas requer cuidados, para que os resultados sejam satisfatórios, confiáveis e permitam resultados úteis (MATOS; TREZ, 2012). As possibilidades de falhas na medição dos dados podem ocorrer por diversos fatores. Dentre eles, o número de pontos utilizados em uma escala, ou mesmo a rotulação destes pontos.

Para evidenciar a riqueza ambiental e social, que segundo Soto (2014) não conta com instrumentos contábeis apropriados para proteção e conservação deles, utilizou-se a escala *Likert* para encontrar as citadas riquezas. A escala *Likert* é simples de desenvolver, consistindo na escala de avaliação de atitude mais utilizada, medindo respostas positivas ou negativas a uma declaração (SALKIND, 2009). Segundo Dalmoro e Vieira (2013), a escala proposta em 1932 pelo psicólogo Rensis Liker foi baseada em modelos anteriores, como, *Graphic Rating Method* e a Escala de Mensuração de Felicidade, sendo utilizada por pesquisadores das áreas de gestão, sob

diferentes formatos.

Contudo, a quantidade de pontos na escala não é consenso entre os pesquisadores e tem fomentado debates, mas esta pesquisa embasou-se parcialmente ao proposto por Likert, ajustando às nomenclaturas inicialmente propostas pelo autor. Foi proposto por Likert (1932): (i) concordo fortemente (extrema esquerda); (ii) concordo (esquerda); (iii) indeciso (centro); (iv) discordo (direita); (v) discordo fortemente (extrema Direita). Na pesquisa utilizou a escala: concordo (esquerda); não concordo e não discordo (centro); discordo (direita).

O uso da escala *Likert* advém da possibilidade de facilitar aos respondentes avaliar e classificar o nível de riqueza ambiental e social das UC, permitindo informar os pontos considerados relevantes por profissionais dos mais diferentes saberes. Para o registro desta avaliação é necessário o uso de imagens, palavras-chave e simbologias que facilitam o entendimento de outros atores sobre a atuação da gestão sobre a riqueza ambiental e social.

Assim, a escala *Likert* foi utilizada em dois momentos durante a dissertação. O primeiro para estruturar o protocolo do Demonstração Socioambiental, sendo utilizado como escala de avaliação das especificidades das riquezas patrimoniais das UC pesquisadas. O segundo momento refere-se à escala de assertivas assistentes no questionário de avaliação técnica do Demonstração Socioambiental.

1.4.6 Fórmulas

Para alcançar a transparência necessária ao processo democrático de unidades de conservação municipais, bem como avaliar a responsabilidade dos gestores nas ações ambientais, sociais e econômicas, buscou-se aplicar os indicadores sugeridos pelos contadores Mejía-Soto e Ceballos. Estes indicadores formaram uma matriz de informações qualitativas referente à evolução ou não das riquezas ambientais, sociais e econômicas das unidades de conservação para o município estudado, podendo ser utilizado para outras unidades de conservação por meio do protocolo básico proposto no Apêndice I.

As organizações desenvolvem conjuntos de atividades denominadas processos, que impactam nas dimensões da riqueza ambiental, social e/ou econômica, no qual o movimento de Ativo pode afetar a sustentabilidade positiva ou negativa de outros bens e direitos, ou seja, os bens e direitos patrimoniais e dimensões da riqueza são inevitavelmente correlacionados (MEJÍA-SOTO; CEBALLOS, 2016). Portanto, as atividades de plantio de mudas em unidades de conservação, por exemplo, podem melhorar a preservação do meio ambiente, bem como influenciar positivamente o desenvolvimento social de crianças e adolescentes que aprendem a cultivar plantas nativas.

Para Mejía-Soto, Mora-Roa e Salazar (2016), a Contabilidade precisa incluir em seu universo discursivo as medições nos três campos em referência, para isso deve desenvolver metodologias que respondam pela sustentabilidade por processos, dimensões e inter-relações. O modelo para medir a sustentabilidade da riqueza na organização estática-ativa foi desenvolvido por Mejía-Soto e Ceballos (2016):

Quadro 3 - Indicadores de medição unidimensional dos recursos que compõem a riqueza em cada dimensão

Indicador	Descrição	Fórmula
<u>Sustentabilidade de um ativo ambiental (SAa xΔ)</u>	é calculado por meio da diferença da mensuração de um ativo ambiental (x) em um período (t-1 a)	<p>Equação 1</p> $SAa_{x\Delta} = Aa_{xt} - Aa_{xt-1}$ <p>Onde <i>Aa</i> = Ativo ambiental <i>x</i> = Cada ativo da riqueza na dimensão ambiental (<i>x</i> = 1 ..., <i>n</i>) Δ = Período <i>SAa xΔ</i> = Sustentabilidade do ativo ambiental (<i>x</i>) em um período (t-1 a) <i>Aa xt</i> = Ativo ambiental (<i>x</i>) no tempo (<i>t</i>) <i>Aa xt-1</i> = Ativo ambiental (<i>x</i>) no tempo (t-1)</p>
<u>Sustentabilidade de um ativo social (SAs yΔ):</u>	é o cálculo da diferença da mensuração de um ativo social (y) em um período (t-1 em)	<p>Equação 2</p> $SAs_{y\Delta} = As_{yt} - As_{yt-1}$ <p>Onde: <i>As</i> = Ativo social <i>y</i> = Cada ativo da riqueza na dimensão social (<i>y</i> = 1 ..., <i>k</i>) <i>SAs yΔ</i> = Sustentabilidade do ativo social (<i>y</i>) em um período (t-1 em) <i>Ss e t</i> = Ativo social (<i>y</i>) no tempo (<i>t</i>) <i>Ss yt-1</i> = Ativo social (<i>y</i>) no tempo (t-1)</p>
<u>Sustentabilidade de um ativo econômico (SAe zΔ)</u>	é o cálculo da diferença da mensuração de um ativo econômico (z) em um período (t-1 a)	<p>Equação 3</p> $SAe_{z\Delta} = Ae_{zt} - Ae_{zt-1}$ <p>Onde: <i>Ae</i> = ativo econômico <i>z</i> = Cada ativo da riqueza na dimensão econômica (<i>z</i> = 1 ..., <i>q</i>) <i>SAE zΔ</i> = Sustentabilidade econômica ativa (<i>z</i>) num período (t-1 a) <i>Ae zt</i> = Ativo econômico (<i>z</i>) ao longo do tempo (<i>t</i>) <i>Az zt-1</i> = Ativo econômico (<i>z</i>) ao longo do tempo (t-1)</p>

--	--	--

Fonte: elaborado pela autora com base em Mejía-Soto e Ceballos (2016).

A sustentabilidade da riqueza na organização por meio de ativos pode ser calculada usando duas metodologias: riqueza unidimensional (fórmulas do Quadro 3) ou tridimensional nos processos (Equação 4). A pesquisa utilizou a medição da sustentabilidade tridimensional nos processos na organização, que deve ser calculada por meio da metodologia por dimensões:

Equação 4

$$Stod_{\Delta} = \left(\left(\sum_{i=1}^m \sum_{x=1}^n (Aa_{ixt} - Aa_{ixt-1}) p_x \right) f_x \right) w_x + \left(\left(\sum_{i=1}^m \sum_{y=1}^k (As_{iyt} - As_{iyt-1}) p_y \right) f_y \right) w_y$$

$$, + \left(\left(\sum_{i=1}^m \sum_{z=1}^q (Ae_{izt} - Ae_{izt-1}) p_z \right) f_z \right) w_z$$

Onde:

Aa = Ativo ambiental

x = Cada ativo da riqueza na dimensão ambiental ($x = 1 \dots, n$) i =

Cada processo ($i = 1 \dots, m$)

Aa_{xt} = Ativo ambiental (x) no tempo (t) no processo (i)

Aa_{xt-1} = Ativo ambiental (x) no tempo ($t-1$) no processo (i)

P_x = Fator de conversão unitário unidimensional de cada ativo (x) na dimensão ambiental da riqueza em processos

Ss = Ativo social

y = Cada ativo da riqueza social ($y=1 \dots k$) i = Cada processo ($i = 1 \dots, m$)

Ss_{yt} = Ativo social (y) no tempo (t) no processo (i)

Ss_{yt-1} = Ativo social (y) no tempo ($t-1$) no processo (i)

P_y = Fator unidimensional de conversão de unidade de cada ativo (y) na dimensão social da riqueza em processos.

Ae = Ativo econômico

z = Cada recurso de riqueza econômica ($z = 1 \dots, q$)

i = Cada processo ($i = 1 \dots, m$)

Ae_{zt} = Ativo econômico (z) ao longo do tempo (t) no processo (i)

Az_{zt-1} = Ativo econômico (z) ao longo do tempo ($t-1$) no processo (i)

P_z = Fator de conversão unitário unidimensional de cada ativo (z) na dimensão econômica da riqueza nos processos

f_x = Fator tridimensional de conversão da riqueza ambiental
 f_y = Fator tridimensional de conversão da riqueza social
 f_z = Fator tridimensional de conversão da riqueza econômica
 w_x = Fator de peso da riqueza ambiental
 w_y = Fator de peso para a riqueza social
 w_z = Fator de peso para a riqueza econômica
 (MEJÍA-SOTO; CEBALLOS, 2016).

Mejía-Soto e Ceballos (2016) expõem três opções de possíveis resultados que podem vir a ocorrer na medição da sustentabilidade dos ativos em cada dimensão na organização:

- Sustentabilidade [+]: o resultado da medição da sustentabilidade da riqueza unidimensional [fase ativa] de valor positivo, indica que houve um aumento qualitativo e/ou quantitativo da riqueza no tempo t em relação a t-1.
- Estabilidade [0]: o resultado da medição da sustentabilidade da riqueza unidimensional [fase ativa] valor de zero indica que a manutenção de um equilíbrio em t com respeito a t-1.
- Insustentabilidade [-]: o resultado da medição a sustentabilidade da riqueza unidimensional [fase ativa] com um valor negativo indica que houve uma diminuição qualitativa e/ou quantidade de riqueza no tempo t com respeito a t-1.

Assim, baseado na teoria exposta, sugere-se um instrumento contábil elaborado para o setor público, que valorize as informações ambientais e sociais no mesmo grau de importância das econômico-financeiras e que instrumentalize as ações de governança pública com relação ao patrimônio ambiental, permitindo o diálogo entre o poder público e a sociedade de maneira clara, simples e objetiva. Este instrumento denomina-se Demonstrativo Socioambiental de Unidades de Conservação (DSAUC).

1.4.7 Cronograma

A pesquisa foi desenvolvida em Ananindeua e Belém, estado do Pará, entre abril e novembro de 2019. Porém, o cronograma foi definido até a data de entrega da versão final da dissertação, sendo dividido em trinta metas, distribuídas em decêndios, ver Quadro 04.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: GOVERNANÇA PÚBLICA, SUSTENTABILIDADE E CONTABILIDADE

O estudo utilizou diferentes áreas do conhecimento, buscando analisar a influência das Unidades de Conservação Municipais (UCM) de Ananindeua na participação social das decisões ambientais no município. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar, cuja concepção teórica conceitual baseia-se na complementariedade dos ramos das ciências sociais, administrativas, ambientais e contábeis, visando indicar um instrumento que demonstre o patrimônio ambiental e social de forma mais clara e objetiva para apoio as tomadas de decisão e aos cidadãos em geral.

O capítulo está dividido em três tópicos: governança pública, sustentabilidade e Contabilidade. A dimensão da lógica da pesquisa foi híbrida, por concentrar ramos que possuem origens e objetivos distantes entre si, mas que atualmente estão se aproximando, em virtude do crescimento da complexidade das sociedades modernas. O raciocínio para aplicação das teorias da pesquisa nos tópicos ‘governança pública’ e ‘sustentabilidade’ foi o método Dialético de Marx; no tópico ‘contabilidade’ foi utilizado o método dedutivo das premissas da teoria Tridimensional da Contabilidade (Ver item 2.3.2).

2.1 Governança pública

O surgimento da categoria governança ocorreu no início dos anos 1980, vinculada à administração empresarial/corporativa, tendo como bases doutrinárias a teoria da Agência e a teoria dos Custos de Transação (SERAFIM; QUELHAS; ALLEDI, 2010; SILVA; SEIBERT, 2015). Ambas se concentram em explicar, conforme Carbonell, Alcazar e Gardey (2017), os fatores que levam a empresa a interiorizar as relações de desenvolvimento de determinada forma.

A base para a compreensão da Teoria dos Custos de Transação está na noção de incerteza, que permeia as relações contratuais entre os agentes, em relação ao ambiente econômico e ao comportamento das partes (SARTO; ALMEIDA, 2015). Estes supostos comportamentais são interpretados pelos autores Carbonell, Alcazar e Gardey (2017) e Thielmann (2013) como características humanas indissociáveis à análise da teoria. Portanto, a utilização dos conceitos de racionalidade limitada e de comportamento oportunista são necessários para sua melhor compreensão.

A racionalidade limitada é a incapacidade da conduta humana de analisar todos os aspectos existentes em uma transação. O oportunismo é a transmissão de informação de forma seletiva e/ou distorcida sobre o próprio agente (THIELMANN, 2013). Ou seja, as relações que envolvem custos para negociar, monitorar e coordenar o comportamento dos indivíduos são transações mais arriscadas. Quando esta compreensão é aplicada às práticas democráticas (governo do povo), com interesse de indivíduos diversos, as relações se tornam ainda mais custosas. Peres (2007) colabora com esta concepção, especificando que na gestão pública a aplicação da teoria de Custo da Transação se dá na elaboração, implementação, manutenção e avaliação de políticas públicas, a partir da interação entre os diversos atores.

A teoria da Agência estuda o desenvolvimento das relações internas e dos contratos formais e informais que dela derivam (CARBONELL; ALCAZAR; GARDEY, 2017). Suas definições, princípios e valores estão relacionados ao conflito de interesse entre o principal e o agente, trata-se de uma relação de agência, definida como um contrato firmado entre duas ou mais pessoas, onde o ‘principal’ contrata outra pessoa (o agente) para desempenhar função com poder de decisão na firma (SILVA; SEIBERT, 2015). A estrutura das relações internas e externas é, por meio de contratos formais e informais, o alicerce da governança corporativa.

O ponto em comum entre as organizações públicas e as corporações é a separação entre a propriedade e a gestão, assim, elas enfrentam os mesmos ‘conflitos de agência’ (PEREIRA, 2011). Além disso, Pereira (2011) também explica que a questão da governança no setor público é bem mais complexa que no privado, pois o setor público não se restringe apenas às empresas estatais, que poderiam ser consideradas ‘corporações públicas’, mas engloba todos os setores que, direta ou indiretamente, fornecem bens e serviços por mediação do governo.

Além disso, esta separação entre propriedade e gestão remete também ao princípio contábil da Entidade, no qual o patrimônio do gestor não se confunde com o da organização, aspecto relevante para o Brasil, uma vez que para Faoro (1986) e Abrucio e Loureiro (2018) não foi possível vencer o aparelhamento do poder patrimonialista do Estado brasileiro. Estas definições são importantes para conceituar adequadamente a governança.

Diversos autores nacionais e internacionais vêm buscando definir o conceito. Segundo Fischer (1996), a governança compreende na “[...] relação entre os agentes envolvidos, a formação de ambientes de negociação e os vários papéis desempenhados pelos agentes do processo”. Para Rover (2011), a governança engloba processos de gestão que integram o governo com outros grupos sociais na negociação de interesses e que essa dinâmica clama pela ampliação da participação social e da transparência. Oliveira, Carvalho e Corrêa (2013)

visualizam a governança pública como o cruzamento entre diversos *stakeholders*¹⁰ em busca do interesse da coletividade, prevalência do bem comum e a continuidade sustentável.

Governança é entendida como fenômeno social (KOOIMAN, 2003), de caráter amplo, abrangendo instituições governamentais e não governamentais (GONÇALVES, 2006). Utiliza mecanismos e procedimentos que auxiliam a lidar com a dimensão participativa e diversificada da sociedade, combinados a todos os tipos de atividades e estruturas governamentais, que implicam em aperfeiçoar meios de diálogo e de gestão do jogo de interesses (KOOIMAN, 2003). Em uma visão mais contemporânea, Cunha e Bastos (2017) acrescentam que quando se trata de governança ambiental, incluem-se também os recursos naturais a esta gestão plural.

Os conceitos de governança citados incluem, constantemente, a ação da sociedade no processo de decisão e a pluralidade de envolvidos na gestão pública, não sendo mais aceitas como válidas as decisões unilaterais do Estado. Nesta direção, importam não só os resultados das políticas, mas o modo pelo qual o governo exerce seu poder (GONÇALVES, 2006). Assim, para Costa, Oliveira e Teixeira (2016), estudos a respeito da participação social e de mecanismos de *accountability* sobre os representantes políticos no poder são cada vez mais necessários para pensar em ferramentas novas de aperfeiçoamento da democracia.

Portanto, neste trabalho, a partir dos conceitos acima destacados, compreende-se a governança pública como as estruturas, formais e informais, que viabilizam a negociação de interesses entre o Estado e os diversos atores sociais para priorizar o interesse coletivo nas dimensões ambientais, sociais e econômicas. Desta maneira, trata-se do poder de decisão democratizado das políticas públicas. O cidadão não é mais um mero eleitor que escolhe seus representantes de tempos em tempos. Ele se torna um ator no processo público, individualizado ou em grupo. Porém, lidar com racionalidade limitada e o comportamento oportunista não são tarefas simples no conturbado e complexo mundo globalizado.

2.1.1 Transparência

Nos últimos 250 anos, a Holanda demonstrou como a transparência foi o pilar de sua democracia representativa, permitindo que as pessoas monitorassem seus representantes (MEIJER, 2015). Para Zuccolotto e Teixeira (2015), a premissa central para a compreensão da transparência é que a representação política não exclui a participação e para as democracias modernas é fundamental a complementaridade entre representação e

¹⁰ Termo em inglês que representa uma pessoa ou grupo que tem interesse em uma empresa, negócio ou indústria, podendo ou não ter feito um investimento neles.

participação.

Bobbio (1986) esclarece ainda que mesmo com a existência de definições diversas de democracia, nenhuma pode deixar de incluir em seus conotativos a visibilidade ou transparência do poder. Portanto, incorporar nas decisões dos representantes eleitos a participação da sociedade é fortalecer a representatividade destes gestores, os pressionando a decidir conforme os interesses da coletividade.

De acordo com Zuccolotto e Teixeira (2017), para que o povo possa interagir com os representantes, controlá-los e, ao fim do ciclo de representação, exercer o poder contrário, um princípio é necessário: a transparência. Ainda que não seja um conceito fluido e que não foi apropriado por nenhuma área do conhecimento, pois poucos autores ousam a difícil tarefa de conceituar o termo (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA; RICCIO, 2015), esta pesquisa pretende esclarecer o seu significado. Assim, para conceituar transparência é prudente evidenciar os tipos existentes e suas perspectivas em cada campo de conhecimento no setor público, bem como relacionar a triangulação dos conceitos de transparência, abertura e vigilância.

Informações podem ser demonstradas de maneiras diversas. As iniciativas podem ser ativas ou passivas, bem como a direção pode ser vertical ou horizontal (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA; RICCIO, 2015). Para Raupp e Pinho (2016), a transparência ativa é aquela em que a divulgação de informações ocorre como iniciativa da organização governamental, independentemente de solicitação. A transparência passiva é aquela em que a informação é disponibilizada de acordo com as demandas da sociedade, conforme estabelecido pela Lei de Acesso a Informação – LAI¹¹ (RAUPP; PINHO, 2016), ou seja, ela ocorre quando a sociedade requer informação pública que não está disponível imediatamente.

O artigo 8º da LAI trata da transparência ativa: “[...] é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de solicitação, a divulgação em local de fácil acesso, dentro de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por elas produzidas ou sob sua custódia” (BRASIL, 2011). Ainda, em seu artigo 10º, menciona sobre a transparência passiva: “[...]qualquer parte interessada poderá apresentar pedido de acesso à informação aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, e o pedido há de conter a identificação do solicitante e a especificação da informação requerida”.

Conforme Bobbio (1986), considerações sobre governos representativos de John Stuart Mill, dividem os cidadãos em ativos e passivos, no qual, em geral, os governantes

¹¹ Lei nº 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011, mas entrou em vigor em 16 de maio de 2012.

preferem os passivos, pois é mais fácil dominar cidadãos dóceis ou indiferentes. Entretanto a democracia necessita dos ativos. Se devessem prevalecer os cidadãos passivos, ele conclui, os governantes acabariam prazerosamente por transformar seus eleitores num bando de ovelhas dedicadas somente a pastar o capim uma ao lado da outra. Por sua vez, Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015) definem a classificação da direção da transparência em vertical (Quadros 5) e horizontal (Quadros 6).

Quadro 5 - Classificação vertical

Classificação	Finalidade
Transparência para cima (vertical)	Pode ser concebida em termos de relacionamentos hierárquicos, como da análise principal-agente, que subsidia a maioria dos modelos econômicos.
Transparência para baixo (vertical)	Ocorre quando os governados podem observar a conduta, o comportamento e/ou resultados de seus governantes. O direito dos governados em relação aos seus governantes figura, na teoria e na prática democrática, frequentemente, sob a tutela da <i>accountability</i>

Fonte: elaborado pela autora e segundo Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015).

Ainda no entendimento de Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015) a classificação vertical pode ocorrer nas duas direções, para cima ou para baixo. Esses autores destacam como é importante em uma estrutura democrática esta classificação, uma vez que o fluxo informacional há de ocorrer tanto para cima, quando os tecnocratas prestam contas aos políticos sobre a efetividade da implementação das políticas, quanto para baixo, quando o representante eleito (executivo ou legislativo) presta contas ao representado – sociedade.

Quadro 6 - Classificação horizontal

Classificação	Finalidade
Transparência para fora (horizontal)	Ocorre quando o subordinado hierárquico consegue observar o que está acontecendo além da organização. A habilidade de ver além da organização é fundamental para uma organização compreender seu ambiente e monitorar o comportamento de seus pares ou competidores.
Transparência para dentro (horizontal)	Ocorre quando aqueles que estão fora da organização conseguem observar aquilo que ocorre em seu interior. Transparência para dentro é relevante para legislações sobre liberdade de informação e esse direcionamento de transparência é que possibilita os mecanismos de controle social por meio de legislações que determinam padrões de comportamento (como, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal). Uma questão importante na transparência para dentro é que ela traz consigo uma associação muito forte com vigilância, levando à uma discussão sobre os limites desse tipo de divulgação para que não seja invasiva à privacidade do cidadão ou do governante.

Fonte: elaborado pela autora segundo Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015).

Com a extensão da internet passou a ser possível ampliar a interação entre o governante e seus governados, em planos perfeitamente horizontais e sem que outro agente intermedeie essa conversação (LACERDA; HELAL; CABRAL, 2017). Assim as relações de

dentro para fora e de fora para dentro passaram a ter um vetor no processo comunicacional, dinamizando as relações entre o Estado com a sociedade.

Existe uma relação triangular entre os termos transparência, abertura e vigilância. Isso porque o conceito de transparência é abrangente e ultrapassa os limites de diversas áreas do conhecimento, o que levou ao uso do termo transparência como sinônimo de abertura e vigilância (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA; RICCIO, 2015). A ampla divulgação da informação refere-se a abertura de dados e não necessariamente corresponde a transparência, um exemplo expressivo são as demonstrações contábeis do setor público, que estão disponíveis nos portais de transparência mas muitas vezes não são percebidas e/ou compreendida (os receptores não conseguem compreender e processar a informação).

Já o termo vigilância, no Peru, é consolidado por meio do ‘Comité Local de Transparencia y Vigilancia Ciudadana’. Bernier, Pastor e Cuentas (s.d.) – elaboradores do *Manual de Vigilancia como Mecanismo de Participación Ciudadana*, da *Asociación Civil Transparencia Peru* – definem que a vigilância é uma alternativa de participação e comprometimento dos cidadãos, na qual verifica-se os direitos e obrigações da gestão. O ato de vigiar é relevante, mas carrega um sentido de ameaça ou intimidação ao gestor. A vigilância resguarda o cumprimento de ações do gestor ou dos direitos do cidadão, mas não se preocupa com a compreensão dos atos, podendo levar o cidadão a ser cooptado.

A transparência pública pode auxiliar a sociedade na vigilância das ações dos governos, mas não assegura a responsabilização dos gestores públicos se outros mecanismos democráticos não existirem (ZUCCOLOTTO; TEIXEIRA; RICCIO, 2015). Além disso, a abertura das informações permite a sociedade saber quais práticas estão sendo realizadas no setor público, mas não garante o entendimento da informação disponibilizada.

O Governo Federal elaborou o Guia de Transparência Ativa (GTA) para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, onde estabelece as diretrizes acerca do conteúdo a ser disponibilizado nos portais de transparência, onde o primeiro nível do menu há ser ‘Acesso à Informação’ (BRASIL, 2017). Este guia elenca 12 itens mínimos: institucional; ações e programas, participação social, auditorias, convênios e transferências, receitas e despesas, licitações e contratos, servidores, informações classificadas, serviço de informação ao cidadão (SIC), perguntas frequentes e o Plano de Dados Abertos (PDA). Estes itens estão relacionados às perspectivas institucionais, orçamentárias, financeiras, contábeis, licitatórias e sociais.

Quadro 7 - Perspectivas da transparência

Perspectiva	Objetivo	Documentos
Orçamentária	Evidenciar as informações orçamentárias relevantes, de maneira sistemática e tempestiva, que permitam ao cidadão, além de visualizá-las, fazer inferências a partir delas. Preocupa-se exclusivamente com a análise do processo orçamentário. Nesse sentido, analisa-se o ciclo orçamentário desde o planejamento até o parecer prévio dos Tribunais de Contas.	Relatórios pré-orçamentários (PPA e LDO), proposta orçamentária do executivo (LOA), relatórios de acompanhamento da execução orçamentária e relatórios intermediários (RREO e RGF), relatório de fim de ano (Balanço Orçamentário) e relatórios de auditoria (Pareceres Prévios dos Tribunais de Contas)
Contábil	Evidenciar as informações patrimoniais e financeiras de maneira sistemática e tempestiva, de forma que o usuário possa, além de acessá-las, avaliar as capacidades econômica, financeira e patrimonial dos entes. Além disso, nessa perspectiva a sociedade pode conhecer os regimes contábeis adotados pelos governos (caixa ou competência), as principais políticas contábeis adotadas, as mudanças de critérios etc.	Balanço Patrimonial, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, divulgação das principais políticas contábeis do ente, notas explicativas às Demonstrações Contábeis e quadros auxiliares (por exemplo, relação de bens de valor histórico). Deve-se incluir, também, nesse conteúdo mínimo, o relatório de auditoria, seja ele emitido por entidade independente ou por uma instituição suprema de auditoria.
Institucional / Organizacional	Evidenciar as informações sobre a organização do Estado, cargos e responsabilidades, além de normas e relatórios.	Organograma do Estado (executivo, legislativo e judiciário) com definição de cargos, funções, responsabilidades e formas de contato dos órgãos e dos seus respectivos chefes. Deve-se observar, também, a disponibilidade de informações sobre o número de servidores dos órgãos, segregados por cargos eleitos, nomeados e concursados.
Social/ Cívica	Existência de mecanismos de informação e atenção ao cidadão e compromisso com a cidadania. Assim, além de informações sobre atividades culturais e cívicas, é importante que os governos desenvolvam e estimulem canais para sugestão, denúncias e participação do cidadão e da sociedade civil organizada.	Horários de funcionamento dos estabelecimentos culturais, existência de mecanismos de participação e acompanhamento de audiências públicas, de fóruns, de informações sobre os conselhos, sua organização, função, responsáveis e responsabilidades, metas, avaliação de desempenho e formas de participação.
Processo Licitatório	Divulgar informações sobre a contratação de obras, materiais e serviços por parte dos governos, bem como informações sobre o fluxo desses processos, valores, concorrentes e resultados. A finalidade é permitir que a sociedade civil acompanhe os processos de compras, monitore-os e avalie-os ao final do ciclo.	O conteúdo mínimo a ser avaliado é composto por editais de contratação de obras, materiais ou serviços, bem como mapas e plantas quando se tratar de obras, organograma de execução da obra, órgão e servidor responsável pelo processo de compra, atas com os resultados do processo, recursos impetrados pelos concorrentes, resultados dos recursos, vencedor do processo, lista de vencedores de processos de licitação nos últimos exercícios, organograma revisado de execução quando se tratar de obras.
Contratos Convênios	Divulgar contratos, convênios, termos de parceria e de cooperação estabelecidos por um governo.	Responsabilidades nos contratos, nos convênios e termos de parceria, nas medidas de avaliação de desempenho, nos prazos, valores e cláusulas de penalidades.

Fonte: Adaptado de Zuccolotto, Teixeira, Riccio, 2015.

Neste projeto foi aplicada a ideia de transparência pública como instrumentalização do diálogo entre os atores sociais sobre os assuntos de interesse comum, na qual os atores do setor público, responsáveis por produzir as ações públicas e gerar as informações destas ações,

e os atores sociais, responsáveis por receber e avaliar as informações do setor público, podem discutir os atos mais adequados para o setor público e para a sociedade. A ciência que informa, registra e divulga as informações é a Contábil (CFC, 2011). Portanto nada mais apropriado que usar a ciência da evidenciação para tornar a transparência possível.

No entanto, a Contabilidade vista sob a ótica tradicional não corresponde às novas dinâmicas sociais, principalmente quando atrelada ao conceito de sustentabilidade (ver item 2.2). Desta maneira, para instrumentalizar o diálogo entre atores sociais das Unidades de Conservação Municipais (UCM) de Ananindeua, foram propostos, a partir da Teoria Tridimensional da Contabilidade (ver item 2.3.2), o demonstrativo de evidenciação nas dimensões ambiental e social, visando estimular a participação da sociedade nas decisões das UCM pesquisadas.

2.1.2 Accountability

A transparência é necessária para fortalecer a *accountability*, sendo elementos essenciais que se reforçam mutuamente, isso em prol de um governo mais participativo e colaborativo, por meio de inovações tecnológicas (LACERDA, HELAL, CABRAL, 2017). Porém, Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015) afirmam que os conceitos de transparência e *accountability* não podem ser confundidos, já que a *accountability* vai além da transparência. Tais categorias atingem não apenas a prestação de contas e a publicidade das ações dos governos, mas a existência de mecanismos institucionais de controle da administração pública que possam gerar incentivos ou sanções, caso os agentes públicos cumpram ou não as suas obrigações.

Para Lacerda, Helal e Cabral (2017), quando aplicada à administração pública, a *accountability* envolve um conjunto de mecanismos e procedimentos que levam os agentes públicos governamentais a prestarem contas dos resultados de suas ações de modo proativo, informando e justificando seus planos e ações. Cabe mencionar que Henri Fayol, em 1916, publicou os 14 Princípios Gerais da Administração¹², destacando o da Autoridade, que corresponde ao direito da chefia comandar e de ser obedecida, mas em contrapartida exige a responsabilidade, que implica no dever de prestar contas (GIL, 2016). Assim, o poder requer obrigações da autoridade, caso não se cumpra, só existirá o autoritarismo.

¹² Divisão do trabalho, Autoridade, Disciplina, Unidade de comando, Unidade de direção, Subordinação dos interesses individuais aos interesses gerais, Remuneração do pessoal, Centralização, Cadeia escalar, Ordem, Equidade, Estabilidade do pessoal, Iniciativa, Espírito de equipe.

A responsabilização efetiva não diz respeito apenas aos relatórios sobre as ações concluídas, mas também de há garantir que as partes interessadas possam entender e responder o planejamento e desenvolvimento das atividades de modo transparente (SOBREIRA; RODRIGUES JÚNIOR, 2017). Portanto, a *accountability* é o processo contínuo de avaliação do ciclo das políticas públicas que contém, de acordo com Brum (2013), no mínimo as etapas de formulação, implantação e avaliação.

Timmers (2000) relata que as autoridades governamentais centram mais esforços em elaborar políticas e, quando necessário, em gerenciar crises e incidentes. Um exemplo recente foi o rompimento da barragem da Mina do Feijão¹³, da empresa Vale, que além da enxurrada de lama de resíduos minerais, também deixou muitos mortos e danos ambientais ainda não calculáveis (ANDREONI; DARLINGTON, 2019). A partir deste acidente, o Estado está revendo a estrutura de contenção de resíduos sólidos, do tipo ‘alteamento a montante’.

Mesmo assim, Timmers (2000) explicita que com o passar dos anos, por necessidade de uma melhor governança, os processos de elaboração de políticas se tornaram mais transparentes e acessíveis a todos. Os autores Zuccolotto e Teixeira (2015) ressaltam que o processo participativo, deliberativo ou não, em sociedades com grande desigualdade social, econômica e cultural – como a Amazônia – pode ficar no campo da utopia se não houver esforços na direção da redução das diferenças socioculturais e econômicas, pois a perpetuação destas diferenças dificulta a participação argumentativa.

A Contabilidade permite explicar, além de gerar informações, os fenômenos patrimoniais, efetuar análises, controlar, prever e projetar exercícios financeiros, entre tantas outras funções (OLIVEIRA; CARVALHO; CORRÊA, 2013) que colaboram com a prestação de contas à sociedade e com a responsabilidade social (*accountability*). O princípio contábil da continuidade está diretamente relacionado à sustentabilidade da gestão do Estado, pois a administração dos bens públicos devem ser mantidos e preservados enquanto existir função social, e quais modificação devem ser prestado contas, com a responsabilização dos gestores pelos seus atos e resultados obtidos (RIBCZUK; NASCIMENTO, 2017), estabelecendo a relação entre poder público e a sociedade.

Oliveira, Carvalho e Corrêa (2013) entendem ainda que há um entrelaçamento entre a contabilidade pública, a governança e a governabilidade, convergindo para um ponto: o bem comum do povo. Assim e nos termos dos mesmos autores e obra, o Estado em suas ações

¹³ Brumadinho/MG

políticas (governabilidade) e os executivo-operacionais (governança) precisam registrar suas informações (contábeis), vislumbrando a essência do princípio da continuidade, relacionado à função social do Estado.

2.1.3 Estrutura organizacional

A ciência que indica o ato, processo ou efeito de administrar, reger, governar ou gerir negócios públicos ou particulares é a Administração (GIL, 2016), seu caráter científico iniciou a partir das obras de Taylor (Teoria da Administração Científica) e Fayol (Teoria Clássica da Administração), que segundo Gil (2016) preconizavam a racionalização do trabalho, formando a base das Teorias da Administração, ao explicar múltiplos aspectos relacionados à gestão das organizações, construídas com explícito fundamento nas ciências sociais. Portanto, para compreender a estrutura organizacional do setor ambiental da Prefeitura de Ananindeua, objetivo específico deste trabalho, buscou-se explanar quais os elementos necessários para compor uma organização.

A organização é a unidade social intencionalmente construída e reconstruída a fim de atingir objetivos específicos (SCHULTZ, 2016), podendo ser formal ou informal. A formal refere-se à pessoas investidas em cargos, agrupadas e reagrupadas por meio de critérios de departamentalização e de relações hierárquicas, permitindo a representação gráfica da organização. Já a informal é o agrupamento de pessoas de maneira espontânea e ocasional, como a família. Schultz (2016) argumenta que a estrutura organizacional, seja de âmbito público ou privado, refere-se à superposição de órgãos, de modo a representar aqueles que têm maior ou menor autoridade hierárquica em relação aos demais, conforme especificado na figura 1.



Figura 1 - Apresentação Gráfica da estrutura da administração pública

Fonte: Peter e Machado, 2014, p.8.

Segundo o glossário do Senado Federal (BRASIL, 2008), a administração direta são os órgãos administrativos essenciais ao funcionamento das competências constitucionais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas esferas federal, estadual e municipal, ou seja, serviços integrados às entidades estatais. Já a administração indireta estabelece que são o grupo de entes da União de gestão independente, isto é, com personalidade jurídica própria, quais sejam, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

Peter e Machado (2014) reforçam que a administração direta é processo de desconcentração da administração pública. E que isso, resulta da distribuição interna de competências visando a eficiência da máquina pública, e a indireta é atuação descentralizada da administração, o qual exerce serviços ou atividades outorgadas. A diferença entre desconcentração e descentralização está relacionada ao resultado do processo, onde o primeiro implica na criação de órgão e o segundo de entidade.

A construção da estrutura organizacional, seja órgão ou entidade, há de atender a critérios técnicos de agrupamento de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos, chamados de departamentalização, representado graficamente por meio de organograma. Segundo Schultz (2016), os critérios de departamentalização ocorrem por:

- Atividade (função) é o critério de conhecimento da atividade a ser exercida pelos órgãos. Por exemplo, diretoria administrativa, gerência de recursos humanos, departamento de folha de pagamentos, seção de benefícios.
- Processos, agrupa de acordo com a execução dos processos operacionais. Por exemplo,

em uma confecção, gerência de produção, seção de criação, seção de modelagem, seção de desenho, seção de corte.

- Linhas de Produtos. Utiliza-se como critério os produtos (bens ou serviços). Por exemplo, diretoria de ensino, diretoria de pesquisa, diretoria de extensão.
- Divisão Geográfica. Agrupa os recursos conforme as regiões de atuação. Por exemplo, diretoria para a Região Metropolitana de Belém, diretoria para Região de Integração do Baixo Amazonas, coordenação para a Região de Integração do Rio Guamá.
- Mista (combinada). Reúne em uma mesma estrutura variados modos de agrupamento. Por exemplo, departamento de ensino para da Região Metropolitana de Belém.

Um dos notáveis da escola clássica da Administração é Max Weber, que contribuiu para Teoria Organizacional com a teorização da burocracia como elemento adequado e abrangente acerca das organizações (GIL, 2016). Weber (2015) realiza uma distinção importante entre poder e dominação, constituindo uma das bases da Teoria Burocrática da Administração. O poder se refere à capacidade de forçar à obediência e a dominação refere-se à disposição de se fazer obedecer de maneira voluntária (WEBER, 2015). As principais características da organização burocrática são:

- Especialização do trabalho. Acentuada divisão do trabalho, com trabalhadores especializados em uma única tarefa, tendendo a tornar-se cada vez mais específica.
- Hierarquia da autoridade. Fixa e verticalizada, cabendo às posições do topo o comando das posições hierarquicamente inferiores;
- Regras e regulamentos. Fundamentação em normas e regulamentos escritos das definições de atividades, salários, procedimentos internos e externos;
- Meritocracia e especialização técnica. Recrutamento e seleção de acordo com a competência técnica e promoção de conforme o desempenho técnico;
- Impessoalidade. Atribuições conforme a descrição de funções e cargos, desconsiderando a pessoalidade;
- Comunicação escrita. Decisões e ordens estabelecidas pelos dirigentes necessitam estar registradas por escrito.

No mundo contemporâneo, encontram-se críticas diversas ao modelo burocrático, no entanto, a sua existência é indispensável para a ordem democrática (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018). Gil (2016) alerta que a excessiva burocracia gera disfunções, provocando efeitos inesperados, contrários à eficácia, como, apego excessivo aos regulamentos, formalismo, papéis, rigidez da estrutura, resistência à mudança, despersonalização das relações humanas, conformismo com as rotinas, dificuldade em atender a clientes e conflitos com o público.

A trajetória do Estado brasileiro é marcada por iniciativas de aperfeiçoamento do aparato estatal, corroído pelo patrimonialismo advindo de três séculos de colonialismo

português e imperial brasileiro, agravado em momentos diversos da República (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018). Notadamente, nos seguintes períodos: Era Vargas, que na década de 1930 simbolizou o primeiro esforço de modernização do Estado brasileiro, fundamentado na construção das bases da moderna burocracia brasileira, por meio da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP. A ditadura militar, com a Reforma Administrativa, em 1967, justificada por uma busca pela modernização do Estado, com a valorização da tecnocracia. E a Reforma Gerencial, que deu origem à Nova Gestão Pública, em 1995. De acordo com Abrucio e Loureiro (2018) e Paiva (2009), os esforços se mostraram ineficazes.

Bresser-Pereira (2006) enfatiza que o nepotismo e a corrupção, dois traços da administração patrimonialista, são combatidos pela burocracia. Assim, Bresser-Pereira não exclui a burocracia no governo federal. Contudo, propõe sua reorganização para tornar mais flexível o aparato estatal, utilizando, por exemplo, indicadores para avaliação de políticas públicas, contratualização de serviços públicos, maior autonomia e flexibilização dos gestores públicos (ABRUCIO; LOUREIRO, 2018), emergindo assim, a administração pública gerencial, em complemento à administração pública burocrática, sendo, segundo Bresser-Pereira (2006), a primeira orientada para o cidadão e a segunda autorreferente.

No entanto, a dificuldade em superar a estrutura patrimonialista no Brasil acaba colocando em risco tanto ações burocráticas quanto gerenciais. Existe a evolução nas estruturas organizacionais brasileiras como demonstrado. Porém, o acúmulo de características históricas é inerente à formação do Estado. Kanufre e Rezende (2012) reforçam esta compreensão, quando citam que a crise da burocracia pública brasileira demonstra a realidade sobre processos internos, fragilidade na estrutura, deficiências nas estratégias e as questões culturais, com a manifestação de clientelismo, corporativismo, fisiologismo e corrupção.

Portanto, a Reforma Gerencial não excluiu o nepotismo e a corrupção, bem como não tornou o cidadão mais participativo, como foi o objetivo de Bresser-Pereira (2006) que era construir um Estado que respondesse às necessidades de seus cidadãos. Esta dissertação partilha da mesma compreensão de Filgueira (2018), de que a burocracia é o conjunto de organizações, altamente complexas e com procedimentos correlacionados, em funções de rotinas e mandatos institucionais com impacto no processo de desenvolvimento institucional e no exercício da *accountability*. Porém, as deficiências já citadas por Kanufre e Resende (2012) são evidentes nas prefeituras brasileiras, especialmente as da Amazônia.

Além disso, a estrutura organizacional tem que estar alinhada com a estratégia da organização (NEIS; PEREIRA; MACCARI, 2016), sendo que o setor público há de atender

aos critérios definidos na Constituição Federal, nas constituições estaduais e Leis Ordinárias Municipais, conforme cada caso. São elementos básicos das organizações públicas:

- **Órgão:** constituído por conjunto de cargos, reunidos em caráter permanente, sob uma autoridade formalmente constituída, para executar atividades preestabelecidas, a fim de atingir determinado objetivo (SCHULTZ, 2016). Por exemplo, presidência, diretoria, departamento, gerência, divisão, seção etc.

- **Cargo:** conjunto de tarefas agrupadas segundo critérios de departamentalização. Este conceito clássico está sofrendo alterações, em função das tecnologias novas utilizadas na administração das organizações, permitindo a aplicação do conceito de multitarefas (SCHULTZ, 2016). Por exemplo, uma enfermeira pode ser responsável pelo Edital de compras de material hospitalar e pelo controle de qualidade do material recebido.

- Diversos cargos formam um órgão. Todo servidor público ou funcionário de organização privada ocupa um cargo com a descrição do cargo, suas rotinas de trabalho claramente definidas e que sua acomodação na estrutura do órgão seja funcional. Não existe função sem cargo, mas pode existir cargo sem ocupante.

- As atribuições de um órgão podem ser de Responsabilidade (Deveres) ou de Prerrogativa (direitos).

- **Atividades:** conjunto de ações pertencentes a um ou mais processos operacionais executados por um órgão, podendo ser específica ou auxiliar. Atividade Específica é aquela que contribui para que o órgão atinja seus objetivos específicos, fornecendo dados para a criação de indicadores de resultados qualitativos e quantitativos e para relatórios de gestão (SCHULTZ, 2016). Por exemplo, em um órgão de RH, recrutamento e seleção, treinamento etc. Atividade Auxiliar é aquela que contribui para que a atividade específica seja realizada (SCHULTZ, 2016). E a exemplificar, para que um treinamento ocorra é necessário manter cadastro de instrutores externos.

- **Classificação do Órgão.** Existem tipos variados de classificações para órgãos públicos, sendo importante o alinhamento entre as estratégias organizacionais e a estrutura institucional. Autores como Neis, Pereira e Maccari (2016) definem que a relação entre a estratégia e a estrutura organizacional é constante e recíproca. Para esclarecer melhor as classificações de órgãos públicos, foi elaborado o quadro 8 com base em Schultz, onde especifica-se as classificações, os tipos típicos, as descrições e os exemplos.

Quadro 8 - Classificações de órgãos

Classificação	Tipo	Descrição	Exemplos
Estrutura	Órgão unitário/ simples	Constituído por um único centro de atribuições, sem subdivisões internas	Ministérios de Estado, Secretarias Estaduais e Municipais.

	Órgão de Conjunto	Constituído por vários outros órgãos, mas integrados por um único agente público	Compreendem órgãos menores, que se subdividem até o nível de órgãos unitários.
Composição	Singulares	Ocupa do por um único indivíduo.	Juiz singular.
	Colegiados	Constituídos por vários agentes públicos. Consequentemente, as decisões são tomadas por deliberação coletiva.	Conselho Nacional de Justiça e as Juntas administrativas e de recursos e de infrações, que julgam recursos contra penalidades de trânsito.
Abrangência geográfica de atuação	Órgãos centrais	Exercem atribuições em todo o território nacional, estadual ou municipal, conforme o caso específico.	Ministérios, secretarias estaduais e secretarias municipais.
	Órgãos locais	Sua atuação ocorre apenas sobre uma parte do território	Superintendência regional do trabalho e emprego e postos de saúde.
Posição estatal	Órgãos independentes	São os que possuem maior status na administração pública. Representam os Poderes do Estado e não devem subordinação hierárquica a outros órgãos.	Câmara dos Deputados, Chefia do Executivo, Tribunais e Ministérios Públicos.
	Órgãos autônomos.	Localizados na cúpula da Administração, mas subordinados diretamente à chefia dos órgãos independentes. Eles gozam de autonomia administrativa, financeira e técnica.	Secretarias de Estado
	Órgãos superiores.	São os órgãos de direção, controle e comando, mas sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia. Não gozam de autonomia administrativa nem financeira.	Departamentos, coordenadorias, divisões e gabinetes
	Órgãos subalternos	Subordinados hierarquicamente a órgãos superiores, exercendo funções de execução.	Seções de expediente, pessoal, material, portaria, zeladoria etc.

Fonte: elaborado pela autora, com base em Schultz, 2016.

Estas classificações são relevantes, pois identificam qual a estrutura existente ou qual teria de existir, possibilitando identificar possíveis ajustes necessários. No caso da pesquisa, caracterizada no capítulo 3, foi citada a relação das unidades de conservação com a secretaria de meio ambiente e a prefeitura de Ananindeua.

2.1.4 Governança pública no Brasil

A partir da Constituição Federal de 1988 a estrutura federativa brasileira sofreu reformulação considerável, descentralizando a estrutura de poder, historicamente concentrada na União, representando um momento da política nacional em que foi possível avançar em pontos inovadores para uma ordem democrática nova (HENRICHES; MEZA, 2017; SILVA, 2011). Segundo Silva (2011), as conquistas advindas foram, sobretudo, a consolidação de uma legislação ambiental, no âmbito das conquistas de cidadania expressa na garantia dos direitos sociais, mecanismos de descentralização político-administrativa e canais de participação popular nos diferentes campos de atuação das políticas públicas.

Após a Constituição Federal de 1988 o Brasil buscou desenvolver iniciativas para melhorar a transparência do Governo Central e dos entes subnacionais (ZUCCOLOTTO;

TEIXEIRA, 2017), como: o princípio da legalidade previsto no art. 37 da CF/1988¹⁴, onde diferente do cidadão, que pode fazer tudo que a lei não proíbe, a administração pública só pode fazer o que for autorizado em lei (LEMA, 2016); a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), alterada pela Lei Complementar n. 131/2009, e a Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI (BRASIL, 2011) definem os procedimentos destinados a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados de acordo com os princípios básicos da administração pública.

O conceito de governança é reconhecido no Brasil, com diversas Leis e Decretos publicados¹⁵, de modo a institucionalizar direta ou indiretamente as estruturas de governança (BRASIL, 2014). Recentemente, o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, deixou mais clara a importância da governança para conduzir as políticas públicas e a prestação de serviços à sociedade. Conforme Brasil (2018), o Tribunal de Contas da União (TCU) – órgão fiscalizador do poder executivo federal – realizou entre os anos de 2013 e 2016 levantamentos e publicações sobre governança e gestão em quatro temas distintos: tecnologia da informação, pessoas, contratações e governança pública.

O ‘Referencial Básico de Governança’ trata sobre as práticas a serem adotadas no Brasil e utiliza os princípios da boa governança sugeridos pelo Banco Mundial: legitimidade, equidade, responsabilidade, eficiência, probidade, transparência e *accountability* (BRASIL, 2014). Cabe ainda citar que o termo “boa governança” utilizado pelo TCU é redundante, pois a palavra governança já é um componente positivo, uma vez que a má governança é a ausência de governança (GONÇALVEZ, 2006). Dentre estes princípios, o estudo limita-se aos da transparência e *accountability*.

A Instrução Normativa Conjunta Nº 001 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União, de 10 de maio de 2016, dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. Estabelece na alínea I do artigo 2º o conceito da *accountability*, tratada como o conjunto de procedimentos

¹⁴ Art. 37: A Administração Pública direta e indireta de qualquer um dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (BRASIL, 1988).

¹⁵ Art. 1º da Constituição de 1988; o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto 1.171, de 22 de Junho de 1994) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000), que têm por objeto aspectos éticos e morais e o comportamento da liderança; a Lei 12.813, de 16 de maio de 2013, que dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal; e os instrumentos de transparência, como a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011), que asseguram o direito fundamental de acesso à informação e facilitam o monitoramento e o controle de atos administrativos e da conduta de agentes públicos.

adotados pelas organizações públicas e pelos indivíduos que as integram, evidenciando as suas responsabilidades por decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho das organizações.

Conforme Sobreira e Rodrigues Júnior (2017), no Brasil em meio a tantas fraudes e corrupções, a transparência e a *accountability* dos órgãos do setor público, por meio de relatórios e demonstrativos, configuram-se como mecanismos fundamentais de controle e monitoramento por parte dos cidadãos e dos usuários dos serviços. Portanto, apoiar a governança pública requer demonstrativos claros e objetivos, para permitir o controle e monitoramento das decisões em dimensões ambientais, sociais e econômico-financeiras nas unidades de conservação.

2.2 Sustentabilidade

O modelo desenvolvimentista praticado é o modo de produção capitalista, baseado no uso irrestrito dos recursos naturais para acumulação do capital, sendo que a partir do final da década de 1960 acabou por colocar em xeque alguns conceitos econômicos (DIAS; SILVA, 2013). Leff (2007) também discorre como a problemática ambiental gerou mudanças na condição de desenvolvimento econômico, propondo internalizar as bases ecológicas e os princípios jurídicos e sociais para gestão mais democrática dos recursos naturais. Este processo estabeleceu a incorporação de áreas diversas do conhecimento.

Segundo o Relatório Brundtland (ONU, 1988), o termo sustentabilidade refere-se a suprir as necessidades da geração presente sem afetar a possibilidade das gerações futuras de suprir as suas necessidades, ou seja, viver dentro da capacidade de suporte do Planeta. Na prática, Enríquez (2007) menciona que as ações em direção à sustentabilidade passam por três dimensões clássicas, sendo elas: ecológica, econômica e social. Simonian (2007) revela que a agenda do desenvolvimento sustentável passa pela relação entre a proteção e manutenção dos recursos naturais, eficiência econômica e equidade social.

A sustentabilidade ocorre em vários níveis, global e local, sendo que nem sempre algo será sustentável em todos os níveis, pois o que é considerando sustentável em nível global não é, necessariamente, em nível local (SARTORI; LATRONICO; CAMPOS, 2014), reforçando as análises iniciadas por Benjamim Chavis nos anos 80 sobre racismo ambiental, onde as políticas ambientais são definidas com discriminação racial (MATHIAS, 2017). Um exemplo que expressa bem estas questões é a hidrelétrica de Belo Monte, que segundo Correa (2016) trouxe vários enclaves em nível local, visando atender a necessidade energética nacional. Esta

necessidade está voltada especialmente para o Sudeste do país, onde a concentração de recursos financeiros e de elites é maior que no Norte, onde a hidrelétrica foi construída.

Vasconcellos e Sobrinho (2007) esclarecem que o desenvolvimento sustentável local parte do princípio de que as localidades devem criar endogenamente seu desenvolvimento. Na Amazônia, segundo Simonian (2018), grupos sociais (sindicalistas, indígenas, trabalhadores rurais etc.) resistem ao avanço do capital na região, se organizando e propondo políticas de regularização de seus territórios, que implicam na atribuição de valor econômico à floresta em pé. Esta resistência perpassa pelo conhecimento e atuação dos atores internos da floresta, que muitas vezes são excluídos ou cooptados pelo poder público e por elites, gerando o rápido desgaste da floresta. O papel do cidadão local pode ser o grande diferencial das políticas de proteção ambiental e social da Amazônia.

Porém, para viabilizar a participação deste cidadão no uso do meio ambiente de modo sustentável é necessário conscientizar os grupos sociais locais. Entretanto, Simonian (2007) e Silva et al. (2013) alertam sobre a ideia vaga e massificada do termo desenvolvimento sustentável, pois na prática muitos projetos indicam sustentabilidade, mas se distanciam do que seria de fato. Portanto, instrumentalizar o conselho deliberativo, ou até mesmo o consultivo, é uma maneira de aplicar a sustentabilidade institucional. Este subcapítulo aborda as noções de governança ambiental para sustentabilidade e a regulamentação e estrutura das áreas de proteção ambiental no Brasil, denominadas unidades de conservação.

2.2.1 Governança ambiental para sustentabilidade

Para reconstruir a maneira como os recursos naturais da Amazônia são utilizados é indispensável promover novas propostas para gestão ambiental, fundamentando-se na sociedade, meio ambiente e cultura. No Brasil, o poder público é o principal gestor ambiental. Portanto, dita regras e tem o dever de governar a sociedade (CUNHA; BASTOS, 2017). No entanto, Cunha e Bastos (2017) esclarecem que a falta de estrutura dos governos estaduais e municipais para assumirem responsabilidades e competências definidas na legislação ambiental gera prejuízos para a sociedade e o meio ambiente. As políticas públicas ambientais são frequentemente realizadas como modo de redução dos danos já causados ao meio ambiente.

Um exemplo de política ambiental que propõe reduzir a degradação do meio ambiente, são as ações municipais de Paragominas-PA, onde foi dado início ao Programa Estadual Municípios Verdes (PARÁ, 2019b), que combate o desmatamento, responsável pela

devastação da floresta local. No entanto, o município replantou principalmente eucalipto¹⁶, para a geração local de energia alternativa (NOGUEIRA; BISPO FRANCO, 2014), não representando espécie típica do bioma original amazônico, o qual foi desmatado, descaracterizando singularidades naturais da Amazônia e conseqüentemente o histórico local.

Desta maneira, observa-se que os cuidados e ações realizadas nos espaços amazônicos não levam em consideração a realidade local. Wildhagen, Nascimento e Teodósio (2017) identificaram a importância para o alcance da governança ambiental as ações endógenas. Para os autores, é necessário igualar ao mesmo parâmetro a racionalidade econômica e as ações políticas sociais e culturais locais, partindo de um desenvolvimento endógeno que avalie a capacidade do meio ambiente (WILDHAGEN; NASCIMENTO; TEODÓSIO, 2017). No entanto, o que se observa na Amazônia é a continuidade do domínio econômico de exploração da floresta ‘no chão’ e a negligência de atores locais.

Para Santos e Bacci (2017), o aproveitamento econômico dos recursos naturais, requer normas e diretrizes sobre o uso dos bens ambientais, bem como instrumentos capazes de dar sustentação a uma efetiva gestão, para que ocorra conservação e recuperação do meio ambiente. Além disso, Jacobi e Sinisgalli (2012) compreendem também que para ocorrer o avanço da governança ambiental é preciso incorporar cada vez mais nos processos os tomadores e não tomadores de decisão, pois amplia o consenso quanto à maneira de enfrentar os problemas ambientais que se multiplicam.

No Brasil, as principais normas que regem questões ligadas ao meio ambiente no âmbito nacional são: Lei nº 9.605/1998 – Lei dos crimes ambientais; Lei nº 12.303/2010 – Política nacional de resíduos sólidos; Lei nº 11.445/2007 – Política nacional de saneamento básico; Lei nº 9.985/2000 – Instituiu o sistema nacional de unidades de conservação; Lei nº 9.433/1997 – Lei de recursos hídricos; Lei nº 11.284/2006 – Lei de gestão de florestas públicas; Lei nº 12.651/2012 – Novo código florestal brasileiro.

Santos e Bacci (2017) propõem que nos processos de implantação e de gestão dos parques ambientais – a partir da governança ambiental – precisam conter requisitos mínimos, contemplando o aprofundamento e a compreensão dos problemas complexos e inter-relacionados que compõem o ambiente em questão, visando a gestão qualificada dos recursos naturais; o entendimento dos conflitos locais, para que os diferentes atores percebam melhor a si mesmos e em suas relações com os outros; as contribuições, orientações e conhecimentos sociais e técnicos no desenvolvimento de um contexto receptivo às práticas cooperativas e de

¹⁶ Natural da Oceania.

construção negociada de políticas públicas.

No entanto, as conjunturas político-institucionais, com problemas estruturais da formação do Estado brasileiro, historicamente centralizador e patrimonialista (MOURA; BEZERRA, 2016; LEMA, 2016), dificultam o diálogo com a sociedade. Para Cunha e Bastos (2017) é indispensável a participação conjunta entre os representantes da sociedade civil organizada e os governos municipais para as ações relacionadas ao meio ambiente, pois excluí-los da elaboração de normas e das decisões gerais é caminhar para a produção de regras incompatíveis com a realidade social e que não se concretizarão.

Além disso, Moura e Bezerra (2016) associam o deterioramento do meio ambiente, principalmente nas periferias das grandes cidades, com a pobreza, pois, possivelmente isto ocorre em virtude da exclusão e/ou ausência de representantes no processo decisório, carência de infraestrutura básica, falta de educação ambiental e o modo como ocorre a repartição de renda, que desprivilegia as populações mais carentes.

Quando Garcia e Gomes (2016) tratam de arena pública concluem que a abordagem sobre as ações públicas para o meio ambiente deve considerar pelo menos três elementos. A transversalidade, pois os impactos ambientais envolvem diferentes áreas do conhecimento e da ação governamental. Não neutralidade, porque a compreensão dos impactos ambientais passa por uma negociação na arena pública. E a governança, haja vista que a temática ambiental requer a articulação e o relacionamento de diferentes atores.

Para Moura e Bezerra (2016), governança é a promotora do desenvolvimento sustentável, já que insere a ideia de sustentabilidade no conjunto das políticas públicas e em suas inter-relações. Porém, os mesmos autores alertam sobre as dificuldades em termos de governança para o desenvolvimento sustentável devido diversos fatores, entre eles está a ausência de planejamento integrado de longo prazo entre os entes federativos e a carência de espaço de participação das diferentes organizações da sociedade na tomada de decisão.

Cunha e Bastos (2017) explicam que a Governança ambiental compreende bem mais que uma política ambiental regida por conjunto de normas, abrange conhecimento, diálogo e gestão dos recursos econômicos, sociais e naturais, pois nada adiantará alterar e publicar Resoluções já que a finalidade prática não será alcançada, que é a proteção do meio ambiente. Ideia reforçada por Moura e Bezerra (2016), já que a inserção da participação pode ser estimulada com o melhoramento do acesso à informação, principalmente as estatísticas. Portanto, para a governança ambiental é necessária a relação das diferentes instituições e o empoderamento dos diversos atores sociais.

Note-se, no entanto, que nas políticas públicas ambientais, o mecanismo de

participação e controle social mais recorrente são os conselhos gestores de políticas públicas (LEMA, 2016), que estimulam a atuação dos atores sociais. De acordo com as autoras Araújo e Simonian (2016), a constituição do conselho, por meio de reuniões dos atores sociais, representa a própria gênese do processo de governança em uma UC. Segundo Lema (2016), são espaços de diálogos e decisões acerca de temas de interesse público, no qual os atores envolvidos são, em geral, os representantes do governo, do setor produtivo e da sociedade civil organizada, normalmente organizações não governamentais.

Portanto, a governança ambiental amplia e consolida as articulações em torno de problemas socioambientais, possibilitando a construção de soluções socioambientais a partir das demandas endógenas (ARAÚJO; SIMONIAN, 2016). Por sua vez, Lema (2016) afirma que no Brasil, devido à cultura patrimonialista enraizada, os interesses públicos e privados acabam se confundindo, sobretudo nos governos locais, ocasionando práticas de corrupção e cooptação dos agentes públicos pelos privados.

Nestes termos, o World Resources Institute (2013) argumenta ser necessário aprimorar os processos e fortalecer as instituições por meio dos quais a sociedade toma decisões que afetam o meio ambiente, ou seja, é preciso estabelecer bases para a governança ambiental. Assim, a proposta desta dissertação é instrumentalizar as bases de governança ambiental em municípios, apoiando-os a partir do reconhecimento da riqueza ambiental de cada UC.

Os maiores desafios da governança do espaço urbano é a integração intergovernamental, o aperfeiçoamento da gestão municipal e uma gestão baseada mais na prevenção do que na ação emergencial e curativa (JACOBI, SULAIMAN, 2016). As unidades de conservação (UC) utilizadas na pesquisa são de gestão municipal e estão localizadas no município de Ananindeua. O local possui características de cidade dormitório (FREITAS; ALMEIDA; PEREIRA, 2014; FURTADO, 2013), pois aproximação com Belém acaba vinculando as ações dos moradores ananindeuenses com a capital. Esta característica amplia ainda mais o poder da gestão municipal sobre as UC, pois dificulta a inclusão e participação dos moradores.

Para verificar se existe governança ambiental no município de Ananindeua, e qual é sua estrutura, foram observados os requisitos avaliados no Perfil dos Municípios Brasileiros (Munic), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e feitas entrevistas com os gestores das UC. As principais especificações do município constam no subcapítulo 3.1.

2.2.2 Unidades de conservação

No Brasil, as unidades de conservação (UC) são regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), por meio da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (BRASIL, 2004). Esta legislação classifica as unidades de conservação (UC) como espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente.

As UC são divididas em dois grupos, Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. A diferença entre elas está na maneira de uso dos recursos naturais. Segundo o MMA (2019), a primeira refere-se ao uso indireto com recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental; já a segunda visa conciliar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais.

Ainda para o MMA (2019), essas são categorias de proteção integral: estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio de vida silvestre. São categorias de uso sustentável: área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva extrativista, área de proteção ambiental e reserva particular do patrimônio natural.

O SNUC propõe avanços nas legislações anteriores sobre áreas protegidas (MMA, 2015) no Brasil, principalmente por incorporar a participação popular na criação, implantação e gestão dessas áreas e ao legitimar a presença das populações tradicionais ou locais em áreas de preservação. Naturalmente as UC deveriam estimular a participação da sociedade nas decisões tomadas pelas unidades, principalmente pela estrutura organizacional que define a constituição do Conselho Gestor para as UC. A implantação de UC pode ocorrer, especialmente, de duas maneiras, por pleito social ou por intervenção governamental.

O primeiro aspecto se dá quando a sociedade, de forma individual ou coletiva, contesta a implantação de uma área de preservação. A instituição das Resex foi um exemplo da atuação social, os povos da floresta, sob liderança de Chico Mendes prezavam pela valorização econômica da floresta em pé e a verticalização da produção (SIMONIAN, 2018). Uma das táticas utilizadas por Chico Mendes foi o *empate*, que segundo Simonian (2018), refere-se à uma ação baseada no diálogo, no qual, para tentar convencer peões e jagunços a serviço dos fazendeiros a desistirem de derrubar a floresta, os seringueiros e familiares colocavam-se entre a floresta e as motosserras, evitando o desmatamento da Amazônia, por

vias pacíficas.

O segundo aspecto refere-se às políticas ambientais promovidas pelo governo para proteção de uma área de floresta ou marinha, como estratégia de conservação da biodiversidade de um tipo de bioma e/ou pesquisa científica. Um exemplo pertinente é o Parque Nacional de Itatiaia, primeira área de proteção do Brasil, criada em 1937, por Getúlio Vargas. O espaço anteriormente era uma estação biologia subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro (ICMBIO, 2019). Bastos et al. (2014) afirmam que o ordenamento jurídico brasileiro viabiliza a efetividade de uma política ambiental, porém é considerado incipiente ou problemático quando confrontado com a realidade do poder público local.

As UC estudadas nesta pesquisa referem-se a área de relevante interesse ecológico (ARIE). Segundo a classificação do SNUC (BRASIL, 2004) ARIE são áreas de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com particularidades naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. A categoria permite a utilização da área pelo setor privado, respeitados os limites constitucionais.

Conforme o Painel de Unidades de Conservação Brasileiras (MMA, 2019), o país tem ao todo 2.309 UC, representando 18,60% da área continental protegida e 26,45% da área de marinha. Destas, apenas 57 são classificadas como ARIE. Todas possuem gestão pública, sendo 14 municipais, 30 estaduais e 13 federais. Existem ARIE nos mais diversos biomas brasileiros: seis na Amazônia, cinco na Caatinga, 20 no Cerrado, cinco no Marinho, 25 na Mata Atlântica. O estado do Pará possui, nesta categoria, apenas as duas unidades de conservação de Ananindeua, objeto da pesquisa.

Segundo o MMA (2019) os conselhos gestores devem ter a representação de órgãos públicos (ambiental, pesquisa científica, educação, defesa nacional, cultura, turismo etc.) e da sociedade civil (população residente e do entorno, população tradicional, povos indígenas, setor privado atuante na região, comunidade científica e organizações não-governamentais com atuação na região), com a função auxiliar as atividades do gestor da UC e integrar a sua atuação com a população e as ações realizadas em seu entorno. As duas UC pesquisadas, Parque Antonio Danúbio e Museu Parque do Seringal, possuem Conselho Gestor previstas nos Decretos Municipais nº 14.598, de 04 de março de 2011, e nº14.942, de 16 de abril de 2012, respectivamente. O MMA (2019) também estabelece as competências dos Conselhos Gestores:

- Acompanhar a elaboração, implementação e revisão do plano de manejo da UC;
- Buscar a integração da UC com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- Buscar a compatibilização dos interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- Avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da UC;
- Opinar, no caso do conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP), na hipótese de gestão compartilhada da UC;
- Acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;
- Manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na UC, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e
- Propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

Registra-se que o manejo florestal é um modelo que permite a exploração dos elementos da natureza de maneira racional, por meio de técnicas que causem o mínimo impacto ambiental (LOPES, 2019). Após 40 anos de pesquisa na Amazônia, Silva (1996) descreveu de maneira sucinta a tecnologia do manejo florestal na Amazônia, podendo ser denominado de manejo auto-sustentado, ou ainda manejo sustentado. Segundo o autor, o manejo florestal é classicamente definido como uma aplicação de métodos empresariais e princípios técnicos da ciência florestal na operação de uma propriedade florestal, sendo a silvicultura¹⁷ como parte integrante do manejo.

Atualmente utiliza-se o conceito previsto no inciso VI, do artigo 3º, da Lei nº 11.284/2006, onde manejo florestal sustentável é a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras, de múltiplos produtos e subprodutos não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal. Lopes (2019) que explica ainda, como o manejo prioriza a permanência da floresta em pé, pois a sua existência garante a sobrevivência econômica da atividade e possibilita que as populações nativas vivam dos recursos proporcionados pela própria floresta, evitando sua derrubada.

¹⁷ A silvicultura deve ser entendida como a parte da ciência florestal que trata do estabelecimento, condução e colheita de árvores. Esse conceito, que à primeira vista parece referir-se somente a florestas plantadas, aplica-se também a florestas naturais.

Assim, a implementação de um demonstrativo que auxilie a atuação do conselho gestor, pode ampliar o desempenho e melhorar a qualidade das decisões das UC e mostre que a existência de manejo florestal impacta na proteção do patrimônio ambiental e social. Desta maneira, a exposição da situação patrimonial de UC de maneira mais clara e objetiva, no âmbito ambiental, social e econômico, como propõe o DSAUC, tende a estimular o alcance das diretrizes do art. 5º do SNUC, principalmente os itens I, II, III, V, VI, VIII, X, XI, XII e XIII:

- I - assegurem que no conjunto das unidades de conservação estejam representadas amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, salvaguardando o patrimônio biológico existente;
- II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;
- III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;
- IV - busquem o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação;
- V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;
- VI - assegurem, nos casos possíveis, a sustentabilidade econômica das unidades de conservação;
- VII - permitam o uso das unidades de conservação para a conservação *in situ* de populações das variantes genéticas selvagens dos animais e plantas domesticados e recursos genéticos silvestres;
- VIII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;
- IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;
- X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos;
- XI - garantam uma alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos;
- XII - busquem conferir às unidades de conservação, nos casos possíveis e respeitadas as conveniências da administração,

autonomia administrativa e financeira; e
 XIII - busquem proteger grandes áreas por meio de um conjunto integrado de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas ou contíguas, e suas respectivas zonas de amortecimento e corredores ecológicos, integrando as diferentes atividades de preservação da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e restauração e recuperação dos ecossistemas (BRASIL, 2004).

Além disso, a *performance* do DSAUC pode recriar a ideia do *empate*, sob um panorama novo de atuação, pois o demonstrativo poderá incentivar o diálogo entre Estado e sociedade, para a defesa da sustentabilidade ambiental, social e econômica das UC, já que viabiliza a provocação de discussões para estabelecer as melhores decisões em uma sociedade democrática. Simonian (2018) menciona a tática do *empate* como uma proposta diferenciada dos modelos tradicionais, sendo referência para Amazônia.

2.3 Contabilidade

Contabilidade é a ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade (CFC, 2011). Estes fenômenos, denominados patrimoniais, referem-se a toda e qualquer ocorrência que se manifesta na essência da riqueza na célula social (SÁ, 2010). Trata-se de ciência complexa, pois comunica aos diversos usuários informações por ela geradas, visando ser útil para a tomada de decisão destes mesmos usuários (SÁ, 2010; SILVA, 2009). O papel de informar, de maneira única, aos diversos usuários (investidores, credores, gestores, governos, empregados, sociedade etc.), com distintos interesses e funções, exige regras que orientem quem executa e quem analisa os demonstrativos organizacionais.

Sugerida como a arte da escrituração mercantil, a contabilidade foi evoluindo conforme a expansão das necessidades da sociedade, nos períodos antigo, moderno e científico (SÁ, 2010). O desenvolvimento da contabilidade ocorreu em períodos equivalentes ao capitalismo, evoluindo da técnica de guarda-livros à ciência, após a Revolução Industrial. Segundo Yamamoto, Pაცეზ e Malacrida (2011), o desenvolvimento industrial e econômico do final do século XX careceu de informações gerenciais, com a finalidade de servir de apoio à tomada de decisão dos usuários internos da empresa.

Esta evolução pode ser demonstrada no Brasil com a implementação da Lei nº 11.638/2007, que passou a incorporar no país os padrões internacionais de registro contábil. O

processo de convergência das normas contábeis é uma tentativa da IASC¹⁸ de estabelecer normas supranacionais, a fim de padronizar as informações corporativas no mundo (LEMES; CARVALHO, 2010), reforçando a visão de Ortega-Gasset (2007) quanto à padronização das coisas e pessoas. No Brasil, este processo é regulamentado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Apesar de motivada por interesses lucrativos e financeiros, a Contabilidade, mesmo no campo público, com dinâmicas sociais novas e a influência de novos conceitos, como governança e sustentabilidade, já tratados neste trabalho, demonstra a necessidade de buscar informações além daquelas voltadas apenas para fins econômico-financeiros.

Muitos classificam o objeto de estudo da contabilidade como o patrimônio (LEMES; CARVALHO, 2010; SÁ, 2010; YAMAMOTO; PACCEZ; MALACRIDA, 2016). Entretanto, autores latino-americanos, como o argentino Carlos Luís García-Casella e os colombianos Eutimio Mejía-Soto e Carlos Alberto Montes-Salazar, sugerem o entendimento mais amplo da atuação da contabilidade, extrapolando o reducionismo contábil e compreendendo que a contabilidade pode ser mais do que um fenômeno econômico.

Neste capítulo, busca-se complementar os conceitos desenvolvidos e aplicados pelo Conselho Federal de Contabilidade e outros órgãos reguladores da contabilidade pública, com a abordagem sistêmica da Teoria Tridimensional da Contabilidade [ver item 2.3.2]. Porém, este enfoque também necessita ser complementado com conceitos não sistêmicos.

2.3.1 Teoria Geral da Contabilidade – TGC

A Teoria Tridimensional da Contabilidade (T3C), segundo Mejía-Soto et al. (2014) constitui uma proposta sistêmica e integradora de avaliação qualitativa e quantitativa da existência e circulação da riqueza ambiental, social e econômica no âmbito de uma estrutura comum e unificada, mas diferenciadora das especificidades das três realidades que representa. Segundo Mejía-Soto, Montes-Salazar e Dávila (2011) a T3C origina-se na Teoria Geral da Contabilidade (TGC), com a concepção que a contabilidade pode ser patrimonial, de gestão, governamental, econômica e social, superando o reducionismo que a contabilidade sofreu nas suas componentes teóricas e práticas. Garcia-Casella (2011) em suas análises descarta as hipóteses que fazem referência às considerações reducionistas e parciais da contabilidade:

- (i) É falso que a Contabilidade se preocupa “somente fenômenos econômicos”. Esta hipótese é descartada porque os aspectos econômicos são uma parte dos temas de estudo da contabilidade, seu alcance

¹⁸ *International Accounting Standards Committee* (Comitê de Normas Contábeis Internacionais).

resguarda aspectos sociais, ambientais, culturais e outros, que são suscetíveis aos interesses de usuários determinados;

(ii) A Contabilidade trata “somente fatos administrativos do passado e do presente”. Hipótese também descartada, pois a contabilidade a partir da informação passada e as condições presentes, projeta o comportamento organizacional. Um dos aspectos mais importantes da contabilidade é a capacidade de fundamentar as decisões dos usuários para o futuro da organização. A depreender-se de Mejía-Soto, Montes-Salazar e Dávila (2011), a Contabilidade deveria fazer projeções que permitam avaliar as situações futuras da entidade e as melhores ações a serem adotadas para o bem-estar organizacional.

(iii) A Contabilidade não pode tratar “somente questões patrimoniais”. Este aspecto é apenas um segmento dos distintos tópicos necessários para oferecer uma informação de acordo com as diferentes necessidades dos usuários, pois ao apresentar somente informações patrimoniais, se desconhece a necessidade de informes em matéria de gestão, governamental, socioambiental econômica;

(iv) A função do contador não pode se limitar a apresentar exclusivamente as demonstrações contábeis. A preparação e apresentação dos demonstrativos contábeis são importantes, mas não resumem as funções do contador. No caso desta pesquisa realça ainda mais o profundo papel do contador para observação e adequada forma de registro das riquezas ambientais e sociais. Porém, a flexibilização do conhecimento contábil é necessária.

(v) O processo contábil não está “exclusivamente orientado a determinar lucro”. Os usuários da informação contábil não estão motivados exclusivamente por interesses lucrativos e financeiros, podem existir interesses diversos, principalmente quando vinculados ao setor público, uma vez que existe uma diversificação expressiva dos usuários.

Garcia-Casella (2011) também enfatiza que a Contabilidade é qualitativa e quantitativa, expressa aspectos em termos monetários, porém existem realidades que são objeto da ciências contábeis e que não se expressam monetariamente, deste modo não se pode dizer que “a Contabilidade é exclusivamente monetária”. A teoria contábil que fortalece o pensamento marxista é a Teoria do Valor. Contabilmente, “[...] valor é a expressão quantitativa de medida do fenômeno patrimonial [...]” (SÁ, 2010, p.199), norteando o patrimônio, expresso em dinheiro, medida universal do modo de produção capitalista, modelo contábil que historicamente utiliza moeda como unidade de expressão.

Porém, os modelos contábeis sociais e ambientais requerem a utilização de unidades de medida físicas, pois a moeda não é um instrumento adequado para representação de segmentos sociais e ambientais (MEJÍA-SOTO, MONTES-SALAZAR, DÁVILA, 2011). A adequada análise dos segmentos sociais e ambientais necessita ser ancorada em teorias complementares à contabilidade, não implicando em relações de domínio ou dependência.

2.3.2 Teoria Tridimensional da Contabilidade – T3C

A T3C entende que o estudo e a compreensão da sustentabilidade da riqueza controlada por organizações requerem uma leitura da existência e impactos desta riqueza em três dimensões, calculados por meio dos modelos: biocontabilidade, socio-contabilidade e contabilidade econômica; em fases indicadas, oferecendo um cenário de aproximação da sustentabilidade da riqueza (MEJÍA-SOTO; CEBALLOS, 2016). Este conjunto de fases permite compreender integralmente a situação e evolução nas organizações.

O quadro 09 mostra como as diferentes concepções e práticas que fundamentam modelos que constituem a T3C. A biocontabilidade estuda a valorização ambiental; a sócio-contabilidade, a valorização social; e a contabilidade econômica, a valorização econômica. A contabilidade tridimensional as integra, compreendendo interrelação e interdependência entre elas. Busca-se em cada modelo a manutenção das dimensões da riqueza, fator que deverá conciliar-se com a evolução integral da sustentabilidade (MEJÍA-SOTO; CEBALLOS, 2016). Os critérios de reconhecimento da evidenciação de cada campo da riqueza se expressam, segundo Mejía-Soto e Ceballos (2016), de maneira diferente, requerendo critérios específicos para sua inclusão, onde os aspectos referentes em uma dimensão não são aplicáveis em outras.

Quadro 9 - Modelos da teoria tridimensional da Contabilidade

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	BIOCONTABILIDADE	SÓCIO-CONTABILIDADE	CONTABILIDADE ECONÔMICA
Objeto de estudo	Valorização ambiental controlada pela organização	Valorização social controlada pela organização	Valorização econômica controlada pela organização
Finalidade	Sustentabilidade da riqueza ambiental	Sustentabilidade da riqueza Social	Manutenção do capital econômico
Crítérios de reconhecimento	A existência de recursos naturais	A existência de recursos úteis e com função social	Benefício ou sacrifício econômico e medição monetária confiável.
Apresentação da informações	Demonstrativos contábeis ambientais	Demonstrativos contábeis sociais	Demonstrativos econômicos e financeiros
Benefícios perseguidos	Sustentabilidade ambiental	Benefícios sociais	Benefícios econômico-financeiros
Unidade de medida	Unidade de valor ambiental (UVA)	Unidade de valor social (UVS)	Unidades monetárias (UM)
Método de apresentação	Métodos múltiplos	Métodos múltiplos	Partidas dobradas

Fonte: Adaptado de Mejía-Soto e Ceballos, 2016.

García-Montaño, Rodríguez-García e Ruiz-Torres (2016) compreendem que a disciplina sócio-contabilidade estuda a valoração qualitativa e quantitativa da existência e circulação da riqueza social controlada pela organização, utilizando diversos métodos que permitem cumprir sua função de avaliar a gestão que a organização exerce sobre a riqueza social, com a finalidade de contribuir para a ótima acumulação, distribuição e sustentabilidade integral da mencionada riqueza social.

A partida dobrada representa a explicação da origem e efeito do fenômeno patrimonial, uma igualdade de valor em causa e efeito, ou acontecimento havido com a riqueza patrimonial (SÁ, 2010). Partidas dobradas é considerado o método mais comum de representação da riqueza econômica, mas não é o único. Para atender às novas demandas, biocontabilidade e sócio-contabilidade devem sugerir novos métodos de representação. Para Mejía-Soto e Ceballos (2016), os demonstrativos tridimensionais constituem o reconhecimento da integralidade e indivisibilidade da realidade, da conexão e articulação das dimensões, da condição sistêmica da unidade da vida nas multirrelações e da convivência dinâmica da pluralidade de causas e efeito, em tempos e espaços indeterminados.

Conforme definido por Mejía-Soto e Ceballos (2016) as particularidades de cada uma das dimensões da riqueza requerem demonstrativos e informes contábeis nos três campos. Os demonstrativos financeiros tradicionais não são adequados para representar a realidade ambiental e social, pois cada modelo demonstra o benefício que o homem conquista com a informação elaborada, evidenciando as diferenças entre as concepções antropocêntricas e biocêntricas. As dimensões ambiental e social da riqueza devem ser representadas em unidades de valor ambiental e unidades de valor social, propostas pela T3C. Os conceitos complementares relevantes da T3C indicados por Mejía-Soto e Ceballos (2016) são:

- A Contabilidade é uma ciência social aplicada que desenvolve componentes tecnológicos e técnicos, tendo um campo positivo empírico e indutivo e outro campo normativo dedutivo e subjetivo, com critérios estratégicos e éticos.
- O objeto material e formal de estudo da Contabilidade inclui a riqueza ambiental, social e econômica. A Contabilidade se complementa com diferentes ramos do saber, não implicando em relações de domínio ou dependência. Os problemas da sociedade e as soluções dos mesmos requerem a participação ativa de todos os saberes científicos e não científicos.
- A Contabilidade permite redirecionar contas (passado), mostrar o presente, prever o futuro. Cumprir estes objetivos se conquista com o avanço em quatro etapas: a descrição, a explicação, a predição e a prescrição da valoração qualitativa e quantitativa da existência e circulação da riqueza ambiental, social e econômica controlada pela organização.
- A Contabilidade pode utilizar diversos métodos de representação tais como partidas simples, partidas dobradas, partidas múltiplas, entre outros.
- A finalidade da contabilidade tridimensional se sustenta em uma concepção ética

biocêntrica¹⁹. Não se limita a dar conta da realidade em termos de neutralidade e objetividade. Tem finalidade ancorada em aspectos axiológicos²⁰, sustentados no dever de ser da sociedade.

- A T3C propõe o uso qualitativo e quantitativo de unidades de medida, estas últimas monetárias e não monetárias, reconhecendo que em cada dimensão se utilizam critérios de medição e valoração intrínseca e extrínseca diferentes, dependendo da realidade objeto de estudo e do modelo contábil aplicado.

- A T3C aporta que a consolidação do saber científico contábil é um fator de conexão entre o campo teórico e o prático da contabilidade. Deve-se avaliar a responsabilidade do profissional contábil por suas contribuições à sociedade mais justa, equitativa, solidária e respeitosa, de todas as formas e manifestações de vida. Seu compromisso não é com a organização somente, mas também a sociedade presente e as gerações futuras.

Os conceitos propostos pela T3C são relevantes para melhorar a transparência e a *accountability* nas unidades de conservação municipais, pois possibilita avaliar além da dimensão econômica, os aspectos ambientais e sociais de acordo com as suas peculiaridades. A importância de incorporar o saber científico e não científico, perpassando pela valorização da cultura e dos valores locais, incluindo-os na concepção das informações para tomada de decisão dos gestores e na responsabilização dos mesmos.

2.3.3 Contabilidade pública brasileira

Com a edição da Lei nº 4.320 de 1964, que elegia o orçamento público como o instrumento necessário a assegurar o equilíbrio fiscal no país, durante muito tempo a administração pública brasileira fez o uso da Contabilidade para evidenciar a execução orçamentária, afastando-se, assim, do arcabouço teórico da Contabilidade como ciência (NASCIMENTO et al., 2015). No entanto, segundo Elias et al. (2013) com as transformações ocorridas no cenário econômico mundial, devido ao rápido processo de globalização da economia, fizeram surgir uma nova necessidade no país para modernização dos procedimentos contábeis públicos por meio do resgate da contabilidade pública como ciência.

Em 2008, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) passou a desenvolver uma base teórica necessária à reformulação contábil pública nacional, objetivando promover um conjunto de normas com base científica para os procedimentos contábeis públicos a serem adotados no Brasil, tendo como premissa o processo de convergência aos padrões

¹⁹ É uma concepção na qual todas as formas de vida são igualmente importantes.

²⁰ Valores predominantes em uma determinada sociedade.

internacionais das normas contábeis (ELIAS et al., 2013). O Conselho visa assegurar a evolução das ciências contábeis e a aplicação do conhecimento atualizado e globalizado no exercício profissional (CFC, 2012). Portanto, nota-se um processo de evolução na Contabilidade pública brasileira, porém influenciado por mecanismos exógenos (internacionais) e com bases nas concepções econômicas e não ambientais e/ou sociais.

Segundo a Resolução do CFC nº 1.128/2008 o objetivo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social²¹. Além disso, esta resolução prevê a função social da Contabilidade aplicada ao setor público, devendo refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias (CFC 2008). Ou seja, em tese, a Contabilidade precisa colaborar com a sociedade fornecendo elementos necessários para a participação social.

Desta maneira, para atender aspectos ambientais e sociais das unidades de conservação, foram aplicados os indicadores de medição da T3C, visando auxiliar e instrumentalizar a atuação dos atores locais, bem como a *accountability* das UC municipais. No entanto, cabe destacar que a proposta do estudo não é de substituição ou a redução da contabilidade pública já existente nas prefeituras brasileiras, mas incorporar às práticas contábeis do setor público brasileiro um demonstrativo contábil desenvolvido para UC geridas pelo poder público.

As Normas Brasileiras de Contabilidade 15 (NBC T 15 – Informações de natureza social e ambiental), estabelecida pelo Conselho Federal de Contabilidade, institui procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade (CFC, 2004). A norma estabelece o que são informações sociais e ambientais:

²¹ Para o Estado brasileiro o conceito de controle social é relacionado ao papel da sociedade de fiscalizar o Estado. Já o conceito da sociologia que esta relacionado a intervenções externas ao comportamento dos indivíduos.

Quadro 10 - Requisitos das informações sociais e ambientais para NBC T 15

ITEM	DESCRIÇÃO
Geração e distribuição de riqueza	Apresentação semelhante a Demonstração do Valor Adicionado (DVA).
Recursos humanos	Deve contar os dados referentes a remunerações, benefícios concedidos, composição do corpo funcional e as contingências e os passivos trabalhistas.
Interação da entidade com o ambiente externo	Deve contar dados sobre o relacionamento da entidade com a comunidade, com os clientes e os fornecedores, e os incentivos decorrentes desta interação.
Interação com o meio ambiente	Devem ser evidenciados os investimentos e gastos com: a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados; educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade; educação ambiental para a comunidade; projetos ambientais; processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; valor de multas e das indenizações relativas a matéria ambiental; e passivos e contingências ambientais.

Fonte: Adaptado de Conselho Federal de Contabilidade – NBC T 15.

A norma também estabelece a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (DINSA), cujas informações ambientais e sociais podem ou não ser extraídas da Contabilidade. Este instrumento não é obrigatório mas quando divulgado precisa ser complementar às demais demonstrações contábeis, sem se confundir com as notas explicativas (CFC, 2004). Conforme esposto no Quadro 10, o DINSA não é voltado para o setor público.

Assim, considerando que há normativo que regulamenta as informações sociais e ambientais, a NBC T 15 será utilizada como suporte para fundamentar a construção do DSAUC. Porém, por ser voltada para organizações privadas, será um apoio parcial, sendo observados os aspectos pertinentes ao setor público e a UC.

2.3.4 Balanço Social X DSAUC

O Demonstrativo Socioambiental de Unidade de Conservação (DSAUC), proposto neste trabalho, não se refere ao Balanço Social, introduzido inicialmente da França em 1977 e depois difundido para outros países (TINOCO; KRAEMER, 2004). No Brasil, as instituições mais atuantes nas práticas de responsabilidade social são o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Segundo Igarashi et al. (2010) estas instituições têm como objetivo mobilizar e conscientizar as empresas e a sociedade sobre a importância da inserção de políticas administrativas éticas e responsáveis em suas ações. Entretanto, não é um demonstrativo obrigatório.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 87), “[...] o Balanço Social é o instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, de modo mais transparente possível, informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferentes usuários”. Mas este instrumento foi desenvolvido para atender ao setor privado, incentivando práticas no setor público, como o Mapa de Exclusão Social, apresentado junto

com o Balanço Geral do Estado (LIMA, 2004). O DSAUC é voltado para unidade de conservação, atrelando questões do setor público ao demonstrativo.

A distinção entre balanço e demonstrativo é necessária para compreender a diferença entre o Balanço Social e o DSAUC, pois a ideia de balanço refere-se à situação estática, já o demonstrativo, à dinâmica das informações ambientais, sociais e econômicas. O exposto por Yammamoto, Pancez e Malacrida (2016) sobre Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado de Exercício (DRE) serve como exemplo, pois, segundo os autores, o Balanço Patrimonial é uma demonstração estática e a DRE é dinâmica, pois reflete os eventos de causa e efeito no patrimônio líquido da empresa em decorrência do desempenho das suas atividades.

Além disso, cabe mencionar que os relatórios de sustentabilidade, desenvolvidos com a premissa de apoiar as ações vinculadas ao desenvolvimento sustentável (IGARASHI et al., 2010), dão enfoque às informações quantitativas. O DSAUC, a partir da T3C, classifica qualitativa e quantitativamente o patrimônio das UC, observando aspectos econômicos, ambientais e sociais. Portanto, uma demonstração contábil dinâmica, qualitativa e quantitativa, elaborada para o setor público, que possibilite a sociedade viabilizar melhor a atuação das UC.

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA DE ANANINDEUA

Este capítulo objetiva demonstrar o histórico e a estrutura organizacional da prefeitura de Ananindeua, destacando os organismos ambientais, como a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), o Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva e o Museu Parque do Seringal. Dividido em subcapítulos, aborda as temáticas do histórico do município, a estrutura da Prefeitura de Ananindeua, a estrutura da Secretaria de Meio Ambiente e a estrutura das unidades de conservação pesquisadas.

3.1 Histórico do município

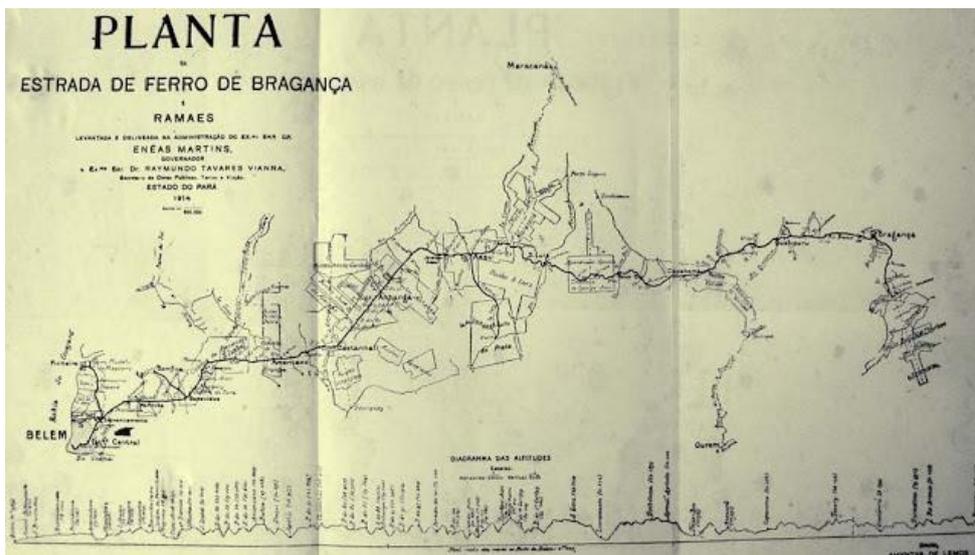
Ananindeua tornou-se município por meio do Decreto-Lei nº 4.505/1943, de 03 de janeiro de 1944. No entanto, o povoamento local é anterior à instalação legal do município. De acordo com Almeida (2006), o primeiro registro de ocupação de Ananindeua data de 1790, por meio de um engenho de cana de açúcar de propriedade do Conde Antônio Koma de Melo, às margens do rio Guamá (atual Colônia Agrícola do Abacatal). Em meados de 1850, fugindo dos confrontos da Cabanagem, ribeirinhos estabeleceram-se nas margens do rio Maguari-Açu.

O crescimento urbano do município teve três marcos significativos: o primeiro, referente à instalação da Estrada de Ferro de Bragança (EFB). O segundo, a inauguração da BR-010 (Belém-Brasília). Sendo que o terceiro foram as políticas de habitação popular do

período militar. Apesar do município possuir 14 ilhas (IBGE, s.d), a expansão populacional ocorreu pelas vias terrestres (ferrovia e rodovia). De acordo com o Panorama do IBGE (2017), as ilhas de Ananindeua, quase todas habitadas, permanecem com a natureza majoritariamente intocada, servindo como verdadeiros centros de reprodução da diversidade biológica da Amazônica.

Furtado (2014) explica que o intuito do Governo ao desenvolver a Região Bragantina no final do século XIX, deu início à construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), visando colonizar a extensão geográfica que separa Belém de Bragança, criando ao longo de sua extensão colônias agrícolas que passaram a fornecer produtos para Belém, ocasionando desmatamento, principalmente da espécie típica da região, o Anani. A figura 2 expõe o trajeto da estrada de Ferro Belém Bragança a época

Figura 2 - Planta da Estrada de Ferro Belém Bragança



Fonte: Furtado, 2011.

Além disso, Furtado (2010) e IBGE (s.d.) confirmam que antes da inauguração do primeiro trecho da EFB, em 1883, iniciou-se a instalação de uma espécie de oficina de trens (localizada na área próxima à sede da prefeitura), evoluindo para uma vila de casas onde residiam os operários da manutenção, que deu origem ao povoado de Ananindeua. A ocupação não ocorreu de modo linear. No mesmo período de instalação da Vila Operária, segundo Furtado (2010), outros proprietários de terra começaram a se estabelecer em diversos pontos do município, tais como: Maguary, área do Distrito Industrial, Mocajutuba, Tropiqueira, São Sebastião e Curuçambá.

Figura 3 - Curtume Maguary



Fonte: Lúcia Araújo, s.d.

Por volta de 1895, chega no Maguari o senhor José Marcelino de Oliveira, vindo do município do Acará. Em 1900, ele funda a primeira escola do município: Quinta Carmita. Em 1916, os sócios Saunders e Davids adquirem a propriedade do curtume Maguary, dissolvendo a sociedade em 1934 (ALMEIDA, 2006; FURTADO, 2010). Atualmente no espaço do curtume são sediadas as Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), representada nas figuras 4 a 6, respectivamente.

Figura 4 - Entrada comum para Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Habitação



Fonte: autora, em 17/07/2018.

Figura 5 - Prédio sede da Secretaria de Meio Ambiente de Ananindeua



Fonte: autora, em 17/07/2018.

Figura 6 - Prédio sede da Secretaria Municipal de Habitação



Fonte: autora, em 17/07/2018.

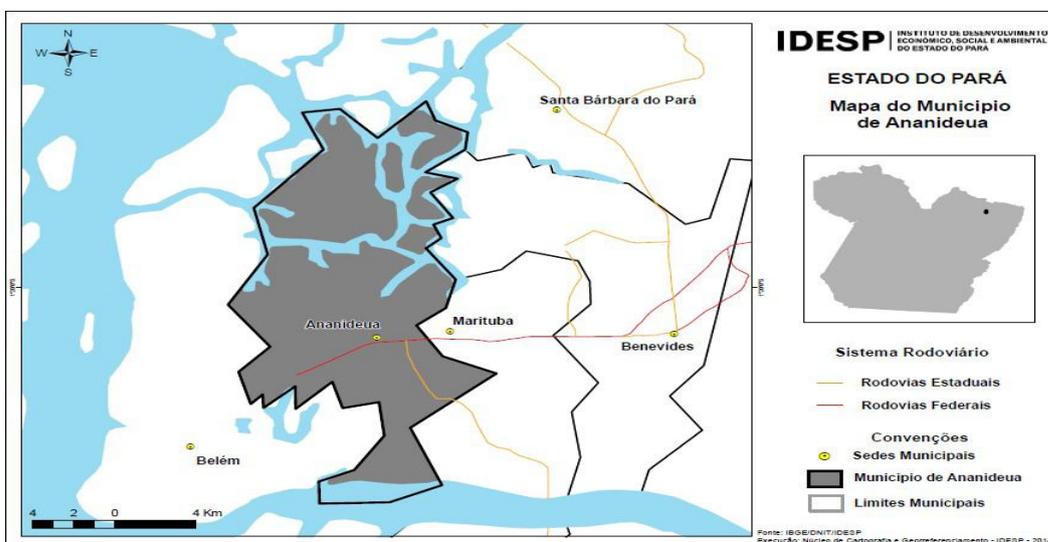
Em 1960 foi inaugurada a BR-010 (Belém-Brasília), iniciando o período dos fluxos migratórios oriundos de diversas regiões do estado e do país (FURTADO, 2010). Em 1968, com a inauguração do conjunto habitacional Nova Marambaia I, com 834 unidades, pela Companhia de Habitação do Pará (COHAB/PA), houve o estímulo da ocupação de áreas além dos limites da capital, começando a adentrar no município de Ananindeua. Entre 1976-1986, foram instalados os conjuntos habitacionais Cidade Nova I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII e IX pela COHAB/PA (FURTADO, 2010; ALMEIDA, 2006), como elementos relevantes para a expansão urbana.

Em 1997, conforme identificado por Furtado (2010), por meio de levantamento aerofotogramétrico promovido pela COHAB/PA, Ananindeua apresentou um processo de conurbação da área expandida do espaço originário de Belém com a sede de Ananindeua. Freitas, Almeida e Pereira (2014) explicam que esta aproximação com a capital paraense

impactou diretamente os hábitos populacionais, pois a maioria dos moradores trabalha, estuda e busca lazer fora de Ananindeua, mesmo que a cidade tenha apresentado nos últimos anos um considerável desenvolvimento econômico, ainda é vista como cidade-dormitório.

A população do município ampliou, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 1,85% ao ano, passando de 392.947 para 471.980 habitantes, com a atual estimativa demográfica de 525.566 habitantes (IBGE, s.d). Os dados do Censo Demográfico (2010) também revelaram que 6,4% da população está na extrema pobreza, sendo a maior intensidade na área rural.

Figura 7 - Mapa básico da área urbana de Ananindeua



Fonte: IDESP, 2014.

Os aspectos ambientais estão relacionados ao uso nocivo do meio ambiente, primeiramente com as retiradas de árvores para abastecer os trens a vapor para a EFB, depois para plantação agrícola e construção de conjuntos habitacionais (FURTADO, 2014). Atualmente, com a expansão de Belém e do próprio município, observa-se o aumento de condomínios fechados, tanto verticais quanto horizontais.

Com relação aos aspectos econômicos, segundo o DATASUS, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal cresceu de R\$ 3.253,8 milhões em 2009 para R\$ 6.236,5 milhões em 2015. A estrutura econômica do município demonstrava participação expressiva do setor de serviços, correspondendo a 47,5% do PIB municipal, seguido do setor industrial, cuja participação no PIB era de 19,4% em 2015 (DATASUS). A forte atuação do setor de serviços fortalece a formação da receita pública municipal, cujo impacto financeiro é registrado diretamente para a prefeitura, por meio dos impostos de ISSQN, IPTU e Alvarás²².

²² Tributos de competência municipal, relacionados a prestação de serviços de qualquer natureza e imóveis.

3.2 Prefeitura Municipal de Ananindeua

A Prefeitura Municipal de Ananindeua (PMA) é um órgão. De acordo com Schults (2016), um órgão é formado por conjunto de cargos, reunidos em caráter permanente, sob uma autoridade formalmente constituída, para executar atividades preestabelecidas, a fim de atingir determinado objetivo. A autoridade do Poder Executivo é exercida pelo prefeito, auxiliado pelos secretários (PREFEITURA DE ANANINDEUA, 1990, art. 54), com o conjunto de atribuições, com responsabilidade (deveres) e prerrogativa (direitos).

O artigo 70 da Lei Orgânica de Ananindeua estabelece que cabe ao prefeito, podendo ser delegadas, por decreto ao vice-prefeito, os secretários e ao procurador municipal, funções administrativas que não sejam de sua competência exclusiva:

- I - nomear e exonerar os Secretários e o Procurador-Geral do Município;
- II - exercer, com o auxílio dos Secretários e do Procurador Municipal, a direção superior da administração municipal;
- III - executar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, e os orçamentos anuais do Município;
- IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
- V - representar o Município em juízo e fora dele;
- VI - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir regulamento para sua fiel execução;
- VII - vetar, no todo ou em parte, projetos de lei, na forma prevista, nesta Lei Orgânica;
- VIII - expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;
- IX - permitir ou autorizar a execução dos serviços públicos por terceiros;
- X - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;
- XI - prover e extinguir os cargos públicos municipais, na forma da lei, e expedir os demais atos referentes à situação funcional dos servidores, salvo os da Câmara Municipal;
- XII - remeter mensagem e plano de governo à Câmara por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as providências que julgar necessárias;
- XIII - encaminhar ao Tribunal de Contas dos Municípios até o dia trinta e um de março de cada ano, a sua prestação de contas e à Mesa da Câmara, bem como os balanços do exercício findo;
- XIV - enviar à Câmara o projeto de lei do orçamento anual das diretrizes orçamentárias e do orçamento plurianual de investimentos;
- XV - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;
- XVI - fazer publicar os atos oficiais;
- XVII - prestar à Câmara, dentro de trinta dias, as informações solicitadas na forma regimental, assim como comparecer à Câmara Municipal quando convocado nos termos desta lei, e o não atendimento incorrerá em crime de responsabilidade;
- XVIII - superintender a arrecadação dos tributos e preços bem como a guarda e aplicação da receita, autorizando as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou de créditos votados pela Câmara;
- XIX - colocar à disposição da Câmara até o dia vinte de cada mês, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendendo os créditos suplementares e essenciais;
- XX - aplicar multas previstas em lei e contratos, bem como revê-las quando impostas irregularmente;

- XXI - resolver sobre os requerimentos, reclamações ou representações que lhe forem dirigidas;
- XXII- oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, os logradouros públicos; mediante aprovação da Câmara Municipal;
- XXIII - dar denominação a próprios municipais e logradouros públicos mediante aprovação da Câmara Municipal;
- XXIV - aprovar projetos de construção, edificação e parcelamento do solo para fins urbanos, após apreciação pela Câmara Municipal;
- XXV- solicitar o auxílio da polícia do Estado para garantia do cumprimento de seus atos, bem como fazer uso da Guarda Municipal no que couber;
- XXVI - decretar o estado de emergência quando for necessário preservar ou prontamente restabelecer, em locais determinados e restritos do Município a ordem pública ou a paz social;
- XXVII - convocar e presidir o Conselho do município; XXVIII - elaborar o Plano-Diretor;
- XXIX - conferir condecorações e distinções honoríficas;
- XXX- convocar extraordinariamente a Câmara quando o interesse da administração o exigir;
- XXXI - contrair empréstimos e realizar operações de crédito mediante prévia autorização da Câmara Municipal;
- XXXII - exercer outras atribuições previstas nesta lei. (PREFEITURA DE ANANINDEUA, 1990).

A composição organizacional da PMA é demonstrada por meio do organograma disponível no sítio eletrônico da prefeitura. Quando confrontado com a classificação de órgãos, prevista por Schultz (2016) [ver 2.1.3], identifica-se que a PMA possui estrutura de órgão de conjunto, pois é formada por vários outros órgãos, mas integrados por um único agente público, que é o prefeito. A composição, a princípio, é colegiada ou pluripessoal, pois, além do prefeito e secretários, incluem também os Conselhos Municipais, constituídos por vários agentes públicos. Com relação à abrangência geográfica de atuação, os órgãos exercem atribuições em todo o território municipal.

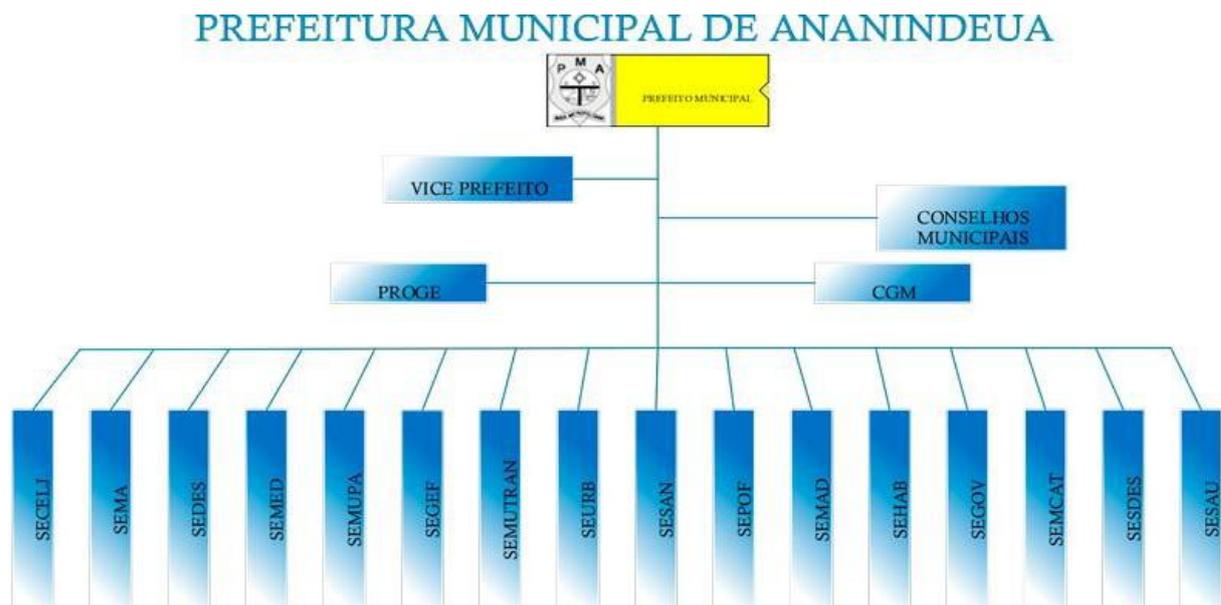


Figura 8 - Organograma da Prefeitura Municipal de Ananindeua

Fonte: Prefeitura Municipal de Ananindeua

A posição estatal pode ser considerada mista. O órgão, Prefeitura, possui as cinco características de autonomia dos municípios brasileiros: auto-organizatória; política; financeira; legislativa; administrativa (CORRALO, 2015), portanto, classifica-se como Órgão autônomo. Além disso, o organograma evidencia órgãos de direção e controle. As Secretarias Municipais, Procuradoria Geral do Município e a Controladoria Geral do Município, sujeitas à subordinação e ao controle hierárquico da prefeitura, e não gozam de autonomia administrativa nem financeira, classificando-se como órgãos superiores.

3.3 Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Esta pesquisa observou especificamente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), criada por meio da Lei 2.147, de 06 de maio de 2005, modificada pela Lei 2.154, de 08 de julho de 2005, Lei 2.231, de 24 de julho de 2006, e Lei Complementar 2.517, de 01 de julho de 2011. De acordo com o sítio eletrônico da SEMA é de competência da secretaria:

- (i) formular, executar e avaliar a Política Municipal de Meio Ambiente, em consonância com as diretrizes gerais estabelecidas pelo Governo Municipal, respeitada a legislação vigente;
- (ii) formular, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos atinentes à preservação, à conservação e ao uso sustentáveis dos recursos ambientais, assim como à sua fiscalização e controle, no âmbito das competências do Município;
- (iii) formular, executar e monitorar projetos e programas de educação ambiental no Município, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação;
- (iv) promover a manutenção dos serviços de arborização e ajardinamento de praças e parques públicos do Município;
- (v) regulamentar, organizar, coordenar e executar as atividades relativas à fiscalização do cumprimento das normas referentes ao meio ambiente, em consonância com a legislação vigente;
- (vi) auxiliar na elaboração da proposta de legislação ambiental do Município, em colaboração com a Procuradoria Geral do Município;
- (vii) administrar o Fundo Municipal do Meio Ambiente, de acordo com as diretrizes do Conselho Municipal de Meio Ambiente e em articulação com a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças;
- (viii) instituir e administrar as unidades de conservação do município, inclusive propor e editar normas e padrões de gestão de tais unidades;
- (ix) regulamentar, coordenar e executar as atividades relativas ao licenciamento para localização, instalação, ampliação, reforma e operação de atividades e empreendimentos potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, de acordo com as normas municipais e a legislação estadual e federal aplicável;
- (x) estudar e propor diretrizes municipais, normas e padrões relativos à preservação e à conservação de recursos ambientais e

paisagísticos, no Município;

(xi) proteger o meio ambiente na definição de qualquer política, programa ou projeto público ou privado dentro dos limites territoriais do Município;

(xii) exigir compensação ambiental às atividades e empreendimentos potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, pelos efeitos de danos e/ou impactos ambientais não mitigáveis;

(xiii) fiscalizar atividades e empreendimentos potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais dentro dos limites territoriais do Município, e, quando for o caso, implantar medidas corretivas de defesa ambiental;

(xiv) promover a realização de estudos e propor medidas, em parceria com a Secretaria Municipal de Saneamento e Infraestrutura, para a regulamentação do zoneamento, exploração e ocupação do solo, visando assegurar o uso sustentável dos recursos ambientais;

(xv) articular-se com órgãos estaduais e federais e, quando for o caso, com outros municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção, controle e fiscalização ambiental;

(xvi) propor convênios de cooperação técnico-científica com órgãos e entidades estaduais, nacionais e internacionais com atuação ambiental, objetivando ações na área de Meio Ambiente e a formação de quadros técnicos especializados;

(xvii) fixar, na forma e nos limites da legislação vigente, a contribuição pela exploração com finalidades econômicas dos recursos ambientais existentes no Município;

(xviii) promover o desenvolvimento e a difusão de pesquisas e tecnologias orientadas à conservação e uso sustentável dos recursos ambientais do Município;

(xix) exercer atividades de suporte e coordenação dos órgãos colegiados afins à sua área de competência;

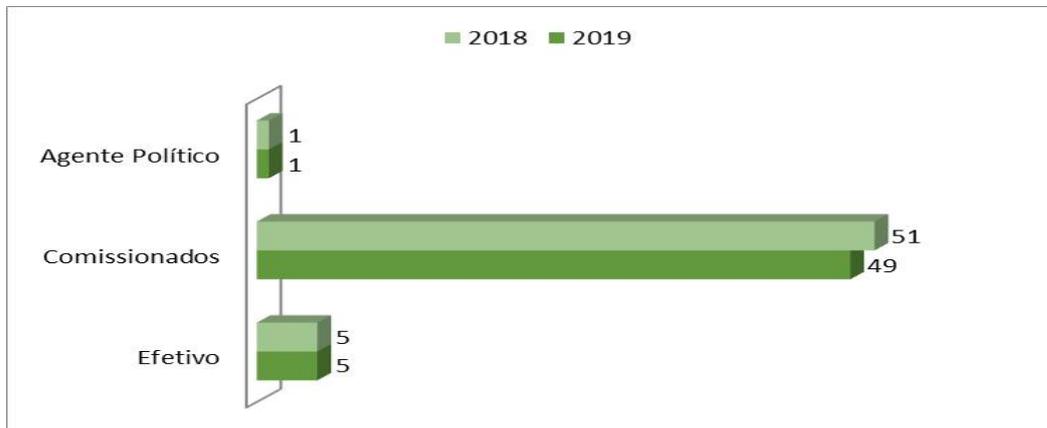
(xx) desempenhar outras atividades afins. (PREFEITURA DE ANANINDEUA,S/N)

A SEMA possui pessoal próprio, espaço físico constituído e divulga, por meio do portal da transparência da prefeitura de Ananindeua, informações sobre os programas, ações de governo etc. Estas informações são consolidadas pela Prefeitura. A secretaria possui estrutura intelectual, física e virtual, sendo a base da governança compreendida neste trabalho, cujo conceito refere-se à estrutura formal e informal existentes na área pública.

3.3.1 Estrutura intelectual

O corpo técnico da Secretaria de Meio Ambiente de Ananindeua é composto por cargos efetivos (Figura 9), comissionados e agente político. O quadro a seguir mostra a disposição do quantitativo de pessoal²³ informado no portal da transparência do município²⁴:

²³ Conceitos disponibilizados no website: “Salário Base, referente ao salário contratual, cargo efetivo, função gratificada ou cargo comissionado. Proventos, composto pela soma dos valores de cargo efetivo, função gratificada, cargo comissionado, horas extras, benefícios, férias, 13º salário, indenizações e outros

Figura 9 - Quantitativo de funcionários por vínculo

Fonte: elaborado pela autora, com base nas informações disponibilizadas no portal da transparência do município de Ananindeua.

A secretaria possui cinco servidores efetivos, sendo três analistas municipais, de nível superior, e dois técnicos municipais, de nível médio. A prefeitura lançou nos últimos 10 anos cinco concursos públicos, sendo que a área ambiental foi diretamente contemplada apenas em um, o concurso público nº 002/2010-PMA, para provimento e formação de cadastro reserva de diversos cargos, como médico, odontólogo enfermeiro, analista municipal, auditor fiscal da receita municipal, médico do trabalho e engenheiro de segurança do trabalho. Os três analistas efetivos foram nomeados a partir deste concurso.

O quadro de nível médio é composto por um servidor com admissão em novembro/1986 e o outro em novembro/2018. Os cargos comissionados representam 89% do total de servidores. Segundo inciso II, do artigo 18, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ananindeua, os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, tendo a relação de confiança entre a autoridade nomeante e o nomeado (PREFEITURA DE ANANINDEUA, 2005). Por fim, um agente político, que é o secretário municipal de meio ambiente.

Cada unidade de conservação possui gestor. O gestor do Parque Antônio Danúbio é homem, geógrafo, nomeado em 01/02/2013, e, segundo a classificação do portal da

ganhos. Vantagens, composto pela soma dos valores de salário família e outros ganhos de pagamento obrigatório. Vencimentos Totais, o resultado da soma dos proventos com as vantagens. Descontos, composto pela soma dos descontos de encargos (exemplo: Imposto de Renda Retido na Fonte e Contribuição Previdenciária), os convênios de empréstimos, plano de saúde e outros. Líquido, refere-se ao resultado da subtração dos vencimentos totais com os descontos totais”.

²⁴ Referente ao mês de maio/2018 e abril/2019. Disponível em: <http://138.186.17.35:81/pronimtb/index.asp?acao=4&item=2>. Acesso em 04 jun. 2019.

transparência, possui o cargo “DAS-05-Assessor Técnico”, cuja referência salarial básica é R\$ 2.025,00 (dois mil e vinte e cinco reais). Já a gestora do Museu Parque Seringal é mulher, nível médio completo, nomeada em 01/04/2016, possui o cargo “DAS-04 Assessor Técnico”, segundo o portal da transparência, com referência salarial base é R\$ 1.685,13 (um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e treze centavos). Portanto, observou-se diferença salarial entre gestores do sexo masculino e feminino, que exercem a mesma função na secretaria, que é a gestão dos parques ambientais. O quadro 11 especifica os servidores que atuam nas UC:

Quadro 11 - Quadro de servidores que atuam nas UC

	Parque Antônio Danúbio	Museu Parque do Seringal
Gênero		
Homens	4	3
Mulheres	4	3
Vínculo institucional		
Efetivo	0	1
Comissionado	8	4
Cedido	0	1
Temporário	0	0

Fonte: elaborado pela autora, com base nas entrevistas

O portal da transparência não expõe os servidores vinculados nas unidades de conservação. Porém, em entrevista com o gestor do Parque Antônio Danúbio, foi possível identificar o quantitativo e suas respectivas atuações, quando perguntado sobre o quantitativo de funcionários que atuam no parque:

Nós estamos com oito funcionários aqui. Dos oito que estão na parte do Danúbio nenhum é efetivo, são mais contratados. Tem no caso eu que sou diretor, geógrafo, diretor administrativo; o diretor da parte de educação ambiental, o Uzias; aí nós temos dois rapazes que ficam na parte de segurança; temos uma auxiliar geral e ao mesmo tempo jardineira, que é a Vilma; nós temos de administrativo que é a dona Sandra. Agora a Dilene, menina nova que chegou cá agora para a gente; e a dona Elaine que é da parte dos artesanatos (homem, Das-05, Assessor Técnico).

Já em relação ao Museu do Seringal, quando perguntada sobre o quantitativo de funcionários, função e vínculo, foi respondido pela gestora da UC:

Aqui eu só tenho uma efetiva, que é a Francisca hoje no nosso quadro. Os demais todos são cargo *de* comissão. Eu posso citar os nomes? [...] Tem o Camarão, que na realidade é o José Luiz, ele é o rapaz que cuida tanto da manutenção e quanto contribui para a abertura e fechamento dos portões. Tem o seu Emanuel, também em cargo comissionado, que também a tarde faz os serviços administrativos como recebimento de ofícios e atendimento a qualquer visitante. E tem o Jackson, que também é do horário da tarde e contribui também para abertura e fechamento dos portões, porque nós temos as escalas do final de semana, como também o

senhor Emanuel. E eu tenho o estagiário, que é o Bruno, que também contribui na parte administrativa, algum evento que esteja necessária a visita lá no espaço. Então a tarde são três. Pela manhã *fica* eu; Francisca, agrônoma; a Diane, que na realidade ela não é vínculo da secretaria de Meio Ambiente, ela está cedida, ela é da SEURB e cuida dessa parte do artesanato. A professora Carla que é estagiária e a Amanda que é estagiária.

Como produto desta dissertação foi organizado um curso de qualificação para os servidores das UC, estendido aos servidores efetivos da secretaria e membros da guarda municipal que atuam no grupamento de meio ambiente, também foram preenchidas vagas com público de outras instituições, como IFPA e UFPA. Este curso contou com a participação de professores da UFPA e UFMA, colaborando com o aperfeiçoamento dos técnicos que atuam direta e indiretamente nas UC no município. O intuito do curso foi cooperar com a atuação dos servidores, a partir do conhecimento.

3.3.2 Estrutura física

A sede da Secretaria de Meio Ambiente fica localizada na Estrada do Maguari nº 9, centro de Ananindeua. O horário de funcionamento é das 08 às 14h. A estrutura organizacional é definida a nível municipal, por meio das legislações:

A Lei 2.147, de 06 de maio de 2005, criou primeiramente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente. Dois meses depois, a Lei 2.154, de 08 de julho de 2005, instituiu a Política Municipal de Meio Ambiente de Ananindeua. Em seguida, a Lei 2.231, de 24 de julho de 2006, criou a Secretaria Municipal de Agronegócios e Meio Ambiente (SEAMA), substituindo assim a Secretaria Municipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente. Recentemente, a Lei Complementar 2.517, de 01 de julho de 2011, ao alterar a Lei 2.231, de 24 de julho de 2006, transformou a Secretaria Municipal de Agronegócios e Meio Ambiente (SEAMA) em Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA). (PREFEITURA DE ANANINDEUA, 2006)

A legislação acima não estabelece a estrutura física, mas a composição organizacional da prefeitura com as respectivas Secretarias Municipais.

Portanto, não é claro qual é o organograma da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) ou das Unidades de Conservação (UC) pesquisadas. Para tentar compreender e demonstrar melhor a estrutura física e organizacional da SEMA e das UC, a partir das fontes de evidências (entrevistas, documentos, registros em arquivos, entrevistas e observação direta) e a classificação definida por Schultz (2016) foi possível estabelecer a classificação organizacional:

Quadro 12 - Classificação organizacional da Secretaria de Meio Ambiente e das Unidades de Conservação

Classificação	Tipo	Descrição de Schultz	Avaliação da SEMA e UC
Estrutura	Órgão de conjunto	Constituído por vários órgãos, mas integra dos por um único agente público	Mesmo sendo uma secretaria, que normalmente é do tipo simples, esta possui subdivisões internas, que são o objeto da pesquisa, as unidades de conservação.
Composição	Colegiados/ Pluripessoais	Constituídos por vários agentes públicos. Consequentemente, as decisões são tomadas por deliberação coletiva.	Tanto a secretaria como as UC poderiam ser classificadas como pluripessoais do ponto de vista legal, porém, na prática não foi observada esta pluralidade. De maneira legal a secretaria deveria instituir os Conselhos de Meio ambiente e os das unidades de conservação, mas, conforme exposto pelos entrevistados não há composição do conselho gestor das UC, bem como estes não se reúnem. Portanto, acabam sendo organismos unipessoais, onde apenas o agente político toma as decisões.
Abrangência geográfica de atuação	Órgãos centrais	Exercem atribuições em todo o território nacional, estadual ou municipal, conforme o caso específico.	A secretaria é central, pois possui domínio em todo município. Porém, as unidades de conservação são locais, já que as atribuições são pontuais.
	Órgãos locais	Sua atuação ocorre apenas sobre uma parte do território	
Posição estatal	Órgãos autônomos.	Localizados na cúpula da Administração, mas subordinados diretamente à chefia dos órgãos independentes. Eles gozam de autonomia administrativa, financeira e técnica. Também participam das decisões governamentais.	A Secretaria de Meio Ambiente é autônoma parcialmente, pois na prefeitura de Ananindeua o controle e execução financeira são centralizadas na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finança – SEPOF.
	Órgãos superiores.	São os órgãos de direção, controle e comando, mas sujeitos à subordinação e ao controle hierárquico de uma chefia. Não gozam de autonomia administrativa nem financeira.	Mesmo sendo uma unidade conservação com gestor próprio, as ações são subordinadas ao controle da chefia “secretário de Meio Ambiente”.

Fonte: elaborado pela autora.

O quadro 12 reflete a ausência de estrutura organizacional mais desenvolvida, como citado por Kanufre e Rezende (2012) sobre a fragilidade na estrutura e a deficiência dos processos internos [ver item 2.1.3]. Dentre as possibilidades existentes para apoiar a governança ambiental das UC pesquisadas, mais bem descritas nos itens 3.4.1 e 3.4.2, foram mapas geográficos das UC, visando demonstrar quais os elementos físicos existentes em cada unidade. Os mapas estão disponíveis no sítio eletrônico do LAENA.

3.3.3 Estrutura virtual

O portal da transparência (Figura 10) é da Prefeitura de Ananindeua que disponibiliza

links com diversas informações da prefeitura, de forma consolidada, e das secretarias, individualmente. O período disponível é de janeiro/2017 a abril/2019²⁵. No *website* não há acessibilidade para portadores de deficiência visual, contrariando o previsto no inciso I, do artigo 8º, do Decreto Federal nº 5.296/2004²⁶.

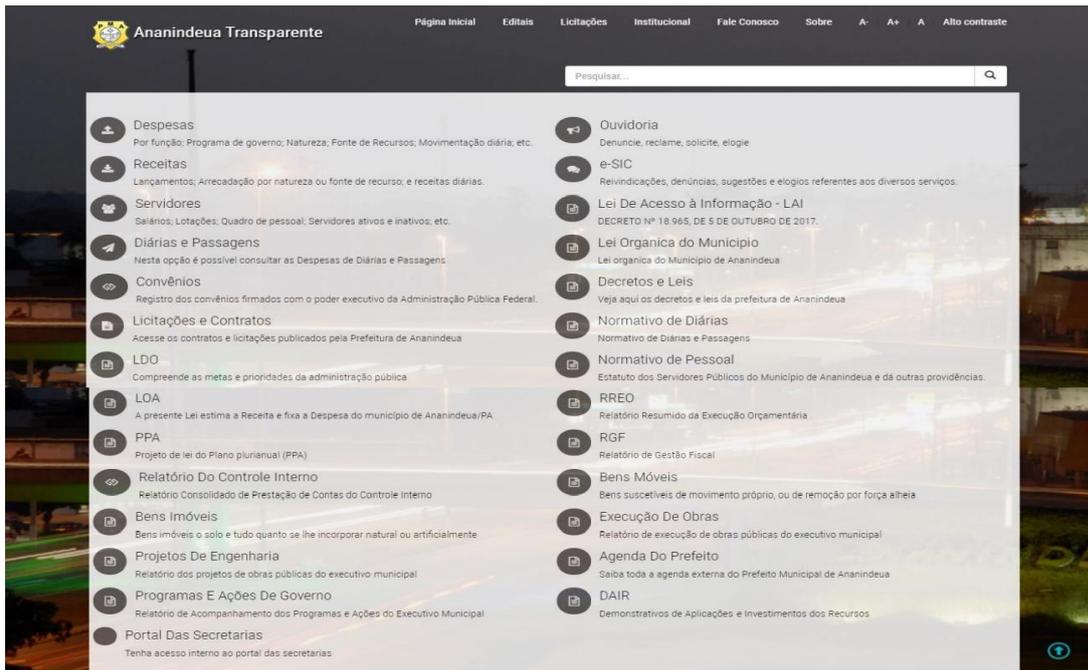


Figura 10 - Página inicial do portal da transparência da prefeitura de Ananindeua

Fonte: Prefeitura de Ananindeua, 2019

As informações são por despesas, receitas, servidores, diárias e passagens, convênios, licitações e contratos, Lei de diretrizes orçamentárias, Lei orçamentaria anual, Plano plurianual, relatório do controle interno, bens móveis e imóveis, projetos de engenharia e execução de obras, programas e ações de governo, ouvidoria, Lei de acesso à informação, Leis e Decretos, Normativos, Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e agenda do prefeito.

O atual Secretário de Meio Ambiente²⁷, senhor Elival Faustino, ao ser perguntado sobre a gestão dos recursos disponíveis do Parque, informou que “questões financeiras são administradas pela SEPOF²⁸ de Ananindeua (informação verbal, em 30/10/2018)”. O diretor

²⁵ Consulta realizada no período de 25/05/2019 a 07/06/2019.

²⁶ Art. 8º. Inciso I.: acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; [...].”

²⁷ Entrevista realizada em 30/10/2018, na sede administrativa da Secretaria de Meio Ambiente.

²⁸ Secretária de Planejamento, Orçamento e Finanças.

geral da SEMA na época da constituição dos parques ambientais, ex- diretor geral da Secretaria de Meio Ambiente, também mencionou a dependência direta com a Prefeitura:

Os recursos da secretaria eram da prefeitura como um todo, vinculados ao PPA, LOA. Não existia o controle financeiro da SEMA. (Homem, ex-diretor geral da Secretaria de Meio Ambiente).

As afirmativas demonstram que as informações disponíveis no portal da transparência de Ananindeua, mesmo especificadas como da SEMA, não são administradas pela Secretaria.

As informações selecionadas tomam como base as ações orçamentárias, referentes ao planejamento, e financeiras, alusivas aos pagamentos dos bens, direitos e gastos da SEMA. Os dados orçamentários estão presentes em três instrumentos previstos no artigo 165, da Constituição Federal de 1988: “Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais”. O plano plurianual (PPA) estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública relativas aos programas de duração continuada. Esta lei tem uma perspectiva de médio prazo, pois define as estratégias do governo para os quatro anos seguintes.

Quadro 13 - Plano plurianual 2018-2021

PPA - Período 2018-2021		
Programa:	0009	PROGRAMA GESTÃO AMBIENTAL COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Objetivo:	0009.1.	Ampliar sua estrutura administrativa, operacional e técnica de forma atender com qualidade e eficiência toda a população de Ananindeua, visando assim a melhoria da qualidade de vida ambiental.
Iniciativa:	0009.1.1	Colocar em prática os planos, programas e projetos atinentes à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais, assim como aumentar a fiscalização e controle de empreendimentos potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais.
Ações:	2183	Fiscalização de Atividades Degradadoras, Poluentes e Contaminantes.
	2184	Capacitação de Técnicos que atuam nas áreas relacionadas à Qualidade Ambiental
Objetivo:	0009.2.	Estimular o desenvolvimento de ações educativas para a conservação, preservação e recuperação do meio ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos de Ananindeua.
Iniciativa:	0009.2.1	Promover a educação ambiental no município de Ananindeua, por meio de projetos e atividades culturais e educativas que primam pela conservação e valorização do meio ambiente, além de estimular a participação dos cidadãos na busca desses resultados.
Ações:	2185	Implementação do Parque Municipal
	2186	Implantação e Manutenção de Projeto de Paisagismo
	2188	Implementação dos Bosques, Áreas Verdes e Unidades de Conservação.
	2189	Realização de Eventos de Sensibilização, Educação Ambiental e Atividades Lúdicas.
	2190	Implementação do Zoneamento Econômico Ecológico de Ananindeua – ZEE.
	2191	Manutenção do Conselho Municipal de Meio Ambiente

Fonte: elaborado pela autora com base nas informações do Plano plurianual 2018-2021, “Desenvolvimento e novas conquistas”, Prefeitura de Ananindeua, 2017.

A pesquisa observou os exercícios de 2018 e 2019, períodos que estão no mesmo PPA. O PPA 2018-2021 apresenta um programa de atuação ambiental do município, denominado “Programa Gestão Ambiental com Desenvolvimento Sustentável”. Nele constam

duas iniciativas, uma relacionada ao aumento da fiscalização e controle de empreendimentos potencialmente poluidores. A outra promove a educação ambiental. Estas iniciativas são atingidas a partir de ações estratégicas elencadas no quadro 14.

Segundo a CF88, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente; orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual; estabelecendo as alterações na legislação tributária e as políticas de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. A pesquisa não se aprofundou com relação as informações desta lei, por considerar que esta é o elo entre o planejamento de médio prazo e a efetivação das despesas e receitas, ou seja, entre o plano plurianual e a Lei orçamentária anual (LOA).

3.4 Unidades de conservação em Ananindeua

Este subcapítulo detalha as características ambientais, sociais e econômicas das unidades de conservação (UC) de gestão municipal de Ananindeua, classificadas como Área de Relevante Interesse Ecológico, denominadas Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva e Museu Parque do Seringal. O conteúdo deste subcapítulo é o resultado dos elementos identificados no protocolo de aplicação do DSAUC, apresentados nos apêndices I, II e III. O primeiro refere-se ao modelo básico de protocolo, um dos produtos da dissertação, os outros aos protocolos elaborados para o Parque Antônio Danúbio e Museu do Seringal.

3.4.1 Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva

O parque está localizado no Km 5 da BR-316, bairro Coqueiro, perímetro urbano do município de Ananindeua – PA. Categorizado como Área de Relevante Interesse Ecológico, de uso sustentável, cujos objetivos, segundo a prefeitura de Ananindeua são: (i) manter o ecossistema natural de importância regional e local; (ii) garantir a preservação e a proteção da fauna e da flora existentes no local; (iii) promover a utilização dos componentes naturais na educação ambiental, com a finalidade de tornar a comunidade parceira na conservação do patrimônio natural do município; (iv) proporcionar à população condições de exercer atividades culturais, educativas, recreativas e de lazer em ambiente natural equilibrado.

O website do SNUC informa que a UC possui 3,544 hectares de área total, sede administrativa, quiosques de educação ambiental, anfiteatro, auditório com sala de projeção, trilhas sinalizadas, ‘bio sala’, jardim sensorial, viveiro, Casa na Árvore, complexo de educação ambiental, nascente natural dos lagos Utinga, Bolonha e Água Preta. (MMA, 2019). Mendes et al. (2013) apresentam outros atributos do parque, que possui vários pés de anani

(*Symphonia globulifera*), árvore que deu nome à cidade, bem como animais de pequeno porte: cutia (*Dasyprocta aguti*), tatu-bola (*Tolypentis tricinctus*), jabuti (*Geochelonia carbonaria*) e um jacaré tinga (*Caiman crocodilus*).

Estes itens foram visualizados na atividade de campo da disciplina Geoprocessamento, do mestrado profissional em Gestão Pública, no dia 05/09/2018; na visita de reconhecimento do espaço com a orientadora, em 17/09/2018; e na entrevista com o gestor da UC, em 24/06/2019. As entrevistas ocorreram com os servidores do parque, especialmente com o gestor, diretor de educação ambiental da prefeitura e os membros do Grupamento de Policiamento Ambiental (GPA), que atuavam no parque até maio/2019.

No entanto, durante a realização da pesquisa foram identificadas mudanças nos investimentos nos aspectos estruturais do parque, conforme destacado nos próximos subitens e nas figuras 11 a 13, referentes a entrada do parque em momentos diferentes: 2015, maio de 2018 e junho de 2019.



Figura 11 - Entrada do Parque Ambiental Antônio Danúbio em 2015

Fonte: blog Parque Ambiental de Ananindeua, 2015.



Figura 12 - Entrada do Parque Ambiental Antônio Danúbio em maio/2018

Fonte: autora, em 01/05/2018.

Figura 13 - Entrada do Parque Ambiental Antônio Danúbio em junho/2019



Fonte: autora, em visita de campo no dia 24/06/2019.

Dentre as mudanças percebidas ressaltam-se a substituição da placa da identificação do parque, a revitalização do piso, retirada do gradil, pintura dos muros e o principal, o portão aberto para acesso dos usuários, tornando um espaço mais convidativo (Figura 13). Além disso, nas duas primeiras visitas foi possível identificar o sucateamento das instalações prediais, como por exemplo a 'bio sala' e as guaritas de entrada; a fragmentação de parte do muro, facilitando o acesso noturno de pessoas não autorizadas, ocasionando a ocorrência de furtos e o uso de entorpecentes no local; grande quantidade de árvores derrubadas por falta de manutenção e manejo florestal; dentre outros.



Figura 14 - Muro vandalizado no Parque Ambiental Antônio Danúbio

Fonte: autora, em 05/09/2018

Figura 15 - Bloqueio do muro vandalizado no Parque Ambiental Antônio Danúbio



Fonte: autora, em 17/11/2019

Na última visita a UC, em 24/06/2019, foi informado que o muro já estava recuperado, mas não foi possível identificar o local exato, assim, no dia 17/11/2019 (domingo) foi realizado registro do lado externo da UC, sendo possível visualizar o tapume utilizado para fechar o muro (figura 15). Além disso, foi registrado que a 'bio sala' passou a abrigar também o escritório do Diretor de Educação Ambiental. No entanto, não é possível correlacionar as mudanças estruturais da UC com o início da pesquisa, mas cabe destacar que a inclusão de novos atores nos processos de gestão estimula a atuação dos gestores, fortalecendo o conceito de governança mencionado no item 2.1. Com a inclusão de novos atores com interesse da UC,

neste caso a Academia, o Estado é estimulado a cuidar do espaço.

Foram identificados no Parque Ambiental Antônio Danúbio aspectos relevantes sobre à fauna e flora. Mesmo sendo um espaço territorial pequeno foi possível observar a densa cobertura vegetal, animais silvestres de pequeno porte e práticas de replantio. Estes elementos foram mensurados a partir da observação direta da pesquisadora, em entrevistas com o gestor do Parque e com outros servidores da UC, arquivos públicos e trabalhos acadêmicos anteriores. Sendo o seu reconhecimento evidenciado com fotografias, relatos em diário de campo e gravações de áudio em entrevistas.

Além disso, como um dos produtos produzidos nesta dissertação foi elaborado um mapa da UC, demonstrando as trilhas e os pontos principais do parque. Como retorno a sociedade o mapa está disponibilizado no sítio eletrônico do Laboratório de Análises Espaciais do NAEA – LAENA²⁹ e entregue uma versão impressa, formato A3, ao gestor da UC (Figura 16).

²⁹ <http://www.naea.ufpa.br/LAENA/index.php/pt/>

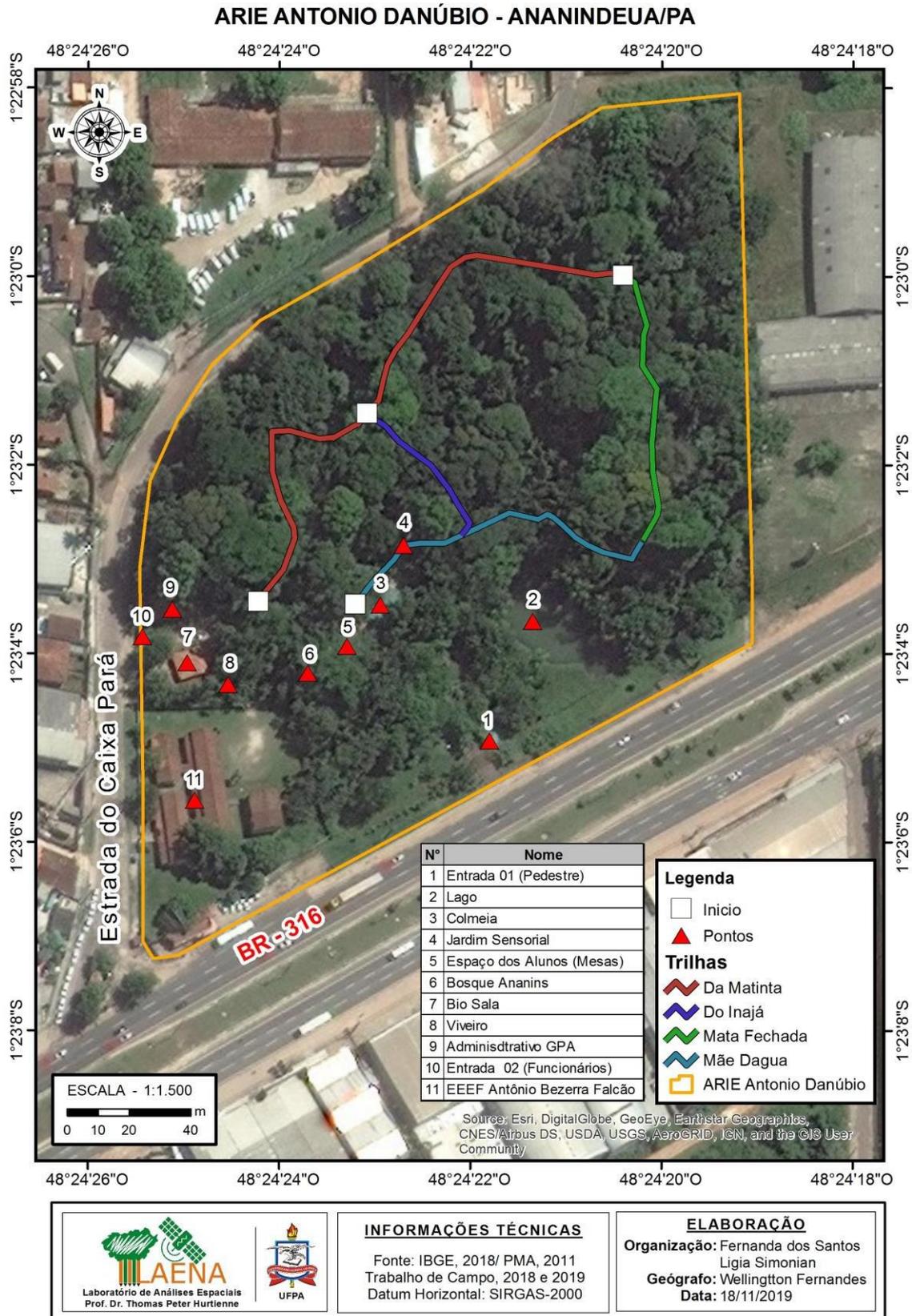


Figura 16 - Mapa da Unidade de Conservação Parque Ambiental Antônio Danúbio

- Riqueza ambiental – fauna e flora local

A UC possui aspectos naturais de terra firme e vegetação de igapó. A estrutura do parque é formada por uma vasta vegetação, principalmente com espécimes típicas do bioma Amazônico (figuras 17 a 18), como bacuri (*Platonia insignis*), açai (*Euterpe oleracea*), andiroba (*Carapa guianensis*), uxi (*Endopleura uchi*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), balata (*Manilkara bidentata*) etc. O gestor do parque, em entrevista concedida no dia 17/09/2018, mencionou:

‘O parque possui uma espécie da árvore balata, da mesma família daseringueira, que possui uma coloração arroxeadada, possível de ver no mês de maio. Além de diversos tipos de espécies de palmeira’ (informação verbal)³⁰.



Figura 17 - Mix de fotos da flora existente no Parque – 01

Fonte: autora, em 24/06/2019

Figura 18 - Mix de fotos da flora existente no Parque – 02



³⁰ Informação fornecida pelo servidor DAS-05 assessor técnico, gestor da unidade de conversação, no Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva, em 17 de setembro de 2018. Registro realizado no diário de campo da pesquisadora.

Fonte: autora em 24/06/2019.

Outro ponto positivo referente a flora é o viveiro (figura 19) de plantas que é utilizado nas aulas de educação ambiental para alunos da rede pública que visitam a UC. O viveiro apresenta bom estado de conservação, com o cultivo de algumas espécies de árvores e uma pequena horta.



Figura 19 - Mix de fotos do Viveiro de Plantas

Fonte: autora, em 05/09/2018.

Além da vegetação variada e o viveiro, o nome do município, de origem tupi, se deve a grande quantidade de árvores do tipo anani (*Symphonia globulifera*), que produz a resina de cerol utilizada para lacrar as fendas das embarcações (FREITAS, ALMEIDA, PEREIRA, 2014). Desta maneira, o espaço ‘Bosque do Anani’ é uma demonstração importante de preservação da natureza local e do histórico do município.



Figura 20 - Mix de fotos do Bosque do Anani

Fonte: autora, em 05/09/2018

Mesmo possuindo pontos positivos, observou-se, nas três visitas diferentes realizadas pela pesquisadora, árvores ‘derrubadas’ sem o devido planejamento florestal. Conforme já mencionado no item 2.2.2 e de acordo com a definição prevista no inciso VI, do artigo 3º, da Lei nº 11.284/2006, o manejo florestal sustentável nesta UC pode significar a manutenção apropriada das árvores naturais e plantadas, possibilitando a obtenção de benefícios ambientais, sociais e econômicos com o respeito à sustentação do ecossistema.

Perguntado se existe plano de manejo para o parque, em entrevista no dia 24/06/2019, o assessor técnico da UC mencionou a ausência de manejo florestal: “está tendo no município um debate do Plano Diretor e os representantes da SEMA que estão revendo isso [manejo] para implementar a partir do Plano Diretor.” (homem, Das-04 Assessor Técnico da UC).

Figura 21 - Árvore caída na trilha da mãe d’água, próximo ao lago – parte do tronco da árvore na raiz



Fonte: autora, em 05/09/2018

Figura 22 - Árvore caída na trilha da mata fechada, próximo ao lago – parte do tronco da árvore no chão.



Fonte: autora, em 24/06/2019

A falta de planejamento para o cuidado da vegetação existente é perceptível, pois além da ausência do manejo florestal não há aquisição serviços de combate a pragas, como cupins, compra de material de consumo referente a remédios de fortalecimento das plantas etc. Nos exercícios de 2017 e 2018, não houve gastos referentes a compra de material de consumo para cuidados com a vegetação local. Os gastos da secretaria, disponíveis no portal da transparência (Quadro 15 e 16), referem-se:

Quadro 14 - Gastos detalhados da SEMA Ananindeua – 2018

NAT. DA DESPESA	DESDOBRAMENTOS DA DESPESA	R\$
3.3.90.30 - Material de consumo	Combustíveis, material de limpeza, material de expediente, gêneros alimentícios, gás de cozinha, uniformes, ferramentas, manutenção de veículos, material de proteção e segurança	222.258,90
3.3.90.39 – Outros serviços de terceiros – PJ	Vale-transporte, serviços bancários, locação de bens móveis, manut. E conservação de máquinas e equipamentos, serviços de água e esgoto.	305.573,28
3.3.90.40 - Serviços de tecnologia da informação e comunicação – PJ	Locação de impressoras multifuncionais, servidor de internet	114.113,56
3.3.90.47 - Obrigações tributárias e contributivas	Licenciamento de IPVA e multa de DCTF, referente ao exercício de 2014	1.799,97
3.3.90.92 - Despesas de exercícios anteriores	Locação de veículos, água mineral, fornecimento de água (COSANPA), manutenção de máquinas e equipamentos	66.550,39
4.4.90.52 - Equipamentos e material permanente	Aquisição de 12 computadores, 3 impressoras, 1 moto-poda, 2 motosserras, 2 roçadeiras, 1 armários, 4 estantes de aço, 2 kits office, 2 poltronas tipo diretor; 2 longarinas e 4 aparelhos de ar-condicionado tipo split	70.394,00
TOTAL		780.690,10

Fonte: autora, com base nas informações do portal da transparência da Prefeitura de Ananindeua.

Quadro 15 - Gastos detalhados da SEMA Ananindeua – 2019

NAT. DA DESPESA	DESDOBRAMENTOS DA DESPESA	R\$
3.3.90.30 - Material de consumo	Combustível, material de papelaria , ferramentas, material de proteção e segurança, material de manutenção de bens móveis, gêneros alimentícios, gás de cozinha, uniformes, manutenção de veículos(pneus).	192.396,94
3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros – PJ	Locação de veículo, manutenção de ar-condiciona do, vale-transporte Ananindeua e Belém, serviços gráficos, serviços editoriais de revista temática , manutenção de veículos, auxílio bolsa e transporte para estagiários, serviços bancários, gestão de combustível.	278.631,87
3.3.90.40 – Serviços de tecnologia da informação e comunicação – PJ	Locação de impressoras, servidor de internet, certificado digital	93.948,66
3.3.90.47 – Obrigações tributárias e contributivas	Licenciamento de veículos	16,15
3.3.90.92 -Despesas de exercícios anteriores	Locação de veículos	33.937,02

4.4.90.52 - Equipamentos e material permanente	3 Armários em aço, 2 arquivos gaveta de aço, 3 estantes de aço, 8 kit cadeira secretária fixa, 1 kit office-mesa em MDF tipo L, 3 Kit poltrona diretor, 4 mesas em MDF linear; 2 escadas de alumínio, 10 carros de mão; 2 computadores Intel, 1 caixa amplificadora, 1 microfone, 1 projetor Epson Power , 2 nobreaks 1200Kva, e 1 leitora de certificado digital	38.762,00
TOTAL		637.692,64

Fonte: autora, com base nas informações do portal da transparência da Prefeitura de Ananindeua até 16/11/2019.

As informações referentes aos gastos da UC são dependentes, sendo vinculadas à Secretaria de Meio Ambiente. Segundo o servidor DAS-04 assessor técnico, em entrevista no dia 24/06/2019:

Os recursos vêm da SEMA [Ananindeua. Não vêm em dinheiro, mas em produtos. Na verdade, o que acontece, a gente trabalhou com alguns eventos: semana de meio ambiente, alguns eventos que são de [+], datas alusivas e algumas atividades do parque. Então todas estas atividades, por exemplo, a semana do meio ambiente agente precisou dos banners. Isso acontece anualmente, O que aconteceu em 2017, aconteceu em 2018 e agora também.

Todo evento tem produção de banners, cartazes, folder, *está* parte gráfica, do material gráfico. Tem a parte da alimentação, que é dado lanche para as crianças, a parte do som, *está* logística para o evento, ônibus. Na verdade, para entender bem legal, não vem o dinheiro, vem o produto da SEMA. Da SEMA nunca veio “*tá* aqui o dinheiro”, não! Se a gente precisa de uma resma de papel, “*tá* aqui os vinte reais, não! Tá aqui a resma de papel. Não é um repasse orçamentário, há um repasse dos materiais, tanto os de limpeza e de manutenção. (homem, DAS- 04 Assessor Técnico da UC)

O servidor informou também que o parque não tem fundo próprio. Ponto a se destacar sobre o relato é que a UC não possui autonomia financeira e necessita do apoio administrativo da secretaria, que é a responsável por adquirir e repassar materiais, serviços e equipamentos. Quanto às despesas mencionadas pelo servidor foram identificadas parcialmente e somente no exercício de 2019, conforme já detalhado nos quadros 13 e 14. A questão de aluguel de ônibus e alimentação para as crianças não é explícita no portal da transparência.

Registra-se ainda que a queda destas árvores impactou nas atividades de replantio da UC, que recebeu doações de mudas do Instituto Amigos da Floresta Amazônica – Asflora. O Instituto é uma entidade civil, de caráter técnico, científico e beneficente, sem fins lucrativos que tem como missão: educar, preservar, reflorestar e promover o intercâmbio de informações, tendo como princípio o desenvolvimento sustentável da região amazônica em suas dimensões ambientais, culturais, sociais e econômicas (ASFLORA, 2017). Este instituto é um grande parceiro da UC Parque do Antônio Danúbio, segundo o gestor do parque.

Com relação à fauna foram identificados animais silvestres de pequeno porte, convivendo livremente na UC. Mesmo em momentos diferentes de observação da pesquisa é

perceptível o respeito entre a relação do espaço e os animais, demonstrando relevante aspecto de sustentabilidade ambiental em relação a fauna da UC. Entre os animais identificados na UC destacam-se o quati (*nasua*), insetos (*insectas*), pequenos lagartos (*lacertilia*), jabuti e jacaré tinga, sendo estes dois últimos vistos na visita do dia 05/09/2018, porém nenhum registro fotográfico foi possível ser realizado de maneira adequada.

Figura 23 - Quati se alimentando no meio da trilha



Fonte: autora, em 24/06/2019.



Figura 24 - Servidora da UC dando pão para “chamar” jacaré tinga e os jabutis do Lago.

Fonte: Kleiton Artur, em 05/09/2018.

O igarapé que desaguava no lago Bolonha tornou-se um pequeno lago de água barrenta. A trajetória do igarapé é perceptível nas trilhas oferecidas pelo parque, pois características naturais de terra molhada ainda são vistas. Dois fatores são responsáveis pelos danos ao antigo igarapé, agora lago: nascente está localizada acima do parque, em clube privado, que represou a água para uso interno e o fechamento do duto na Rodovia BR 316, que escoava a água do igarapé para o lago Bolonha, segundo relatos do gestor do parque e do comandante da GPA. Informaram ainda que com o passar dos anos o lago está perdendo o

volume de água.



Figura 25 - Lago Parque Ambiental Antônio Danúbio em setembro/2018

Fonte: autora, em 05/09/2018.

Figura 26 - Lago do Parque Ambiental Antônio Danúbio em 2013.



Fonte: Trip Mondo, 2013.

Duas questões podem impactar a médio e longo prazo a vida silvestre local. A primeira é a quantidade de árvores de grande porte caindo na UC, já mencionado anteriormente, e a questão da perda do volume do lago existente na UC, que inicialmente era um igarapé que desembocava no lago Bolonha. O lago possui cor barrenta, aparentemente não poluído, no qual foi possível identificar a presença de jabutis e um jacaré. No decorrer das trilhas na UC foi possível identificar a trajetória do igarapé, que já perdeu as características naturais de terra molhada.

Segundo o gestor do parque e o comandante da GPA, em conversa com o grupo de alunos do NAEA em 05/09/2018, dois fatores são responsáveis pelos danos ao antigo igarapé, agora lago. Sua nascente está localizada acima do parque em um clube privado que represou a água para uso em piscina natural e o lago do clube. Outro fator foi o fechamento do duto na Rodovia BR 316 que escoava a água do igarapé para o lago Bolonha. Ainda, segundo o administrador do parque e o comandante da GPA, a perda de volume do lago vem ocorrendo gradualmente. Entrevista com ex-diretor geral da Secretaria de Meio Ambiente de Ananindeua colabora com o relato anterior:

A área do Danúbio tem dois diferenciais. O primeiro é que ali existia exemplares do Anani, que é a terra de Anani, Ananindeua [...], nós não tínhamos mais espécies de Anani em Ananindeua. A população da grande Ananindeua não tinha conhecimento da espécie que deu origem ao nome do município e ali tinha uns exemplares do Anani originais naquele espaço, só se encontra nas ilhas, mas não mais no centro urbano. E o outro motivo é que ali tem um olho d'água do Utinga. São um dos poucos em área públicas, aliás acho que é o único em área pública hoje do outro lado da BR, ou seja, houve o interesse em preservar o olho d'água do Utinga, do Bolonha e Água Preta. Então, os demais, parece que tem outros dois pontos deste lado da BR, mas são em áreas privadas. Nestes sítios particulares que hoje devem ter virado condomínio, eu não acompanhei mais (homem, ex-diretor geral da Secretaria de Meio Ambiental)

Este impacto ambiental pode vir a gerar danos aos animais que vivem no lago, bem como aos habitantes da região metropolitana, que no longo prazo, caso outras nascentes sejam fechadas, podem perder o manancial de abastecimento.

- Riqueza social

Distinguir a riqueza ambiental e social é delicado, considerando a relação de causa e efeito entre o meio ambiente e a sociedade. As ações da sociedade impactam no meio ambiente e vice-versa. Assim, como diferenciá-las? Neste trabalho, entende-se a riqueza social como elementos humanos que visam a preservação do meio ambiente, como aulas de preservação ambiental, reutilização de materiais inservíveis (reciclagem), ações coletivas para limpeza de rios, igarapés, praias, mangues e outros, e no caso de UC o papel do conselho gestor é requisito obrigatório. O parque destaca dois componentes importantes para riqueza social, a educação ambiental e o conselho gestor ou consultivo da UC.

A unidade gestora da UC, que é a Secretaria de Meio Ambiente, entende como elemento relevante práticas de educação ambiental no município, tanto que as incluiu como

uma iniciativa no PPA 2018-2021, já destacado no item 3.3.3 e subitem 3.4.1.002. A UC recebe periodicamente alunos de instituições de ensino, principalmente da rede pública municipal, e realiza eventos relacionados à preservação do meio ambiente em datas comemorativas, como o dia da árvore, conforme relatado pelo servidor DAS-04 assessor técnico da UC, em 24/06/2019, sobre os eventos quem envolvem a sociedade:

Nós trabalhamos em dois focos: educação ambiental e pesquisa. A pesquisa está relacionada principalmente com os grupos de estagiários que vem para cá de *várias* instituições e de cursos. Então de acordo com a finalidade do curso, por exemplo: biologia, geografia, pedagogia; de acordo com o seu curso a gente vai fazendo os projetos que *vai* sendo desenvolvido aqui no parque e dentro dessa pesquisa a gente coloca como foco a educação ambiental. Porque a gente coloca sempre em prática das escolas ou vai até a escola ou a escola vem *pra* cá. (homem, Das-04 assessor técnico da UC).

Nas três visitas realizadas no parque não foram identificadas atividades de educação ambiental e/ou visitantes. Porém, em buscas realizada nos perfis da UC nas redes sociais Facebook e Instagram, observou-se eventos com a participação da sociedade no parque, mas nem todos são relacionados a educação ambiental, bem como não foi possível encontrar as ações externas, conforme mencionado pelo servidor. Dentre os eventos de 2018 a figura 27 demonstra a comemoração dos 8 anos de inauguração do parque, onde foram recebidos alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Antônio Bezerra Falcão, vizinha da UC.

Figura 27 - Mix de fotos das atividades educacionais para a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Antônio Bezerra Falcão.



Fonte: Facebook do Parque Antônio Danúbio - autor desconhecido, em 04/10/2018.

Em 2019, além das atividades educacionais com escolas públicas no decorrer do ano, foram realizados Workshop para práticas de arco e flecha, nos meses de março e julho (figura 29); cursos de operações ambientais (COAM) da Guarda Municipal de Ananindeua, no mês

de setembro (figura 30); atividades de capoeira para idosos, chamada de capoterapia, também no mês de setembro (figura 28); e apoio as ações da Defesa Civil na recepção dos romeiros no Círio em outubro (figura 31).



Figura 28 - Atividades lúdicas para idosos.

Fonte: Facebook do Parque Antônio Danúbio – Autor desconhecido, 2019.

Figura 29 - Workshop para arqueiros, na área central do Parque.



Fonte: Facebook do Parque Antônio Danúbio – Autor desconhecido, 2019.



Figura 30 - Curso de operações ambientais (COAM), na área central do Parque.

Fonte: Facebook do Parque Antônio Danúbio – Autor desconhecido, 2019.

Figura 31 - Atuação da Defesa Civil com os romeiros do Círio.



Fonte: Facebook do Parque Antônio Danúbio – Autor desconhecido, 2019.

De acordo com o Decreto nº 14.598, de 04/03/2011 e registrado no cadastro do SNUC (MMA, 2019) o parque possui conselho gestor. Porém, o gestor do parque e o comandante do GPA informaram que desconhecem a atuação do Conselho Gestor no local. Posicionamento reforçado com a fala do secretário de Meio Ambiente, Elival Campos Faustino, informando que “não temos conselho gestor, mas já estamos organizando uma nova constituição”. A entrevista com o secretário foi de caráter informal e para reconhecimento prévio da pesquisa, ocorrida no dia 10/10/2018.

Quando perguntado, o servidor DAS-04 assessor técnico da UC, em depoimento no dia 24/06/2019, a respeito da atuação do conselho gestor/consultivo, relatou:

O conselho do Parque está atrasado na sua nova gestão. Então, na verdade, a última formação já passou bastante tempo, mas já foi feito um novo Edital que será lançado em agosto para nova eleição do conselho. Inclusive alguns grupos que querem participar já estão sabendo. Então, estamos esperando passar este mês de julho. Nós estamos esperando passar este mês de julho para lançarmos o Edital, para em setembro já estar em prática (homem, Das-04 assessor técnico).

Até novembro/2019 não houve publicação no diário do município do lançamento do Edital e tão pouco do conselho. Perguntado quando foi a última vez que o conselho se reuniu, o gestor do parque, respondeu que “foi a bastante tempo, acho que em 2014. Em 2017 e 2018 ele foi inativo” (homem, DAS-04 assessor técnico da UC). Lema (2016) explica que a simples criação

de conselhos não representa o cumprimento de sua finalidade, bem como suas composições não representam a real participação dos atores. Desta maneira, a inoperância do conselho gestor limita a participação ativa da sociedade, tornando os cidadãos apenas receptores de atividades constituídas, programadas e definidas pela gestão da UC, Secretaria de Meio Ambiente e prefeitura, conforme seus interesses.

- Riqueza econômica – Manutenção econômico-financeira da UC

Com relação a manutenção econômico-financeira da UC identificou-se que a Prefeitura de Ananindeua, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, é a responsável por manter as atividades do parque, como já relatado no subitem 3.4.1.A. Porém, a manutenção não ocorre de forma temporal e sustentável. As limitações econômico-financeiras da prefeitura e a falta de autonomia da UC dificultam os cuidados adequados com a vegetação, proteção e segurança do espaço e animais, conservação física e outros.

No entanto, mesmo sendo ARIE, categoria de unidade de conservação prevista no SNUC que permite atuação privada nas suas dependências, respeitando as normas e restrições constitucionais e predefinidas com o poder público (SNUC, 2014, § 2º do art. 16)³¹, não há relações econômicas privada na UC. O que poderia ser uma possível solução para melhorar a manutenção do parque, desde que realizada de maneira juridicamente adequada e respeitando os aspectos naturais do local.

A atuação juridicamente adequada passa por ações vinculadas ao uso do espaço natural sem agressão ao meio ambiente, existência de cláusulas de colaboração às práticas de preservação da UC, a reaplicação dos valores financeiros para manutenção do parque ambiental e cumprimento do rito legal previsto no Direito Administrativo. A legislação brasileira possibilita firmar acordos entre poder público e poder privado. O importante desta articulação é a sustentabilidade da UC, visando a continuidade de sua existência.

Cabe ainda mencionar que não há no planejamento da secretaria de meio ambiente ações voltadas a manutenção das áreas verdes existentes nas UC. Para o PPA 2018-2021, o programa ‘Gestão Ambiental com Desenvolvimento Sustentável’, possui duas iniciativas:

31 Art. 16. A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. § 1º a Área de Relevante Interesse Ecológico é constituída por terras públicas ou privadas. § 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma Área de Relevante Interesse Ecológico.

Quadro 16 - Programas e ações do PPA 2018-2021

PPA - Período 2018-2021		
Programa:	0009	PROGRAMA GESTÃO AMBIENTAL COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Objetivo:	0009.1.	Ampliar sua estrutura administrativa, operacional e técnica de forma a atender com qualidade e eficiência toda a população de Ananindeua, visando assim garantir a melhoria da qualidade de vida ambiental.
Iniciativa:	0009.1.1	Colocar em prática os planos, programas e projetos atinentes à preservação, à conservação e ao uso sustentável dos recursos ambientais, assim como aumentar a fiscalização e controle de empreendimentos potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais.
Ações:	2183	Fiscalização de Atividades Degradadoras, Poluentes e Contaminantes.
	2184	Capacitação de Técnicos que atuam nas áreas relacionadas à qualidade ambiental
Objetivo:	0009.2.	Estimular o desenvolvimento de ações educativas para a conservação, preservação e recuperação do meio ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos de Ananindeua.
Iniciativa:	0009.2.1	Promover a educação ambiental no município de Ananindeua, por meio de projetos e atividades culturais e educativas que primam pela conservação e valorização do meio ambiente, além de estimular a participação dos cidadãos na busca desses resultados.
Ações:	2185	Implementação do Parque Municipal
	2186	Implantação e Manutenção de Projeto de Paisagem
	2188	Implementação dos Bosques, Áreas Verdes e Unidades de Conservação.
	2189	Realização de Eventos de Sensibilização, Educação Ambiental e Atividades Lúdicas.
	2190	Implementação do Zoneamento Econômico Ecológico de Ananindeua – ZEE.
	2191	Manutenção do Conselho Municipal de Meio Ambiente

Fonte: PPA 2018-2021 da Prefeitura de Ananindeua.

A iniciativa para colocar em prática os planos, programas e projetos de preservação, conservação e uso sustentável dos recursos ambientais, e aumentar a fiscalização e controle de empreendimentos potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais possuem ações relacionadas pontualmente a fiscalização e a capacitação de técnicos. São ações importantes, porém não envolvem o reflorestamento de áreas degradadas, manutenção das UC ou ações relacionadas a preservação do lago.

3.4.2 Museu Parque do Seringal

O Museu Parque Seringal está localizado no município de Ananindeua, no bairro Cidade Nova VIII, entre as WE 34 e 36. Criado por meio da Lei Municipal nº 2.560, em 29/03/2012, com o intuito de recuperar um espaço abandonado e valorizar o período do Ciclo da Borracha ocorrido no Pará. Campos, Oliveira e Monte (2017) descrevem que o parque é uma área de preservação ambiental, sendo o primeiro museu e o segundo parque ambiental de

Ananindeua registrado pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com extensão total de 1.348 hectares e perímetro de 513 metros. Com funcionamento de terça à sexta-feira de 7h às 12h e de 15h às 19h, e aos sábados, domingos e feriados: de 7h às 19h. O espaço também é cadastrado no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAIM).

Figura 32 - Entrada do Museu Parque do Seringal, em 2013.



Fonte: Furtado, 2013.

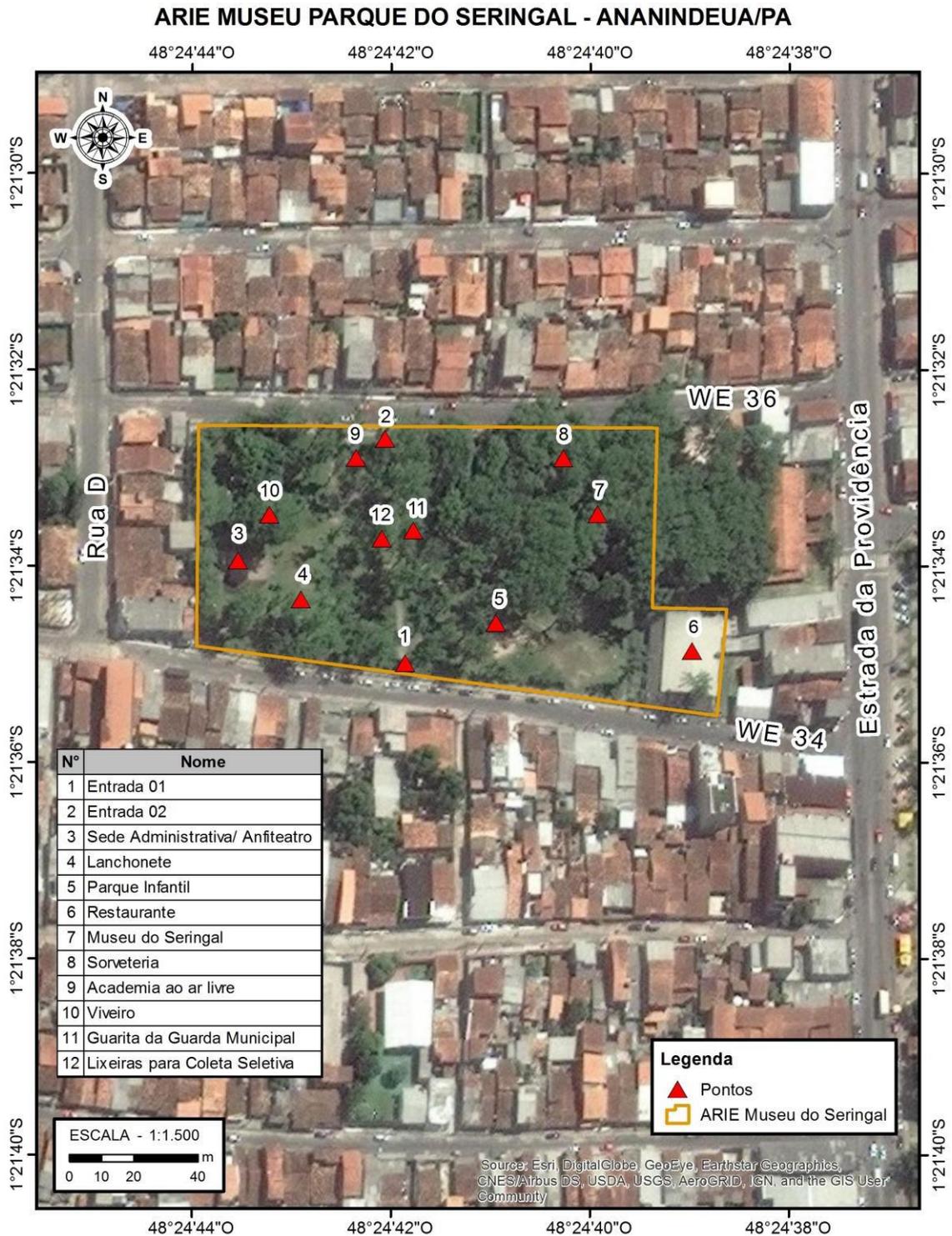
Figura 33 - Entrada do Museu Parque do Seringal, em novembro/2019.



Fonte: autora em 17/11/2019.

Foram realizadas quatro visitas ao parque, sendo as duas primeiras de reconhecimento, nos dias 01/05/2018 e 17/09/2018, e as outras duas referem-se ao agendamento da entrevista com a gestora da UC e a entrevista propriamente dita, nos dias 24/06/2019 e 31/07/2019, respectivamente. Assim como o Parque Antônio Danúbio, para a Unidade de Conservação Museu do Seringal também foi desenvolvido um mapa espacial com os principais pontos da UC. O produto também está disponibilizado no sítio eletrônico do LAENA e foi entregue uma versão impressa, em formato A3, ao gestor da UC.

Figura 34 - Mapa da Unidade de Conservação Museu Parque do Seringal



<p style="font-size: x-small;">Laboratório de Análises Espaciais Prof. Dr. Thomas Peter Hurtienne</p>	<p style="font-size: x-small;">UFPA</p>	<p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS</p> <p>Fonte: IBGE, 2018/ PMA, 2011 Trabalho de Campo, 2019 Datum Horizontal: SIRGAS-2000</p>	<p>ELABORAÇÃO</p> <p>Organização: Fernanda dos Santos Ligia Simonian Geógrafo: Wellington Fernandes Data: 18/11/2019</p>
---	---	--	---

- Riqueza Ambiental – Preservação da flora

O Parque foi construído em terreno ocioso, que servia para descarte de lixo doméstico e entulho. Além disso, apresentava insegurança para os moradores locais. Em entrevista, o diretor geral da SEMA-Ananindeua que atuava na época da inauguração, relatou:

[O espaço] não era murado. Era um mato crescente, uma área escura e era utilizada para jogar lixo. Inclusive, o lixo, as fotos iniciais nós tínhamos, o lixo ficava maior que o muro que fica atrás da colmeia de teatro. Ali onde é a colmeia de teatro hoje, que tinha um monte de lixo que ultrapassava o muro. E drogas, relato de drogas etc. Por isso que eu te digo, como a gente conseguiu mudar daquele lugar, com iluminação e o manejo do espaço. (homem, ex-diretor geral da SEMA-Ananindeua)

O solo de uma parte do parque ficou mais empobrecido, em virtude da forma como foi realizado o aterro no período de implementação do museu, conforme relatado em entrevista com servidora efetiva de nível superior:

Esta parte aqui [sede administrativa] antes da inauguração este lado foi bastante aterrado, aí a gente percebeu que as seringueiras deste lado sofreram e eu atribuo a este solo, que era mais piçarra que colocaram (mulher, servidora efetiva municipal)

O relato realizado pelo diretor geral à época e pela servidora efetiva foi constatado pela pesquisadora nas visitas de campo. Destaca-se ainda que o espaço referendado possui solo tipo arenoso, totalmente diferente do restante da UC, que tem características de solo do tipo terra preta. As figuras 35 e 36 expõem a localização da Colmeia de Teatro, que também é utilizada como sede administrativa da UC.

Figura 35- Colméia de Teatro e Sede Administrativa do Museu Parque do Seringal.



Fonte: autora, 24/06/2019



Figura 36 - Visão do Museu Parque do Seringal a partir da Colméia de Teatro

Fonte: autora, em 24/06/2019.

Registra-se que no mês de novembro de 2019 foi identificada a concentração de entulho dentro e fora da UC (figura 37 a 40), no mesmo espaço mencionado pelo ex-diretor da Secretaria de Meio Ambiente e pela servidora efetiva. Esta ação contínua de jogar lixo no mesmo espaço acarreta ainda mais o empobrecimento do solo. Além disso, a população do entorno não está consciente de boas práticas de armazenamento e aproveitamento do lixo produzido, demonstrando que as ações de educação ambiental não são voltadas para a comunidade mais próxima da UC, não são suficientes e/ou não são adequadas.



Figura 37 - Entulho do lado de fora do Museu Parque do Seringal

Fonte: autora, em 17/11/2019.

Figura 38 - Entulho do lado de fora do Museu Parque do Seringal



Fonte: autora, em 17/11/2019.

Figura 39 - Entulho dentro do Museu Parque do Seringal



Fonte: autora, em 17/11/2019.

Figura 40 - Zoom da figura 39, com ênfase ao vaso sanitário próximo à árvore dentro do Museu Parque do Seringal



Fonte: autora, em 17/11/2019.

Ressalta-se que mesmo com o empobrecimento do solo, os autores Campos, Oliveira e Monte (2017) destacam como o espaço tem relevância histórica para a região, pois detém diversos exemplares de seringueiras, datadas do segundo ciclo econômico da borracha na Amazônia, no século XIX. No período da segunda guerra mundial, o município recebeu imigração japonesa e nordestina, que iniciaram nas matas do “40 horas” as primeiras plantações de seringueiras (FURTADO, 2014). Desta maneira, o Parque ainda resguarda um conjunto de seringueiras de grande porte, favorecendo os fatores ambientais e culturais, protegendo parte da história do município.

Figura 41 - Seringueiras do Museu Parque do Seringal



Fonte: autora, em 31/07/2019

O parque dispõe de coletores de lixo, mas não possui ações expressivas para reciclagem do lixo. As ações existentes estão voltadas para o descarte de material e ensinamentos sobre coleta seletiva para atividades programadas. Mesmo assim, servidora efetiva da UC relata que: “com a vinda dos coletores é perceptível que as pessoas passaram a separar o lixo”. As figuras 42 e 44 estão relacionadas aos coletores de lixo e às atividades educativas.

Figura 42 - Coletores de Lixo do Museu Parque do Seringal



Fonte: autora, em 24/06/2019

Figura 43 - Atividades educativas para adultos – beneficiamento de resíduos sólidos no Museu Parque do Seringal



Fonte: Facebook do Museu Parque do Seringal – Autor desconhecido, 2019

Figura 44 - Atividades educativas para crianças sobre separação de resíduos sólidos no Museu Parque do Seringal



Fonte: Facebook do Museu Parque do Seringal – Autor desconhecido, 2019.

A riqueza ambiental do Museu Parque não está marcada pela densidade florestal e/ou a diversidade de espécies, mas pelo registro de um período histórico, marcado pela economia da borracha na região. Assim, a permanência da seringueira (*Hevea Brasiliensis*) é o principal elemento da flora, cabendo a gestão da UC preservar o bem-estar arbóreo do local. No entanto, parte da área apresenta modificações no solo, decorrentes do histórico de alguns anos servindo como depósito irregular de lixo e da forma como foi aterrada. As práticas de educação ambiental com relação a resíduos sólidos são pontuais e pouco efetivas para comunidade do entorno, que continuam realizando o descarte irregular de lixo doméstico e entulho dentro e nas imediações do Museu Parque.

- Riqueza Social

O Museu Parque apresenta uma importante estrutura para práticas sociais, já que o espaço se assemelha a uma praça, com brinquedos, academia ao ar-livre, trilhas, anfiteatro, cabine para guarda municipal, árvores, bancos ao ar livre. Sendo que sua diferenciação está no museu que leva o nome da UC e três espaços para uso do setor privado.

Campos, Oliveira e Monte (2017) informam que as atividades oferecidas no parque são de ginástica, projeto águia (aulas de ginástica rítmicas) de terça à sexta-feira de 7h30 às 9h; oficinas, conforme programação semestral; visitas escolares, conforme agendamentos; eventos culturais, conforme agendamentos; e o projeto Horta Seringal. Estas ações foram possíveis de ser identificadas no ano de 2019, por meio da rede social Facebook. Destacam-se nas figuras 45 a 47 algumas ações exemplificativas de atividades desenvolvidas pela UC:

Figura 45 - Atividades recreativas na Colônia de Férias no espaço Colméia, julho/2019



Fonte: Facebook do Museu Parque do Seringal – Autor desconhecido, 2019.

Figura 46 - Atividades físicas para terceira idade ao ar livre, agosto/2019



Fonte: Facebook do Museu Parque do Seringal – Autor desconhecido, 2019



Figura 47 - Atividades educativas com crianças do Escola Gelmires, setembro/2019

Fonte: Facebook do Museu Parque do Seringal – Autor desconhecido, 2019.

O Parque oferece um conjunto de atividades educativas e de entretenimento, possibilitando aos visitantes e moradores do entorno ações para o bem-estar e saúde. Pois, conforme detalhado pela servidora efetiva da UC: “além das visitas programadas com escolas, onde nós trabalhamos a questão ambiental” (mulher, servidora efetiva), existem também ações contínuas como a academia ao ar livre e o playground para crianças. Segundo a gestora da UC há atividades de ginástica de terça à sexta-feira, com a ‘professora Carla’. Assim, fica evidenciado que a atuação da UC com a sociedade do entorno é ativa.

O Museu é um importante componente da riqueza social, pois ele agrega fatos culturais da região amazônica, valorizando os contextos locais e a formação da origem da comunidade. Com objetivo de resgatar o patrimônio histórico e cultural do ciclo da borracha

na Amazônia, no município de Ananindeua, por meio da divulgação de saberes e visitas monitoradas para escolas e a comunidade do entorno.

Segundo Sampaio e Nascimento (2017) o Museu do Seringal é um exemplar das novas políticas patrimoniais, pois não é voltado unicamente para a excepcionalidade do objeto e/ou para coleção, mas enfatiza a identidade e educação às comunidades, uma “boa prática” das teorias museológicas. Consta no interior do museu a reprodução dos ambientes das casas de seringueiro, do aviamento e do senhor da borracha, além de informações sobre a vida de Chico Mendes e quais os produtos que utilizam látex.



Figura 48 - Memorial do Seringal no Museu Parque do Seringal, em 2013

Fonte: Furtado, 2013.



Figura 49 - Memorial do Seringal no Museu Parque do Seringal, em 2018

Fonte: autora, em 01/05/2018.

Por fim, assim como o Parque Antônio Danúbio, o Seringal também não dispõe de conselho gestor. Quando perguntada sobre a existência do Conselho Gestor, de maneira bem

simplista, a servidora efetiva respondeu que “não existe conselho”. No entanto, o Parque possui alguns diferenciais sobre a participação na fiscalização sobre o cuidado do espaço. Possivelmente por estar localizado em área residencial, quaisquer problemas identificados pela comunidade do entorno são repassados a gestão da UC.

A responsabilidade sobre o Museu Parque Seringal é da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) e do conselho gestor, formado por representantes da SEMA e da sociedade civil, criado por meio do Decreto nº 14.942, de 17/04/2012. O conselho tem a atribuição da elaboração do plano de manejo, organização e administração do museu. Não foi possível identificar informações sobre a atuação do conselho gestor.

- Riqueza Econômica

Semelhante a outra UC de gestão municipal de Ananindeua, o Museu Parque do Seringal não possui autonomia financeira para captação e aplicação de recursos. No entanto, apresenta estruturas físicas para concessionar espaços do parque para atuação do setor privado, sendo uma delas ocupada pela pessoa jurídica L. C. Garbin Restaurantes, inscrita no CNPJ/MF nº 14.800.071/0001-83, que utiliza nome fantasia Restaurante Museu do Seringal.

Figura 50 - Restaurante Museu do Seringal, em 2013



Fonte: Blog Aquipertinho, 2013.

Figura 51 - Restaurante Museu Parque do Seringal, em 2019



Fonte: autora em 24/06/2019

A relação ocorrida entre o município de Ananindeua e a empresa iniciou um mês antes da criação oficial da Unidade de Conservação, sendo estabelecido um contrato de cessão, com vigência de 10 anos, entre 01/03/2012 a 01/03/2022. Segundo consta no extrato de contrato, publicado no diário oficial do município de 29/03/2012, a finalidade da cessão é:

CLÁUSULA SEGUNDA – O Cedente, por este instrumento de Cessão de Domínio e na melhor forma de direito, cede a título gratuito ao Cessionário fração ideal do imóvel referido na Cláusula Primeira, no total de 674,81 m², de acordo com o preceito contido no artigo 1.196 e seguintes, do Código Civil Brasileiro vigente, para que possa promovê-la nesse espaço a construção de um estabelecimento comercial na categoria Restaurante (Churrascaria), destinado a atender a comunidade local e aos visitantes do “Parque Ambiental Seringal” de livre acesso público, nos termos das normas definidas pelo Sistema Nacional de Conservação – SNUC, Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000, podendo, para tanto, usar, gozar e fruir livremente da área que lhe é destinada no imóvel. SUBCLÁUSULA ÚNICA – Fica desde já estabelecido, que caberá ao Cessionário, com recursos próprios a construção da edificação que abrigará o restaurante a que se destina a presente cessão.

Além do restaurante existem outros dois espaços disponíveis para possível uso privado. Porém, não são utilizados, conforme demonstrando nas figuras 52 e 53:



Figura 52 - Quiosque “Lanchonete” do Museu Parque do Seringal

Fonte: autora, em 24/06/2019

Figura 53 - Quiosque “Sorveteria” do Museu Parque do Seringal



Fonte: autora, em 24/06/2019

Trata-se de dois quiosques localizados dentro da UC, que poderiam ser destinados a implementar uma sorveteria e uma lanchonete, com dimensões semelhantes entre si, porém menores que o restaurante. Estes espaços encontram-se totalmente ociosos e serviriam como fonte de financiamento para manutenção da unidade, especialmente com relação a infraestrutura física do museu que está deteriorada, conforme demonstrado nas figuras 48 e 49. O espaço necessita de manutenção em outros pontos, como a reforma de muros e cercas, pintura geral, revitalização de quiosques etc. As figuras 54 e 55 demonstram como o espaço requer conservação contínua.

Figura 54 - Cercado vandalizado e pintura desgastada



Fonte: autora, em 17/11/2019

Figura 55 - Cercado vandalizado



Fonte: autora, em 17/11/2019

Com relação à riqueza econômica, ficou explicitado que a UC possuiu, no momento da sua criação, diversos instrumentos para captação de recursos e potencialização do turismo local. Porém, pela falta de uso destes espaços e a ausência de políticas públicas mais estratégicas, a UC está deixando de produzir recursos para sua própria manutenção e

ampliação de suas atividades. Ou seja, o parque tem potencialidades econômicas que não estão sendo utilizadas.

4 PROTOCOLO

Este protocolo é inspirado nos modelos elaborados pela área da saúde, em especial enfermagem. Para o Conselho Regional de Enfermagem de Sergipe (COREN-SE) os protocolos assistenciais são o conjunto de normas, rotinas e procedimentos relativos ao problema/condição de saúde determinada, que permitem direcionar o trabalho e registrar oficialmente os cuidados executados na resolução ou prevenção de um problema (COREN-SE, s.d). No caso da pesquisa, compreende-se com o conjunto de normas, rotinas e procedimentos relativos à implementação do DSAUC.

O processo contábil tradicional prevê o reconhecimento vinculado aos benefícios econômicos futuros (CPC 00, 2019). No caso do DSAUC, a proposta é o reconhecimento a partir das riquezas ambientais e sociais, sob o suporte da Teoria Tridimensional da Contabilidade - T3C. Mejía-Soto e Ceballos (2016) descrevem que o critério de reconhecimento da riqueza ambiental é existência de recursos naturais, sendo que para a riqueza social seria a existência de recursos úteis e com função social.

Portanto, o uso de elementos não tradicionais para a Contabilidade possibilita apoiar o reconhecimento do processo contábil, como o uso de fotografias, laudos técnicos ambientais, entrevistas, pesquisas técnicas e acadêmicas etc. O importante é que estes elementos possibilitem validar a informação produzida e que permitam ao contador escriturar a mensuração da riqueza patrimonial.

A base legal contábil para nortear os elementos do DSAUC foi a NBC T 15, estabelecida pelo Conselho Federal de Contabilidade (2004), que define procedimentos para evidenciar informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade [ver item 2.3.3]. Porém, a apresentação destes itens refere-se predominantemente a relações de natureza econômica e não ambiental ou social, objetivo desta pesquisa. Assim, serão considerados os itens da NBC T 15, a partir da visão de reconhecimento da T3C. Os itens são:

- Geração e distribuição de riqueza
- Recursos humanos
- Interação da entidade com o ambiente externo
- Relação com o meio ambiente

Para atribuir e quantificar os bens ambientais e sociais não serão utilizados valores monetários, mas a atribuição de notas um a menos um. O conceito e uso da escala Likert estão especificados no item 1.4.5.

4.1 Elementos do protocolo

Antes de elaborar o protocolo foi necessário verificar elementos básicos que auxiliem identificar quais são as potencialidades de cada UC. Os elementos básicos são: introdução, revisão de literatura, objetivo, recursos físicos e materiais, fluxograma, atividades, indicadores notas explicativas e referências (COREN-SE, s.d.). A introdução foi desenvolvida considerando-se o histórico e os dados básicos da unidade de conservação (UC) analisada, como, tamanho espacial, quantidade de funcionários, atividades realizadas e outras informações relevantes para as questões locais.

A revisão de literatura referiu-se às produções científicas desenvolvidas sobre as UC analisadas. Análise bibliográfica das evidências científicas ajudou a visualizar quais as discussões e problemas levantados pela comunidade acadêmica, o que permitiu conhecer as informações independentes que vem sendo divulgadas. O ideal é buscar em pelo menos duas bases de dados fechadas, como *Scopus ou Ebsco*; e uma aberta, como o *Scielo, Google Acadêmico ou ResearchGate*.

Os recursos físicos e materiais são alusivos ao planejamento do responsável por elaborar o demonstrativo. Este elemento serve para identificar previamente quais serão os recursos necessários para realizar a análise dos componentes de riqueza ambiental, social e econômica. O Fluxograma é a representação esquemática de fluxos contínuos (COREN-SE, s.d). Atividades são a descrição do que, quem e como fazer em cada situação (COREN-SE, s.d), incluindo cada ato a ser executado.

Considerando que cada UC pode possuir ou não indicadores, estes devem variar de acordo com as peculiaridades de cada uma. Caso já existam indicadores ambientais, sociais ou econômicos, estes podem ser incorporados ao DSAUC, pois auxiliam a evidenciação das respectivas riquezas. Não havendo, precisa ser observada a existência ou não de dados históricos quantitativos na UC, como quantidade de árvores plantadas, quantitativo de visitas técnicas de escolas públicas, total de eventos promovidos pela UC, dentre outros. É importante utilizar dados com registro oficial da UC, existentes em relatórios de gestão ou prestação de contas para tribunais.

Porém, em virtude das fragilidades existentes na administração pública, especialmente as municipais, é possível que não existam informações internas registradas oficialmente, como ocorreu nas duas UC pesquisadas. Esta dificuldade indicou o uso da escala *Likert*. As especificações da escala *Likert* estão classificadas no item 1.4.5. Seu uso auxilia na classificação das riquezas ambientais e sociais existentes dentro da UC, de acordo com a

realidade, verificando os impactos de cada item relevante identificado. Esta escala serve de régua para avaliação, tendo como base requisitos mínimos que devem ser observados ao se elaborar o DSAUC, dentro das regionalidades e nos conceitos da Teoria Tridimensional da Contabilidade [ver item 2.3.2]:

- (i) estrutura de meio ambiente;
- (ii) recursos humano dos órgãos ambientais;
- (iii) conselho de meio ambiente;
- (iv) recursos específicos para meio ambiente; e
- (v) legislação de meio ambiente.

As notas explicativas servem de apoio aos dados fornecidos no DSAUC, devendo ser incluídas de maneira bem sucinta e objetiva, compreendendo os pontos relevantes da avaliação. Por fim, as referências, como em qualquer trabalho, devem ser expressas, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. O modelo de protocolo básico está evidenciado no Anexo I.

Para elaborar o Demonstrativo Socioambiental de Unidades de Conservação – DSAUC foi necessário compreender os aspectos ambientais, sociais e econômicos, usando perspectivas não financeiras para os valores ambientais e sociais e as perspectivas financeiras para questões econômico-financeiras. Porém, nesta pesquisa, como as UC não possuem autonomia financeira, sendo dependentes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, os aspectos econômicos foram medidos por perspectivas não financeiras. O uso da escala Likert foi indispensável para compreender aspectos ambientais, sociais e econômicos das unidades de conservação pesquisadas em Ananindeua.

Desta maneira, para fins de elaboração do primeiro DSAUC foi considerada a avaliação do exercício de 2019. Como a Contabilidade utiliza o princípio da comparabilidade como instrumento de apoio à análise das entidades, o exercício 2018 foi considerado “impreciso” em todos os campos, com exceção do conselho gestor, evidenciado na pesquisa que não funciona desde antes de 2018. Para o Museu do Seringal foi considerado também contrato de cessão de uso que está vigente desde 2012.

4.2 Avaliação *Likert* do Parque Ambiental Antônio Danúbio

A Unidade de Conservação (UC) Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva apresenta densidade florestal em território um pouco maior que três mil hectares. Está localizada em uma das principais vias de ligação entre capital e os municípios do

nordeste paraense. Além da preservação da fauna e flora, a UC realiza práticas educativas e ações de reflorestamento. Foram realizadas afirmações considerando os temas norteadores apontados pela T3C, considerando os exercícios financeiros de 2019:

- Existência de estrutura de meio ambiente

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe manejo florestal na UC			(-)
Existem atividades de reflorestamento na UC	(+)		
Existem atividades de educação ambiental	(+)		
Existe reciclagem de lixo na UC		(0)	
As espécies nativas da fauna permanecem convivendo de maneira harmônica no espaço	(+)		(-)
As espécies nativas da flora são mantidas (desflorestamento ou desmatamento)			(-)

O Parque Antônio Danúbio demonstrou ao mesmo tempo ter ações positivas de proteção da fauna e flora local e ações contrárias a esta proteção. Ficou evidenciado que existem atividades de educação ambiental na UC, sendo que uma das ações lúdicas é a reciclagem de material descartável, como garrafas pet, copos descartáveis, tampas de garrafas etc. No entanto, estas ações com reciclagem de lixo são limitadas, não sendo possível identificar se o material utilizando tem origem na coleta seletiva da UC.

O espaço não possui manejo florestal e as espécies nativas vêm sendo penalizadas com a ação do tempo e mudanças no ecossistema, como o aumento do fluxo de veículos nos arredores, empobrecimento do solo, redução do manancial aquífero e outras ações indiretas do homem. Com isso, as árvores de grande porte da UC estão em processo de desflorestamento. Em contrapartida, a UC vem atuando no reflorestamento de espécies nativas para manutenção da estrutura verde do local. Outro ponto importante identificado é a permanência de animais convivendo livremente nos espaços do parque.

- Recursos humanos órgãos ambientais

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Os servidores recebem qualificação periódica		(0)	
O quantitativo é suficiente			(-)
Os servidores são qualificados para atuar em UC		(0)	

O total de pessoas que atuam no parque é de oito servidores em regime DAS. Este quantitativo está abaixo do necessário. Com relação à qualificação dos servidores não foi possível identificar se todos são qualificados e se recebem qualificação periódica.

- Existência de conselho gestor da UC

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe conselho municipal constituído em Lei	(+)		
O conselho se reúne com regularidade			(-)
As ações do conselho são satisfatórias			(-)
Os membros do conselho frequentam as UC com habitualidade		(0)	
Os membros da sociedade estão inseridos no Conselho Municipal			(-)

Com relação ao conselho ficou demonstrado que a sua existência no Parque Antônio Danúbio é restrita aos aspectos legais de criação. Na prática, não há composição formal e/ou informal, não há reuniões, os membros da sociedade não interferem nas decisões da UC. São apenas receptores das atividades elaboradas e definidas pela gestão.

- Recursos específicos para meio ambiente (Fundo Munic. de Meio Ambiente)

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe autonomia financeira na UC			(-)
Existe fundo municipal para a UC			(-)
A aplicação do Fundo Municipal de Meio Ambiente é para UC		(0)	

A UC não tem autonomia financeira e administrativa. Todas as suas atividades dependem da autorização e determinação da Secretaria de Meio Ambiente. Com relação à aplicação dos recursos, o portal da transparência da Prefeitura não explicita quanto à utilização da fonte orçamentária “Fundo Municipal de Meio Ambiente” nas atividades da UC.

- Atende a Legislação ambiental pertinente

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
A UC atende todas as exigências do SNUC			(-)
A UC é fiscalizada pelo MMA		(-)	

Uma das exigências do SNUC é a atuação do conselho gestor, seja consultivo ou deliberativo, nas decisões realizadas na UC. Com a ausência de conselho fica evidenciado o não atendimento de todas as exigências do SNUC.

4.3 Avaliação *Likert* do Museu Parque do Seringal

O Museu do Seringal é uma unidade de conservação que apresenta principalmente ações quanto à riqueza social, pois proporciona um conjunto de atividades que envolvem bem-estar, saúde, estímulo as práticas de preservação ambiental e a cultura local. Esta última atividade reforça também os aspectos da relação à riqueza ambiental, uma vez que a proteção das espécies de seringueira plantadas no início do século XX remete ao período do segundo ciclo da borracha. O parque possui infraestrutura para receber atividades do setor privado:

lanchonete, sorveteria e restaurante. Entretanto, não está sendo potencializado ou plenamente utilizado.

- Existência de estrutura de meio ambiente

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe manejo florestal na UC			(-)
Existe preservação das seringueiras	(+)		
As ações ambientais da UC precisam ser melhoradas			(-)
Existem atividades de educação ambiental	(+)		
Existe reciclagem de lixo na UC			(-)
Existe preservação do solo e/ou lençóis freáticos			(-)

A estrutura de meio ambiente é formada principalmente por seringueiras de grande porte. No entanto, existem atividades de plantio de árvores típicas da Amazônia e uma horta comunitária. O espaço não apresenta, neste momento, redução dos seus componentes arbóreos, como também não tem uma cobertura florestal densa. Desta maneira, a estrutura visível da vegetação é considerada neutra.

Uma fração do solo, em um fragmento específico da UC, sofreu modificações na sua composição. Esta fração durante alguns anos, antes da formação do parque, era receptora irregular de resíduos sólidos. Durante a implantação do parque este pedaço da UC foi aterrado com material tipo piçarra, o que gerou empobrecimento do solo e perda das seringueiras daquele fragmento. Esta ação de descarte irregular permanece dentro e fora da unidade, demonstrando que as ações de reciclagem de lixo não são eficientes.

- Recursos humanos órgãos ambientais

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Os servidores recebem qualificação periódica		(0)	
O quantitativo é suficiente			(-)
Os servidores são qualificados para atuar em UC		(0)	

O quantitativo total pessoas que atuam no parque é de oito, entre estagiários, servidores DAS, cedidos e efetivos. Este quantitativo é abaixo do necessário, principalmente considerando o horário de funcionamento do parque, que abre aos finais de semana e feriados, e o dia inteiro de terça a sexta-feira. Com relação à qualificação dos servidores não foi possível identificar se todos são qualificados e se recebem qualificação periódica.

- Existência de conselho municipal de meio ambiente

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe conselho municipal constituído			(-)
O conselho se reúne com regularidade			(-)
As ações do conselho são satisfatórias			(-)
Os membros do conselho frequentam as UC com habitualidade			(-)

Os membros da sociedade estão inseridos no conselho municipal			(-)
---	--	--	-----

O Conselho consultivo está restrito à publicação do Decreto nº 14.942/2012, que dispõe sobre a sua criação.

- Recursos específicos para meio ambiente (Fundo Munic. de Meio Ambiente)

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe autonomia financeira na UC			(-)
A UC utiliza o fundo municipal com regularidade			(-)
A aplicação do fundo municipal de meio ambiente é para UC		(0)	
Se beneficia economicamente dos espaços destinados a atividades do setor privado dentro da UC			(-)

A UC não tem autonomia financeira e administrativa. Suas atividades dependem da autorização da Secretaria de Meio Ambiente. Com relação à aplicação dos recursos, o portal da transparência da prefeitura não é explícito quanto à utilização da fonte orçamentária “Fundo Municipal de Meio Ambiente” nas atividades da UC. Além disso, a UC não se beneficia economicamente dos espaços criados para usufruto do setor privado.

- Atende a legislação ambiental pertinente

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
A UC atende as exigências do SNUC			(-)
A UC é fiscalizada pelo MMA		(-)	

Uma das exigências do SNUC nas decisões realizadas na UC é a atuação do conselho gestor, seja consultivo ou deliberativo. A ausência de conselho evidencia o não atendimento de todas as exigências do SNUC.

- Outros – Valor Cultural

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
A UC valoriza a cultura histórica do local	(+)		
A estrutura física dos espaços construídos está em boas condições			(-)

Um dos requisitos mais importantes da UC é o respeito e valorização da história da Amazônia, em especial do papel do município de Ananindeua no contexto. Mesmo tendo função social de grande impacto, existem problemas estruturais e, caso não tenha a devida manutenção, pode a longo prazo perder esta função.

5 DEMONSTRATIVO SOCIOAMBIENTAL PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Após o uso dos procedimentos metodológicos sugeridos no início da pesquisa chegou-se à elaboração de diferentes produtos. Dentre eles, o Demonstrativo Socioambiental de Unidades de Conservação – DSAUC, que atrelou os conhecimentos da metodologia dialética e dedutiva para produção de um instrumento que facilite a relação entre o Estado e a sociedade. A unidade de conservação é um objeto em movimento, individual e inacabado, estando em constante mudança, sempre em vias de se transformar.

O uso da escala *Likert* foi importante para qualificar a avaliação e classificação do nível de riqueza ambiental e social das UC. Já o uso do método dedutivo foi em decorrência das premissas da Teoria Tridimensional da Contabilidade para elaboração de demonstrativo contábeis. Os requisitos da T3C são: (i) estrutura de meio ambiente: órgãos, secretaria e departamento; (ii) recursos humanos dos órgãos ambientais; (iii) conselho de meio ambiente; (iv) recursos específicos para meio ambiente; e (v) legislação de meio ambiente.

5.1 Elementos do DSAUC

São elementos do DSAUC: os três tipos de sustentabilidade (ambiental, social e econômica), a comparabilidade entre exercícios financeiros, a categoria da UC, modelo de gestão, data de criação e notas explicativas. Os elementos “fator” e “processo” são requisitos específicos de cada UC, devendo ser estabelecidos conforme histórico e individualidades locais. O DSAUC propõe apontar os pontos onde o gestor deve atuar para melhorar a sustentabilidade da UC, o modelo está demonstrado no quadro 17.

Quadro 17 - Proposta de modelo de Demonstrativo Socioambiental de Unidades de Conservação – DSAUC

Demonstrativo Socioambiental para Unidade de Conservação – DSAUC			
UC: <i>Incluir nome da Unidade de Conservação</i>			
<u>Categoria</u> : Incluir a categoria da Unidade de Conservação, conforme SNUC			
<u>Gestão</u> : Incluir o tipo de gestão (pública ou privada)		<i>Incluir data de</i>	
		<u>Criação</u> : <i>criação da Unidade de Conservação</i>	
Item	Ano 2	Ano 1	Notas explicativas
<u>SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (Peso)</u>			
<u>Definir Fator</u>	-	-	
Definir Processo			
Definir Processo			
<u>Definir Fator</u>			
Definir Processo			
Definir Processo			
<u>Definir Fator</u>			
Definir Processo			
Definir Processo			
<u>SUSTENTABILIDADE SOCIAL (Peso)</u>			
<u>Definir Fator</u>	-	-	
Definir Processo			
Definir Processo			
<u>Definir Fator</u>			
Definir Processo			
Definir Processo			
<u>SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA (Peso)</u>			
<u>Definir Fator</u>	-	-	
Definir Processo			
Definir Processo			
Resultado Tridimensional da organização			

Fonte: Elaborado pela autora

5.2 Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva

A UC – Parque Ambiental Antônio Danúbio apresentou individualmente resultados sustentáveis, neutros e insustentáveis, no exercício de 2019, conforme ilustra o quadro 18. Baseando-se nas fórmulas sugeridas [ver item 1.4.6] a conclusão do DSAUC foi que a UC é insustentável. Com relação ao ano de 2018, não foi possível apurar com confiabilidade todos os processos, sendo atribuída a escala de neutro, ou seja, zero.

Quadro 18 - DSAUC Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva

Demonstrativo Socioambiental para Unidade de Conservação – DSAUC			
UC: Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva			
Categoria: ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico		Criação: 11/10/2010	
Gestão: Municipal			
Item	2019	2018	Notas explicativas
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (Peso)			
Fauna (Fator)			
Permanência das espécies nativas (Processo)	(+)	(+)	Os animais convivem livres na UC
Flora (Fator)			
Práticas de manejo florestal (Processo)	(-)	(0)	Não possui manejo
Permanência das espécies nativas (Processo)	(-)	(0)	Desflorestamento da UC
Atividades de replantio (Processo)	(+)	(0)	A UC tem ações de reflorestamento por meio de parcerias com o terceiro setor e ações internas, como o espaço Viveiro de Mudanças.
Reciclagem de lixo (Fator)			
Atividades de reciclagem no local (Processo)	(0)	(0)	Existem atividades de reciclagem, mas somente para práticas lúdicas, Não é possível identificar se trata do total de lixo produzido na UC.
SUSTENTABILIDADE SOCIAL (Peso)			
Educação Ambiental (Fator)			
Práticas educativas (Processo)	(+)	(0)	A gestão da UC promove ações educativas com escolas públicas de Ananindeua e entorno
Atividades abertas na UC (Processos)	(+)	(0)	Existem outras atividades que envolvem a sociedade, como exercícios para idosos, treinamento tático para guarda municipal, pesquisa de espécies, outros.
Conselho Municipal da UC (Fator)			
Reuniões (Processo)	(-)	(-)	Não há composição do conselho. Possivelmente, a última reunião ocorreu em 2014
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA (Peso)			
Manutenção da UC (Fator)			
Qualificação dos servidores (Processo)	(-)	(0)	Não ficaram evidenciados gastos relacionados a treinamento da equipe de atuação na UC
Ações de melhoria da manutenção da UC (Processo)	(-)	(0)	A UC não possui autonomia financeira e administrativa, tornando o processo de manutenção do espaço dependente da SEMA
Resultado Tridimensional da organização -1 0			

Fonte: elaborado pela autora

5.3 Museu Parque do Seringal

Assim como a UC anterior, o Museu Parque Seringal apresentou resultados isolados sustentáveis, neutros e insustentáveis, no exercício de 2019. Tendo como decorrência final, após aplicação das fórmulas [ver item 1.4.6], o resultado insustentável, conforme demonstra o quadro 19. Com relação ao ano de 2018, não foi possível apurar com confiabilidade todos os processos, sendo atribuída a escala de neutro, ou seja, zero. Com exceção da ausência de composição do conselho gestor e a existência de contrato de gestão sem benefícios econômicos para a UC, pois foi viável identificar com credibilidade.

Quadro 19 - DSAUC Museu Parque do Seringal

Demonstrativo Socioambiental para Unidade de Conservação – DSAUC			
UC: Museu Parque do Seringal			
Categoria: ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico			
Gestão: Municipal		Criação: 09/04/2012	
Item	2019	2018	Notas explicativas
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (Peso)			
Preservação da fauna (Fator)			
Preservação das seringueiras de grande porte (Processo)	(-)	(0)	Com exceção de um fragmento do parque, as seringueiras de grande porte são preservadas.
Preservação do solo (Processo)	(-)	(0)	Em parte do parque o solo sofreu modificações antes da criação da UC e na sua construção.
Ações para reciclagem de lixo (Fator)			
Estímulo à realização de separação de resíduos sólidos (Processo)	(+)	(0)	Existem ações educativas para seleção de resíduos sólidos, mas pontuadas as atividades programadas com escolas
SUSTENTABILIDADE SOCIAL (Peso)			
Atividades para comunidade (Fator)			
Educação Ambiental (Processo)	(+)	(0)	Atividades programadas com escolas públicas e privadas do entorno
Saúde e bem-estar (Processo)	(+)	(0)	Ginástica com instrução técnica nos dias de terça a sexta-feira
Ações de entretenimento para crianças (Processo)	(+)	(0)	Atividades programadas em datas comemorativas e período de férias
Ações de entretenimento para adultos (Processo)	(+)	(0)	Atividades programadas em datas Comemorativas
Espaços disponíveis: academia, playground etc. (Processo)	(0)	(0)	Estrutura física para a comunidade não foi reformada neste período
Conselho Municipal da UC (Fator)			
Reuniões (Processo)	(-)	(-)	Não há composição do conselho.
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA (Peso)			
Manutenção da UC (Fator)			
Qualificação dos servidores (Processo)	(-)	(0)	Não ficaram evidenciados gastos relacionados a treinamento da equipe de atuação na UC
Ações de melhoria da manutenção da UC (Processo)	(-)	(0)	Não possui autonomia financeira e administrativa, tornando o processo de manutenção do espaço dependente da SEMA
Uso econômico dos espaços (Fator)			
Contratos de cessão com benefícios econômicos (Processo)	(-)	(-)	Só existe um contrato vigente para utilização de espaços destinados ao setor privado, mas de uso gratuito
Resultado Tridimensional da Organização	-1	-2	

Fonte: elaborado pela autora

5.4 Validação do DSAUC

A validação do DSAUC ocorreu no período de 18 a 21 de novembro de 2019, por meio de formulário eletrônico “*Google Forms*”, com o objetivo de verificar se o DSAUC é de fácil compreensão; se estimula a presença dos cidadãos no local; se é eficaz como instrumento de transparência; se tem capacidade de demonstrar as riquezas ambientais e sociais do espaço, para apoio a tomada de decisões gerenciais e de prestação de contas.

A estrutura do questionário foi dividida em pré-avaliação e avaliação. A pré-avaliação é composta pelo objetivo geral do questionário, descritivo do DSAUC, valores da escala Likert e os demonstrativos das unidades de conservação pesquisadas. A avaliação propriamente dita tem 13 perguntas, sendo três relacionadas às características dos validadores e 10 referentes ao julgamento do DSAUC. A aplicação do questionário ocorreu individualmente e sem a presença da pesquisadora, sendo repassado por e-mail e/ou aplicativo WhatsApp aos validadores, que possuem habilidades técnicas nas áreas da Contabilidade, Administração, Comunicação Social, Turismo e Engenharia Florestal.

Todos os validadores da pesquisa responderam o questionário de avaliação do DSAUC (Apêndice V), de modo que não serão considerados critérios de não adesão ao estudo. Os índices aceitáveis em uma pesquisa para ciências sociais aplicadas são de no mínimo 90% do gráfico de amostragem (MORETTIN; BUSSAB, 2010). A amostragem desta dissertação foi de 100% dos participantes.

5.4.1 Resultados do questionário

Foi aplicado no questionário o método de avaliação da escala Likert com três pontos: concordo (esquerda); não concordo e não discordo (centro); discordo (direita), possibilitando aos respondentes avaliar o DSAUC. A formulação do questionário foi baseada em afirmações, onde o validador deveria confirmar se “concorda”, “discorda” ou “não concorda nem discorda” (neutro).

A primeira pergunta de julgamento do DSAUC foi se os entrevistados têm entendimento do conceito de Unidades de Conservação (Figura 56). Destes, 85,7% concordam que têm familiaridade sobre o conceito de UC, todos com atuação no setor público, e 14,3% são neutros quanto à afirmação, correspondendo ao único com atuação no setor privado.

Tenho familiaridade com demonstrativos contábeis (Exemplo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício etc.)

7 respostas

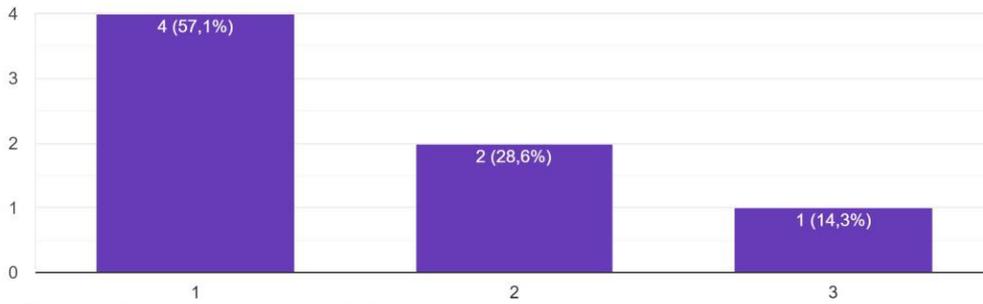
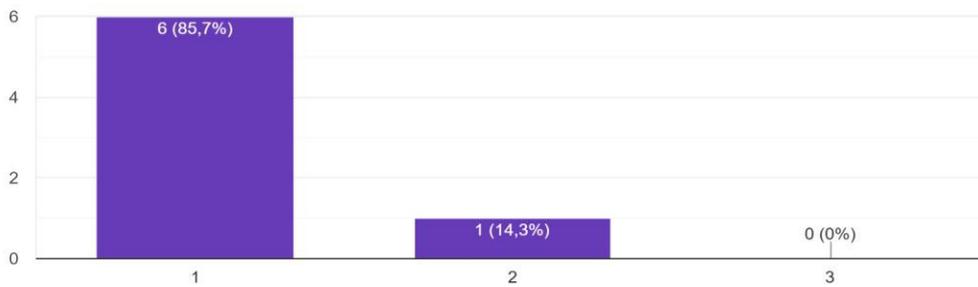


Gráfico 1 - Resposta quanto à familiaridade com o conceito de unidades de conservação

Tenho familiaridade com o conceito de Unidade de Conservação

7 respostas



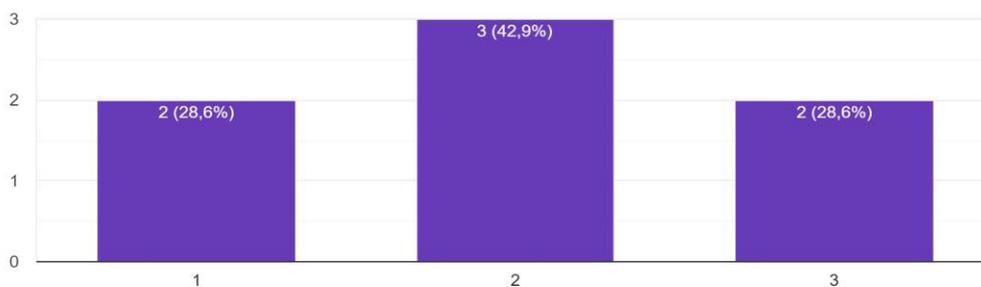
Fonte: Questionário de avaliação do DSAUC formatado no *Google Forms*.

Com relação a conhecer as UC pesquisadas identificou-se que apenas duas pessoas declararam conhecer o Parque Antônio Danúbio e o Museu do Seringal. Dois entrevistados informam não conhecer as UC e três não conhecem e nem desconhecem (Figura 57).

Gráfico 2 - Resposta quanto ao conhecimento das unidades de conservação municipais de Ananindeua

Conheço as Unidades de Conservação Municipais de Ananindeua (Parque Ambiental Antônio Danúbio e Museu Parque do Seringal)

7 respostas



Fonte: Questionário de avaliação do DSAUC formatado no *Google Forms*.

As questões relacionadas à familiaridade com demonstrativos contábeis e sua interpretação e utilização tiveram os mesmos resultados, conforme especificado nas figuras 58 e 59. Os contadores e o administrador (também comunicólogo) têm conhecimento com relação às informações gerenciais, correspondendo a 57,1% dos entrevistados. Os entrevistados neutros correspondem a 28,6% e têm formação em Comunicação Social e engenharia florestal, o único entrevistado que discordou ter este conhecimento possui formação em turismo.

Tenho familiaridade com demonstrativos contábeis (Exemplo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício etc.)

7 respostas

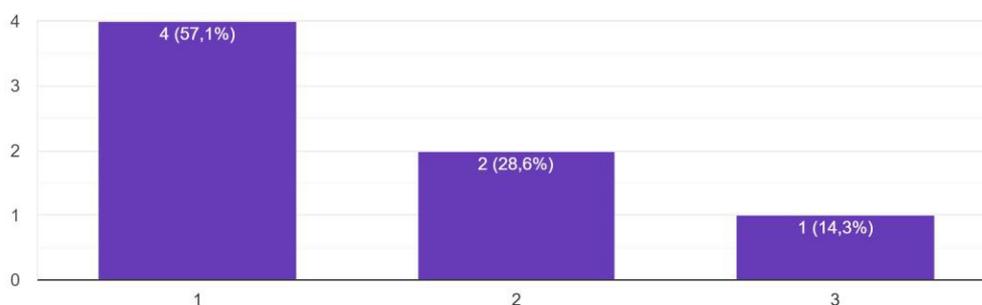


Gráfico 3 - Resposta sobre a familiaridade com demonstrativos contábeis

Fonte: Questionário de avaliação do DSAUC formatado no *Google Forms*.

Sei utilizar/interpretar demonstrativos contábeis

7 respostas

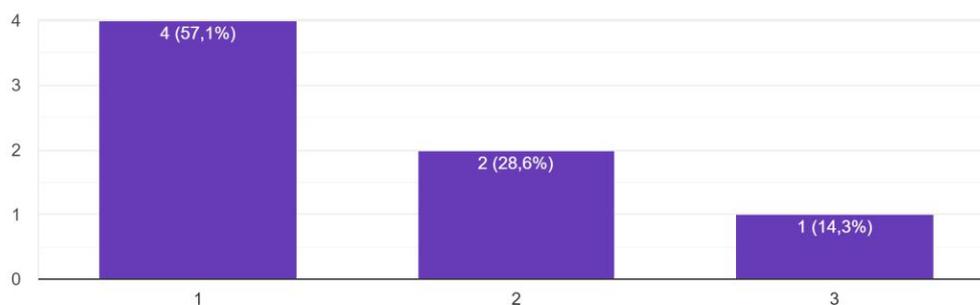


Gráfico 4 - Resposta sobre se sabe utilizar ou interpretar demonstrativos contábeis

Fonte: Questionário de avaliação do DSAUC formatado no *Google Forms*

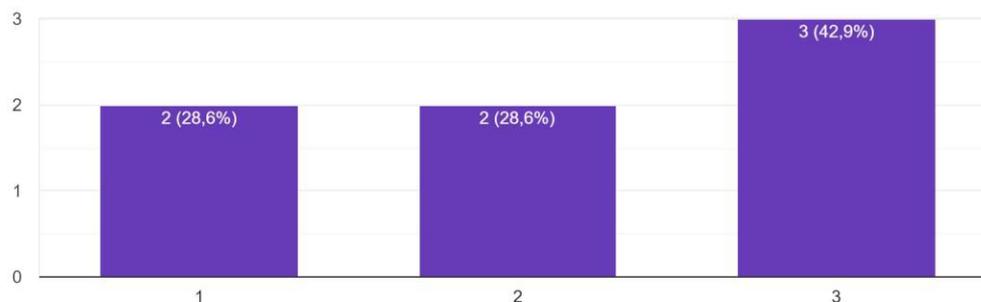
Com relação à satisfação com os demonstrativos contábeis para esclarecer questões

ambientais e sociais, os entrevistados 1, 2 e 4 informam estar insatisfeitos. Estes são os mesmos que entendem o conceito de UC, são familiarizados e sabem interpretar demonstrativos contábeis. Os neutros e os satisfeitos são os que não têm familiaridade e/ou não sabem interpretar os referidos demonstrativos, com exceção do entrevistado 7, que afirma satisfação com demonstrações contábeis para esclarecer questões ambientais e sociais e tem domínio sobre estes instrumentos. Os percentuais de cada resposta estão expostos no gráfico 5.

Gráfico 5 - Resposta sobre estar satisfeito com os demonstrativos contábeis para informar

Estou satisfeito com os demonstrativos contábeis para informar questões ambientais e sociais

7 respostas



questões ambientais e sociais

Fonte: Questionário de avaliação do DSAUC formatado no *Google Forms*

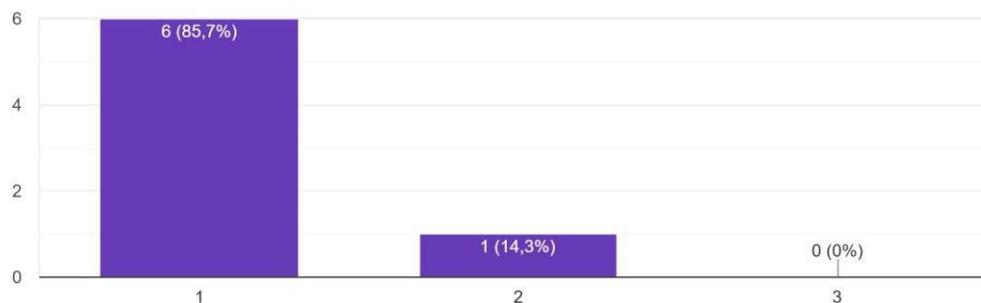
A resposta sobre necessidade de existir um demonstrativo específico para informar questões ambientais e sociais em UC (Figura 61), 85,7% dos entrevistados concordam ser necessário um demonstrativo específico para informar questões ambientais e sociais existentes em UC, apenas o entrevistado 7 foi neutro. Percebe-se que diferentes áreas do conhecimento compreendem a necessidade de melhorar as informações sobre as riquezas ambientais e sociais.

Esta resposta valida a hipótese da pesquisa, pois concorda que os demonstrativos contábeis tradicionais do setor público não são claros e acessíveis aos usuários, restringindo as ações de tomadas de decisão ambientais, pois retratam dados apenas econômico-financeiros e negligenciam as peculiaridades das informações ambientais e sociais do patrimônio público.

Gráfico 6 - Resposta sobre a necessidade de um demonstrativo específico para informar

É necessário um demonstrativo específico para informar questões ambientais e sociais existentes em Unidades de Conservação

7 respostas



questões ambientais e sociais em UC

Fonte: Questionário de avaliação do DSAUC formatado no *Google Forms*

Com relação à validação propriamente dita do DSAUC (figura 62), nenhum discordou da sua capacidade de medir as riquezas ambientais e sociais em UC. Os entrevistados 3 e 6 optaram pela opção central (neutro) quanto à esta afirmação, provavelmente em decorrência da não familiarização com demonstrativos contábeis. Possivelmente, a falta de habilidade com a leitura de instrumentos gerenciais pode ser o causador da impossibilidade de alguns entrevistados de validar se o DSAUC.

O DSAUC é válido para medir as riquezas ambientais e sociais em Unidades de Conservação

7 respostas

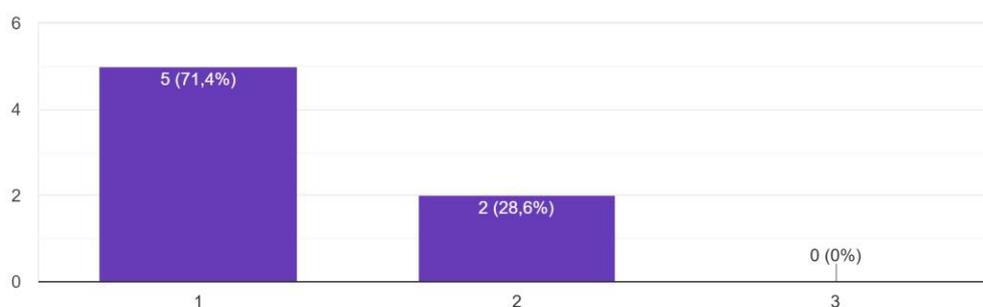


Gráfico 7 - Resposta sobre a validade do DSAUC para medir as riquezas ambientais e sociais

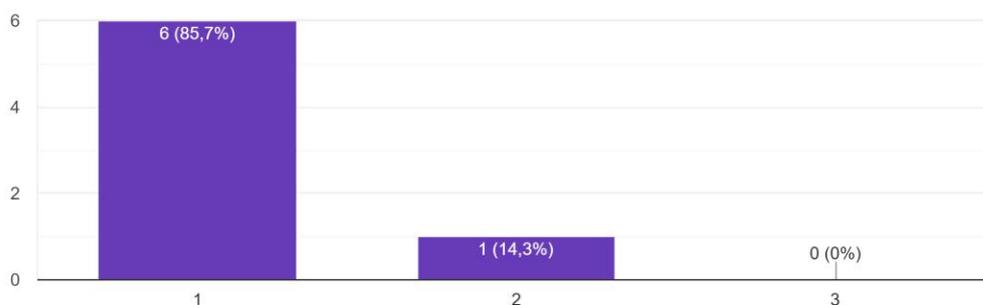
Fonte: Questionário de avaliação do DSAUC formatado no *Google Forms*

A maioria dos entrevistados alega ter facilidade com as informações do DSAUC, correspondendo a 85,7% dos entrevistados. O total de 14,3% dos entrevistados foram neutros quanto à afirmação da facilidade em compreender do novo demonstrativo. O entrevistado 3, que foi neutro quanto a possibilidade de validar a medição do DSAUC, relatou ser fácil compreender as informações do demonstrativo.

Gráfico 8 - Resposta sobre a facilidade das informações no DSAUC

As informações são compreendidas facilmente no DSAUC

7 respostas

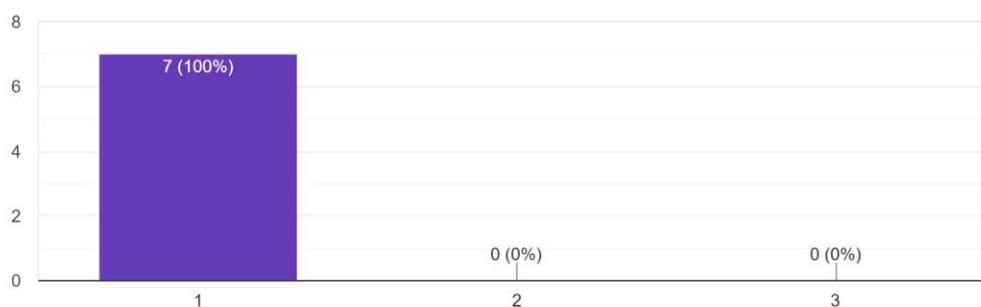


Fonte: Questionário de avaliação do DSAUC formatado no *Google Forms*

Os gráficos 9 e 10 demonstram como o DSAUC pode ser atrativo para ampliar o quantitativo de visitantes em UC, pois a partir das informações constantes no DSAUC, 100% dos entrevistados passaram a ter interesse em conhecer ou retornar ao Parque Antônio Danúbio e o Museu do Seringal.

Gráfico 9 - Resposta sobre ter interesse em conhecer a UC – Parque Ambiental Antônio Danúbio em decorrência das informações constantes no DSAUC

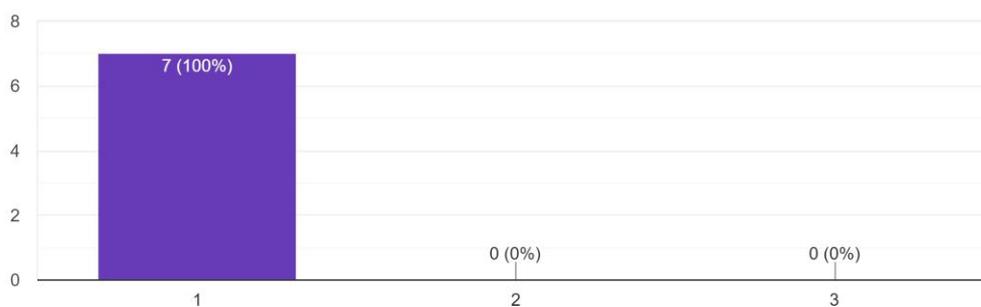
A partir do DSAUC tive interesse de conhecer ou retornar na UC- Parque Ambiental Antônio Danúbio
7 respostas



Fonte: Questionário de avaliação do DSAUC formatado no *Google Forms*

Gráfico 10 - Resposta sobre ter interesse em conhecer a UC – Museu Parque do Seringal em

A partir do DSAUC tive interesse de conhecer ou retornar na UC- Museu Parque do Seringal
7 respostas



decorrência das informações constantes no DSAUC

Fonte: Questionário de avaliação do DSAUC formatado no *Google Forms*.

O quadro 20 refere-se ao resumo das informações geradas pelos questionários de validação gerados pelos entrevistados.

Quadro 20 - Resumo das respostas dos entrevistados

Perguntas/Afirmações	Entrevistado 1	Entrevistado 2	Entrevistado 3	Entrevistado 4	Entrevistado 5	Entrevistado 6	Entrevistado 7
Qual a sua idade?	51 a 60 anos	31 a 40 anos	31 a 40 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	31 a 40 anos	51 a 60 anos
Qual a sua formação?	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Sociais Aplicadas	Ciências Exatas e Naturais	Ciências Humanas	Ciências Humanas
Qual a sua área de atuação?	Setor público	Setor público	Setor Privado	Setor público	Terceiro setor	Setor público	Setor público
Tenho familiaridade com o conceito de unidade de conservação	Concordo	Concordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo
Conheço as Unidades de Conservação Municipais de Ananindeua (Parque Ambiental Antônio Danúbio e Museu Parque do Seringal)	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo	Concordo	Não concordo nem discordo	Não concordo nem discordo
Tenho familiaridade com demonstrativos contábeis (Exemplo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício etc.)	Concordo	Concordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Concordo
Sei utilizar/interpretar demonstrativos contábeis	Concordo	Concordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Concordo
Estou satisfeito com os demonstrativos contábeis para informar questões ambientais e sociais	Discordo	Discordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Concordo	Não concordo nem discordo	Concordo
É necessário um demonstrativo específico para informar questões ambientais e sociais existentes em unidades de conservação	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Não concordo nem discordo
O DSAUC é válido para medir as riquezas ambientais e sociais em unidades de conservação	Concordo	Concordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo	Não concordo nem discordo	Concordo
As informações são compreendidas facilmente no DSAUC	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Não concordo nem discordo	Concordo
A partir do DSAUC tive interesse de conhecer ou retornar na UC- Parque Ambiental Antônio Danúbio	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo
A partir do DSAUC tive interesse de conhecer ou retornar na UC- Museu Parque do Seringal	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo	Concordo

Fonte: autora, com base no questionário formatado no *Google Forms*

6 CONCLUSÕES E PRODUTOS DA DISSERTAÇÃO

A dissertação teve como questão principal a apresentação de um instrumento específico de apoio à tomada de decisão em unidades de conservação (UC), pois a hipótese sugerida na pesquisa é que os atuais demonstrativos contábeis do setor público são voltados para questões econômico-financeiras e negligenciam as peculiaridades das informações ambientais e sociais. Assim, foi necessário buscar soluções para o novo contexto de sociedade, aproximando a Ciência Contábil do conceito de sustentabilidade. Como delimitador, foram observadas duas UC de gestão municipal em Ananindeua: Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva e Museu Parque do Seringal.

As unidades de conservação estudadas possuem importante potencial turístico e cultural para Ananindeua, bem como potencializam o cuidado com a preservação ambiental e a possibilidade de estimular na região metropolitana de Belém o mosaico ecológico proposto pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. O mosaico estabelece a gestão integrada e participativa de UC próximas, sobrepostas ou justapostas, possibilitando a ampliação das ações de conservação para além dos seus limites. A região metropolitana de Belém possui seis unidades de conservação, incluindo as de Ananindeua. As outras são: Parque Estadual do Utinga, APA da Região Metropolitana de Belém, Refúgio de Vida Silvestre Metrôpole da Amazônia e APA Ilha do Combu.

No entanto, as possibilidades das UC acabam por ser reduzidas, devido o distanciamento dos habitantes ananindeuenses com o seu entorno e a centralização de gestão do poder público municipal. A relação de interesses entre Estado e sociedade requer estrutura (formal e informal) que viabilize qualquer negociação entre os diversos atores. A Contabilidade é um elemento chave neste processo de negociação, pois é a ciência que promove formalmente esta comunicação, demonstrando o que foi proposto pelo poder público e o realizado. Porém, os signos nem sempre são compreensíveis a todos, além de voltados a questões econômico-financeiras, deixando de retratar questões ambientais e sociais, de acordo com a sua natureza.

Ressalta-se, ainda, que o processo de comunicação traz à tona dois princípios importantes e complementares da governança pública. A transparência, que se refere a divulgação compreensível de dados públicos a sociedade, e a accountability, voltada para o dever de prestação de contas e a responsabilização do gestor público. Estes princípios foram a base para formulação do DSAUC e da avaliação das UC pesquisas.

As duas UC apresentam alguns problemas semelhantes, como a falta de composição real do conselho consultivo, falta de autonomia administrativa financeira, quantitativo insuficiente de servidores, ausência de servidores efetivos, baixos salários, falta de qualificação e deterioração das estruturas físicas.

As riquezas econômicas das UC são limitadas à atuação da prefeitura, por meio das ações da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA). A estrutura organizacional da prefeitura é centralizada. Por exemplo, cabe à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF) a gestão dos recursos financeiros e à Secretaria de Administração a gestão de pessoal. A falta de autonomia das UC dificulta a manutenção de suas estruturas, tornando os processos administrativos dependentes, burocráticos e pouco transparentes, uma vez que só são identificados valores agrupados da SEMA.

A principal riqueza do Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva é na área ambiental, pois a UC apresenta em sua composição densidade florestal, preservação da fauna e da flora, realização de práticas educativas e ações de reflorestamento. No entanto, o local passa por um processo de deterioração tanto dos espaços construídos quanto na perda da vegetação, além da redução gradativa do volume de água do lago existente na UC. Outros pontos negativos são relacionados à limitação de acesso ao parque, pois o horário de acesso é concentrado no turno da manhã, de oito às quatorze horas, de segunda à sexta-feira, e não há acessibilidade para portadores de deficiência física e visual.

A partir das visitas ao Parque Antônio Danúbio ficou evidenciado que a participação da sociedade pode estimular a atuação do poder público. Mesmo não sendo possível afirmar o início das mudanças estruturais da UC com a pesquisa, o fato é que após a primeira visita de campo, em 05/09/2018, foi possível identificar melhorias na estrutura do espaço, como a revitalização da entrada do parque e os ajustes no muro vandalizado. Assim, a inclusão de novos atores no processo de gestão estimula a atuação dos agentes públicos, fortalecendo o conceito de governança mencionado no item 2.1 desta dissertação, ou seja, após os questionamentos realizados na pesquisa em vistas de campo, percebeu-se que a gestão da UC foi estimulada a atender as necessidades do espaço.

Já o Museu Parque do Seringal apresenta principalmente ações voltadas à riqueza social, pois proporciona um conjunto de atividades que envolvem bem-estar, saúde, estímulo as práticas de preservação ambiental, tentativa de acessibilidade para deficientes físicos e a cultura local. A riqueza ambiental está relacionada a um importante momento histórico da

Amazônia e a proteção das espécies de seringueira plantadas no início do século XX, remete ao período do segundo Ciclo da Borracha. No entanto, o espaço apresenta perda de qualidade do solo em um fragmento da UC, decorrente da maneira como foi aterrado e do histórico de descarte de lixo, que persiste até hoje.

O Museu Parque possui infraestrutura para receber atividades do setor privado, mas não está sendo potencializado ou plenamente utilizado, podendo ser uma saída possível para manutenção da UC. Uma solução válida e lícita para Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) é buscar parcerias com o setor privado, a fim de promover contratos de cessão para uso sustentável do espaço, em contrapartida retribuir financeiramente com as UC ou realizar ações de melhoria na estrutura existente.

Outra solução possível é a prefeitura buscar financiamento para cidades ambientalmente sustentáveis como o ICMS-verde (Estadual) e fundos internacionais de proteção ao meio ambiente. Caso a prefeitura funde um instituto voltado para as UC poderá participar de programas e editais de captação de recursos que estimulem a preservação da Amazônia. Além disso, a implementação efetiva dos conselhos consultivos poderá facilitar a compreensão dos interesses da sociedade. Desta maneira, as possíveis soluções poderão apoiar a manutenção das atividades ambientais e sociais nas UC e valorizar o turismo no município por meio da complementariedade entre setor público e privado.

No entanto, uma questão importante para alcançar a governança é a harmonia entre as atividades meio e fins da UC. No decorrer da pesquisa foi possível concluir a importância das ações meio para estruturar o diálogo entre a sociedade e o Estado. As tarefas da UC estão voltadas principalmente para a preservação da biodiversidade local e educação ambiental, objetivos previstos em lei de criação, ou seja, finalísticos. As tarefas vinculadas ao gerenciamento administrativo, atividades meio, são encaminhadas para órgãos superiores, como as Secretarias de Meio Ambiente e Finanças, que não vivenciam a realidade das UC.

Este distanciamento prejudica a promoção da governança, já que o equilíbrio entre as áreas, fim e meio, é o que permite conhecer, atender e prestar contas das demandas sociais. Independente das possíveis políticas implementadas para melhorar as condições em UC de gestão municipal é fundamental estabelecer nos municípios infraestrutura para atender as demandas finalísticas da sociedade e as operacionais internas de maneira simétrica. Assim, os instrumentos propostos na dissertação, o DSAUC e o protocolo, visam evidenciar qual o nível de riqueza ambiental e social existente em uma UC (finalístico), a partir de elementos estruturados na contabilidade (meio).

A dissertação teve como contribuição a entrega de cinco produtos. Os dois primeiros

são referentes a representação cartográfica das duas UC, reforçando a delimitação de espaço e enfatizando os elementos físicos disponíveis. Também foi uma maneira de divulgar as UC, pois os mapas estarão disponíveis do sítio eletrônico do Laboratório de Análises Espaciais do NAEA – LAENA/NAEA/UFPA. O terceiro produto foi o curso de qualificação para servidores das unidades de conservação, coordenado pela professora doutora Ligia Simonian, que colaborou para o aperfeiçoamento dos servidores e interessados no tema. Os outros produtos são o DSAUC e o protocolo para implementação do demonstrativo.

O DSAUC passou por avaliação técnica especializada para validar como instrumento adequado para medir a riqueza ambiental e social. Os validadores confirmaram a hipótese levantada na pesquisa, pois 85,7% entenderam ser importante haver um instrumento específico para demonstrar as questões ambientais e sociais, bem como o demonstrativo provou ser de fácil identificação das riquezas em UC, correspondendo também a 85,7% dos entrevistados. Dos respondentes, 71,4% concordaram que o DSAUC pode ser um instrumento para medir a riqueza ambiental e social em UC. Possivelmente, a falta de habilidade de alguns entrevistados com a leitura de instrumentos gerenciais pode ser causadora da impossibilidade ou insegurança em validar o DSAUC.

Mesmo não sendo foco desta pesquisa, percebeu-se que o instrumento pode servir de estímulo para aumentar o número de visitantes em unidades de conservação, pois, ao final do questionário foi perguntado aos entrevistados se a partir do DSAUC tiveram interesse em conhecer ou retornar ao Parque Ambiental Antônio Danúbio e ao Museu Parque do Seringal, sendo que 100% confirmaram ter interesse.

Para próximos estudos sugere-se realizar análise comparativa com outras UC; ampliar a população validadora do DSAUC, especialmente pessoas que não tem relação com área contábil; aplicar em outras UC o protocolo proposto na pesquisa; implementar o DSAUC em outras unidades; retornar às duas unidades pesquisadas em outro período para verificar se houve continuidade na aplicação do protocolo e se o demonstrativo alterou a realidade local.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiências brasileiros. In: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (Org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2018. p. 23-57.
- ALMEIDA, A. F. **Ananindeua e a sua identidade cultural**. 2006. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Turismo) – Faculdade de Turismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- ANDREONI, M.; DARLINGTON, S. As 2nd Brazil's dam threatens to collapse, death toll rises to 58. **The New York Times**, Nova Iorque, ano 168, 27 jan. de 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/01/27/world/americas/brazil-dam-brumadinho.html>. Acesso em: 28 jan. 2019.
- ARAÚJO, M. N. F. de; SIMONIAN, L. T. L. Governança ambiental e turismo no Parque Nacional da Amazônia. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 229-249, mai/jul 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6503/4149> Acesso em: 14 out. 2019.
- ARAÚJO, L. **Curtume do Maguary**, s.d. Fotografia. Disponível em: <http://luciaaraujoama.blogspot.com/p/fotos-curtume-maguary.html>. Acesso em: 26/11/2019.
- ASFLOA. Instituto Amigos da Floresta Amazônica. **Quem somos**. Disponível em: <http://asflora.org/asflora/quem-somos/> Acesso em 26 jul. 2019.
- BASTOS, R. Z. Et al. Realidade e desafios da institucionalização de unidades de conservação municipais do estado do Pará, Brasil. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 2, n. 4, p. 206 - 220, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/view/53> Acesso em: 02 jan. 2020.
- BERNIER, P.; PASTOR, P. B.; CUENTAS, D. C. **Manual de vigilancia como mecanismo de participación ciudadana**. Lima-Peru: Asociación Civil Transparencia. S.d.
- BLOG PARQUE AMBIENTAL. **Parque Ambiental de Ananindeua**, 2015. Fotografia. Disponível em: <http://parqueambientaldeananindeuadanubio.blogspot.com/>. Acesso em: 03 jan. 2019.
- BLOG AQUI PERTINHO. **Museu Parque do Seringal**, 2013. Fotografia. Disponível em: <https://aquipertinhoblog.wordpress.com/2013/10/01/museu-parque-seringal/>. Acesso em: 18 mai. 2019.
- BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Coleção Pensamento crítico, Vol. 63. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988, nº 191-A, seção I, p 1-32. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 05 jun. 2018.

_____. Controladoria Geral da União. **Guia de Transparência Ativa (GTA) para os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal**. 6ª versão, 2017. Disponível em: <http://www.acessoinformacao.gov.br/lai-para-sic/guias-e-orientacoes/gta-6a-versao-2019.pdf>. Acesso em 03 out. 2019.

_____. Decreto Federal nº 9.203, 22 nov. 2017. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 nov. 2017, n 224, seção I, p. 3-4. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9203.htm. Acesso em 05 ago. 2018.

_____. Lei Ordinária nº 4.320, de 17 mai. 1964. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Secretaria de Orçamento Federal, Brasília, DF, 23 mar. 1964, seção I, p. 1-5. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. Lei Ordinária nº 12.527, de 18 nov. 2011. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, nº 221, 18 nov. 2011, seção I [Edição extra], p. 1- 5. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 18 mar. 2019.

_____. Instrução normativa nº 001, de 10 mai. 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Controladoria-Geral da União, Brasília, DF, n. 89, seção I, p. 14. Disponível em: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/1057-in-1-de-2016?highlight=WyJvcmdhbml6YVx1MDBGIN1x1MDBGIM28iLCJkZSIsInByb2Nlc3NvcyIsIm9yZ2FuaXphXHUwMGU3XHUwMGUzbyBkZSIsImRlIHByb2Nlc3NvcyJd> Acesso em: 08 jan. 2019.

_____. **Administração pública: normas e regulamentos**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 285 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/154487/000154487.pdf?sequence=7> Acesso: 28 out. 2019.

_____. **Sistema nacional de unidades de conservação (SNUC)**: texto da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República ao PL aprovado pelo Congresso Nacional. 2ª Edição ampliada. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004. 76 p.

_____. **Referencial básico de governança aplicável a órgãos e entidades da administração pública**. Tribunal de Contas da União, versão 2, Brasília: TCU, Secretaria de Planejamentos, Governança e Gestão, 2014. 80 p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Edição do Kindle. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRUM, M. C. De la evaluación a la reformulación de políticas públicas. **Política y Cultura**, Cidade do México, otoño 2013. n° 40, p.123-149.

CAMPOS, C. E. S.; OLIVEIRA, L. S.; MONTE, E. D. **A construção do lazer e a defesa do meio ambiente no museu parque seringal**. 2017. Disponível em: <https://bibc3.files.wordpress.com/2016/03/campos-carlos-eduardo-da-s-oliveira-leonardo-souza-de-a-construc3a7c3a3o-do-lazer-e-a-defesa-do-meio-ambiente-no-museu-parque-seringal-2017.pdf> Acesso em: 25 fev. 2019.

CARBONELL, N. G.; ALCAZAR, F. M.; GARDEY, G. S. **Dirección estratégica de recurso humanos: fundamentos y perspectivas teóricas**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2017. p. 207.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Tradução: Joana Angélica d'Avila Melo. Rio de Janeiro: Zahar. 2018. 152 p.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CKAGNAZAROFF, I. B. et al. A governança em planejamento e desenvolvimento local: uma análise teórica. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa-MG, Jul/Dez. 2008. v. 8, n. 2, p.171-191. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol8/artigo2vol8-2.pdf> Acesso: 10 dez. 2018

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Normas brasileiras de Contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público**. NBC T 16.1 a 16.11. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf. Acesso em 01 dez. 2018.

_____. **Pronunciamento conceitual básico (R1): estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2011. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf . Acesso em 01 dez. 2018.

_____. **Normas brasileiras de Contabilidade: informações de natureza social e ambiental**. NBCT 15. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2004. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf . Acesso em 01 dez. 2018.

CORRALO, G. Planejamento, desenvolvimento governança: desafios do poder municipal. **Revista Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 6, n. 11, p. 79-93, Jan./Jun, 2015.

CORREA, S. R. M. Neodesenvolvimentismo e conflitos sociais: o caso da Hidrelétrica de

Belo Monte. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 19. n. 3.p. 233-254, set-dez 2016.

COSTA, B. L. D.; OLIVEIRA, C.; TEIXEIRA, M. A. Participação, eficiência e *accountability* no Brasil: desafios administrativos, políticos e institucionais. **Cad. EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, Jul./Set. 2016. v. 14, n. 3, artigo 1, p. 672-675. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n3/1679-3951-cebape-14-03-00672.pdf> Acesso em: 01 dez. 2018.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Tradução Sandra Mallmann da Rosa. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUNHA, M. O.; BASTOS, R. Z. Gestão ambiental compartilhada na Amazônia: arranjos de implementação do licenciamento ambiental municipal no Pará, Amazonas, Maranhão e Tocantins. COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE – CODS: Gestão organizacional e desenvolvimento: do global ao local, 8., 2017, Belém-PA. **Anais[...]**. Belém: UNAMA, 2017.

DALMORO, M.; VIEIRA, K. M. Dilemas na construção de escalas tipo likert: o número de Itens e a Disposição Influenciam nos Resultados? **Revista Gestão Organizacional** (UFPE) – Edição Especial. Recife, v. 6, p. 161, 2013

DATASUS. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. **Produto interno bruto per capita**. 2015. Disponível em: tab.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/pibmunbpa.def Acesso em: 18 mar. 2019.

DIAS, G. H.; SILVA, M. R. F. Desenvolvimento sustentável: uma abordagem sobre as linhas do pensamento teórico. In: SILVA, M. R. F. et. al. (Org.). **Gestão ambiental: caminhos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Ed. Livraria da Física, cap. 16. p. 307-320, 2013.

ELIAS, L. M. S. de L. et al. Análise das estruturas e conteúdos das demonstrações contábeis, consolidadas pela União, adaptadas aos padrões internacionais: estudo comparativo. **Revista Ciências Sociais Aplicadas**, Cascavel, v. 13, n. 25, p. 65 a 86, 2º sem. 2013.

ENRÍQUEZ, M. A. **Da ilusão do crescimento a emergência do desenvolvimento sustentável**. XXXIII Curso de especialização de agente de inovação e difusão tecnológica. ABIPTI - Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica. Brasília, 2007. 147 p.

FACEBOOK. **Parque Ambiental Antônio Danúbio, 2018 e 2019**. 1 Fotografia. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Parque-Ambiental-de-Ananindeua-Ant%C3%B4nio-Dan%C3%BAbio/208707245897283> Acesso em: 01 nov. 2019.

_____. **Museu Parque do Seringal, 2018 e 2019**. Fotografia. Disponível em: <https://www.facebook.com/museuparqueseringal/> Acesso em: 01 nov. 2019.

FAORO, R. **Assembleia constituinte: a legitimidade recuperada**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 98 p.

FILGUEIRAS, F. Burocracias do controle, controle da democracia e accountability no Brasil. In: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (Org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil**. Brasília: IPEA, 2018, cap. 14, p. 355-381.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão estratégica: cidades estratégicas e organizações locais**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SOUZA, Sérgio A.F. **Análise do discurso: procedimentos metodológicos**. Manaus, Brasil: Censur, 2014.

FREITAS, O. de J. M.; ALMEIDA, A. A. da S.; PEREIRA, R. A. G. A percepção ambiental dos moradores do entorno do Rio Ariri, Ananindeua/PA. **Revistas Margens Interdisciplinar**, Dossiê educação, cultura e desenvolvimento regional. Abaetetuba-PA: v. 8, n. 10, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/viewFile/2702/2830>. Acesso em 18 ago. 2018.

FURTADO, A. **Seringais de Ananindeua: laços extemporâneos de uma identidade**. 2014. Disponível em: <http://adrielsonfurtado.blogspot.com/2014/09/seringais-de-ananindeua-lacos.html>. Acesso em 18 ago. 2018.

_____. **Simbolismo da cidade nova**. 2013. Disponível em: <http://adrielsonfurtado.blogspot.com/2013/02/o-simbolismo-da-cidade-nova.html> Acesso em 18 ago. 2018.

_____. **Ananindeua e sua história**. 2010. Disponível em: <http://adrielsonfurtado.blogspot.com/2010/03/anandeu-lugar-de-ananin.html>. Acesso em 18 ago. 2018.

_____. **Estrada de ferro de Bragança estações**. 2011. Fotografia. Disponível em: <http://adrielsonfurtado.blogspot.com/2011/08/estrada-de-ferro-de-braganca-estacoes.html>. Acesso em 18 ago. 2018.

GARCIA, M. L.V.; GOMES, M. V. P. Meio ambiente e arena pública: governança ambiental e suas implicações para as políticas públicas. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 21, n. 69, maio/ago. 2016.

GARCÍA-CASELLA, C. L. Una propuesta acerca de la aceptación de las teorías contables. **Sección de investigaciones Contables** – UBA, Buenos Aires, p. 84-107, 2011. Disponível em: bibliotecadigital.econ.uba.ar/download/cya/cya_v18_n36_03.pdf. Acesso em: 05 nov. 2019.

GARCÍA-MONTAÑO, C. A., RODRÍGUEZ-GARCÍA, D. M., RUIZ-TORRES. J. C. La

heterogeneización de magnitudes en la teoría tridimensional de la contabilidad. **Revista Libre Empresa**, Santiago de Cali-Colombia, p.161-176, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18041/libemp.2016.v13n1.25107>. Acesso em: 03 nov. 2019.

GIL, A. C. **Teoria geral da Administração: dos clássicos à pós-modernidade**. São Paulo: Atlas, 2016.

GONÇALVES, A. O conceito de governança. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO - CONPEDI, 15., Manaus, 2006. **Anais[...]** Manaus: COMPEDEI, 2006.

GUERRA, J. H. L. Proposta de um protocolo para o estudo de caso em pesquisas qualitativas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. Maturidade e desafios da engenharia de produção: competitividade das empresas, condições de trabalho, meio ambiente, 30., São Carlos, SP, Brasil, 2010. **Anais[...]** São Carlos: ABEPRO, 2010. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2010_tn_sto_133_848_14839.pdf. Acesso em 15 fev. 2019.

HENRICH, J. A.; MEZA, M. L. F. G de. Governança multinível para o desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), Curitiba, p. 124-138, jan./abr. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades brasileiras**: Ananindeua-PA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/ananindeua/panorama>. Acesso em 05 fev. 2019.

_____. **Perfil dos municípios brasileiros**: 2017. *In*: Coordenação de população e indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. p.106.

INSTITUTO CHICO MENDES DE BIODIVERSIDADE (ICMBIO). **Parque Nacional de Itatiaia**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/>. Acesso em: 18 mar. 2019.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO PARÁ (IDESP). **Mapa do município de Ananindeua**. Belém, 2014.

IGARASHI, D. C. C. et al. Análise do alinhamento entre o Balanço Social e o relatório de sustentabilidade dos três maiores bancos em atividade no Brasil. **Contexto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras**, Porto Alegre, v. 10, n. 18, p. 34-48, 2º semestre, 2010.

JACOBI, P. R.; SULAIMAN, S. N. Governança ambiental urbana em face das mudanças climáticas. **Revista USP**. São Paulo, n 109. p 133-142, 2016.

JACOBI, P.R.; SINISGALLI, P.A. de A. Governança Ambiental e economia verde.

Revista Ciência & Saúde Coletiva. 2012.

KANUFRE, R. A. M.; REZENDE, D. A. Princípios da gestão orientada para resultados na esfera municipal: o caso da prefeitura de Curitiba. **Rev. Adm.** (São Paulo) v.47 n.4 São Paulo Oct./Dec. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-21072012000400010
Acesso em: 31 dez. 2019.

KOOIMAN, J. **Gobenar em Gobernanza.** *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL GOBERNANZA, DEMOCRACIA Y BIENESTAR SOCIAL. Barcelona: 2003.

LACERDA, S. M. de P.; HELAL, D. H.; CABRAL, S. de M. O governo aberto e o seu princípio: a transparência. *In*. ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: a construção da administração pública no século XXI, 4., 2017, João Pessoa-PB, . **Anais[...]**. João Pessoa: SBAP, 2017.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** Tradução: Sandra Valenzuela, revisão técnica: Paulo Vieira. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 239 p.

LEMA, T. M. **Governança ambiental no nível municipal.** Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas. Org. MOURA, A. M. M. Brasília: Ipea, cap. 6, 2016, p. 147- 174.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. **Contabilidade internacional para graduação:** textos, estudos de caso e questões de múltipla escolha. São Paulo: Atlas, 2010.

LIKERT, R. A Technique for the Measurement of Attitudes. **Archives of Psychology.** Bethel Park-Pennsylvania: v.22, n.140, p. 44-53, 1932.

LIMA, A. A. **Balço social na administração pública municipal.** Cornélio Procópio (PR): ed. do autor, 2004.

LOPES, M. S. **Os desafios e contradições do Manejo Florestal Sustentável na Amazônia.** Disponível em: <https://www.matanativa.com.br/blog/desafios-manejo-florestal-sustentavel-amazonia/>. Acesso em: 31 out. 2019.

LOUREIRO, V. R. **A pesquisa nas ciências sociais e no direito.** 1. ed. Belém: Cultura Brasil – UFPA/NAEA, 2018.

_____. **Amazônia:** história e análise de problemas (do período da borracha aos dias atuais). 3 ed. rev. e atual. Belém: Cejup, 2011. 128p.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCOVITCH, J. **A gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas.** São Paulo: EDUSP, 2011, p. 279-303.

MATHIAS, M. O que é racismo ambiental? **Revista Poli/Fiocruz.** Ano XI, n 50, Abr- mar.2017. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/poliweb50.pdf> Acesso em: 14 out. 2019.

MATOS, C.; TREZ, G. A Influência da Ordem das Questões nos Resultados de Pesquisas Surveys. **Revista de Administração Faces.** Measuring Attitudes. University of California Davis. v.11, n.1, p. 151-172, 2012. Disponível em: <http://psychology.ucdavis.edu/SommerB/sommerdemo/scaling/attitude.htm#thur> Acesso em: 26 jul. 2019.

MAZZUCATO, M. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado.** Tradução: Elvira Serapicos. 1ª Reimpressão. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2015. 314 p.

MEIJER, A. Government transparency in historical perspective: from the ancient regime to open data in the netherlands. **International Journal of Public Administration**, v. 38, jan. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273166107_Government_Transparency_in_Historical_Perspective_From_the_Ancient_Regime_to_Open_Data_in_The_Netherlands Acesso em: 09 jan. 2019.

MEJÍA-SOTO, E.; CEBALLOS, O. Medición contable de la sustentabilidad organizacional desde la Teoría Tridimensional de la Contabilidad. **Revista Científica General José María Córdova**, Bogotá-Colombia, v. 14, n. 18, p. 215-243, jul-dic 2016.

MEJÍA-SOTO, et al. Teoría tridimensional de la contabilidad T3C (versión 2.0): desarrollos, avances y temas propuestos. Universidad libre. **Revista Libre Empresa**, Cali, v. 11, n. 2, jul.- dic. 2014.

MEJÍA-SOTO, E.; MONTES-SALAZAR, C. A.; DÁVILA, G. C. Introducción a la propuesta contable de García-Casella. Cuadernos de Contabilidad. **Revista Javeriana**, Bogotá, v. 12, n. 30, p.127-164, 2011.

MEJÍA-SOTO, E.; MORA-ROA, G. M.; SALAZAR, C. A. M. Para qué la contabilidad? Un enfoque desde la teoría tridimensional. Universidad de Manizales. **Revista Asuntos Económicos y administrativos**, Colombia, n. 30, p. 251-264, primer semestre/2016.

MENDES, J. C. R. et al. Estudo de percepção ambiental em uma área verde urbana no município de Ananindeua – PA. II SIMPÓSIO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA, 2., 2013. **Anais[...]**. Belém: UEPA, 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Cadastro nacional de UC.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc.htm> Acesso em 05 jan. 2019.

_____. **A unidade de conservação e o território:** reconhecendo o contexto socioambiental e geopolítico. Série educação ambiental e comunicação em unidades de conservação. Brasília: 2015.

_____. **Painel:** unidades de conservação brasileiras. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDNmZTA5Y2ItNmFkMy00Njk2LWI4YjYtZDJlNzFkOGM5NWQ4IiwidCI6IjJmY2ZmE5LTNmOTMtNGJiMS05ODMwLTZmNDY3NTJmMDNINCIsImMiOiJF9>. Acesso em 05 jan. 2019.

MORETTI, P. A.; BUSSAB, W. O. **Estatística Básica**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MOURA, A. D. de; BEZERRA, M. do C. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. **Governança ambiental no Brasil:** instituições, atores e políticas públicas. MOURA, A.M.M. (Org.). Brasília: Ipea, cap. 3, 2016, p. 91-110.

NASCIMENTO, J. O. et al. Contabilidade aplicada ao Setor Público: uma mudança de Paradigma, a Contabilidade não mais vista exclusivamente pelo enfoque Orçamentário e Financeiro. *In:* CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 6., Florianópolis-SC., 2015. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2015. Disponível em: http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso_internacional/anais/6CCF/80_16.pdf Acesso em: 09 dez. 2018.

NEIS, D.F.; PEREIRA, M. F.; MACCARI, E.A. Processo de planejamento estratégico e estrutura organizacional, impactos, confluências e similaridades. **Brazilian Business Review**, v. 14, p. 479-492, 2016.

NOGUEIRA, E. W.; BISPO, C. J. C.; FRANCO, D. S. Potencial de utilização do eucalipto para geração de energia no município de Paragominas/PA. *In:* CONGRESSO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA PARA O MEIO AMBIENTE, 4., 2014, Bento Gonçalves-RS. **Anais [...]**. Bento Gonçalves: USC/PROAMB, 2014.

OLIVEIRA, A.; G. CARVALHO, H. A.; CORREA, D. Governança Pública e Governabilidade: Accountability e Disclosure possibilitadas pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público como Instrumento de Sustentabilidade do Estado. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 7, n. 1, art. 6, p. 91-104, jan./mar. 2013.

ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

ORTEGA-GASSET, J. **A Rebelião das Massas**. Tradução: Marylene Pinto Michael, revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes (Coleção Tópicos), 2007. 300 p.

PAIVA, C. H. A. A burocracia no Brasil: as bases da administração pública nacional em perspectiva histórica (1920-1945). **Revista História**, São Paulo, v. 28, p. 775-796, 2009.

PARÁ. Programa Municípios Verdes. **Relatório**: ficha completa de Ananindeua. Disponível em: http://www.municipiosverdes.pa.gov.br/relatorios/ficha_completa/1500800 Acesso em 10 mar. 2019.

_____. **Relatório**: ficha completa de Paragominas. Disponível: http://www.municipiosverdes.pa.gov.br/relatorios/ficha_completa/1505502. Acesso em 10 mar. 2019b.

PEREIRA, R. R. Governança no setor público: origem, teorias, modalidades e aplicações. **Revista do TCU**, Brasília, n 122, p 120-131, set-dez 2011.

PERES, U. D. Custos de transação e estrutura de governança no setor público. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 9, n. 24, p.15-30, 2007.

PETER, M. da G. A.; MACHADO, M. V. V. **Manual de Auditoria Governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PREFEITURA DE ANANINDEUA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA). **Institucional**. Disponível em: <http://www.ananindeua.pa.gov.br/sema/#page.index.view?pg=Institucional>. Acesso: 04 jun. 2019.

_____. Lei ordinária nº 2.237, 06 out. 2006. **Diário Oficial [do] Município S/N**. Ananindeua, PA: Plano Diretor do Município de Ananindeua. Disponível em: http://www.ananindeua.pa.gov.br/public/arquivos/legislacao/LEI_No._2237.pdf. Acesso em 18 ago. 2018.

_____. SEMA. Lei nº 2.177, de 07 dez. 2005. **Diário Oficial [do] Município S/N**. Ananindeua, PA: Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ananindeua. Disponível em: http://www.ananindeua.pa.gov.br/public/arquivos/legislacao/LEI_N°%3B_2177.pdf. Acesso: 07 jun. 2019

_____. Lei orgânica de Ananindeua. **Diário Oficial S/N**. Ananindeua, PA: Assembleia Constituinte, 04 abr. 1990. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-ananindeua-pa>. Acesso: 04 jun. 2019.

RAUPP, F. M.; PINHO, J. A. G de. Review of passive transparency in Brazilian city councils. **Revista de Administração**, São Paulo, July/Sept. 2016. v.51. n.3. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.rausp.2016.02.001>. Acesso em: 03 jan. 2019.

RIBCZUK, P.; NASCIMENTO, A. R. Governança, governabilidade, accountability e gestão pública: critérios de conceituação e aferição de requisitos de legitimidade. **Revista Direito Mackenzie**. v. 9, n. 2, p. 218-237, 2017.

ROVER, O. J. Obstáculos e exigências para a governança regional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 7, n. 1, p. 130-152, jan./abr. 2011.

SÁ, A. L. de. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SALKIND, N. What are the differences between a Thurstone Scale and Likert scale? Under what conditions is the one to be preferred above the other? **Exploring Research**. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2009.

SAMPAIO, M. M. M.; NASCIMENTO, D. C. B. Museu Parque Seringal e a salvaguarda do patrimônio imaterial. *In*: Seminário Brasileiro de Museologia – SEBRAMUS, 3, nov. 2017, Belém. **Anais [...]**. Belém: UFPA, 2017. Disponível em: <http://www.sebramusrepositorio.unb.br/index.php/3sebramus/3Sebramus/paper/viewFile/778/332>. Acesso em: 16 out. 2019.

SANTOS, V. M. N. dos; BACCI, D. de la C. Proposta para governança ambiental ante os dilemas socioambientais urbanos. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, jan./apr. 2017. v.31, n.89. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890017>. Acesso em: 11 mar. 2019.

SARTO, V. H. R.; ALMEIDA, L. T. De. A teoria dos custos de transação: Uma análise a partir das críticas evolucionistas. **Revista Iniciativa Econômica**, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/7301> Acesso em: 09 dez. 018.

SARTORI, S.; LATRONICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxinomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. XVII, n 1, p. 1-22, jan./mar. 2014.

SCHULTZ, G. **Introdução à gestão de organizações**. Coordenado pela SEAD/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2016. 159 p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad103.pdf>. Acesso em 06 fev. 2019.

SERAFIM, E.; QUELHAS, O.L.G.; ALLEDI, C. Histórico e Fundamentos da Governança Cooperativa: Contribuições para a Sustentabilidade das Organizações. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 6., 2010, Rio de Janeiro-Niterói. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: INOVARSE, ago. 2010.

SILVA, A. de; SOUZA, T. R. de; KLANN, R. C. Tempestividade da informação contábil em empresas familiares Brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 56, n.5, 2016.

SILVA, A. T. da. Governança global na Amazônia: o programa piloto para a proteção das florestas tropicais do Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 14, n. 2, p. 219-236, dez. 2011.

SILVA, B. G. da. **Contabilidade ambiental**: sob a ótica da contabilidade financeira.

Curitiba: Juruá, 2009. 344p.

SILVA, J. B. et al. Sustentabilidade institucional em reservas extrativistas na Amazônia brasileira. **Papers do NAEA**, Belém, n. 316, dez. 2013.

SILVA, J. N. M. **Manejo florestal**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. 2.ed. Brasília: Embrapa-SPI, 1996.
Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/15440970.pdf> Acesso 02 out. 1996.

SILVA, R. C. F. da.; SEIBERT, R. M. Governança corporativa: história e tendências. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.9, n.3, p.76-101, 2015.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. **Desenvolvimento e Meio ambiente**. Edição especial: 30 anos do legado de Chico Mendes. Curitiba, v. 48, p.118-139, nov. 2018.

_____. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGON, E. (Org.). **Populações e meio ambiente Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2007. p. 25-44.

_____. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAHWAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.). **Imagem & pesquisa na Amazônia**: ferramentas de compreensão da realidade. Belém: Alves, 2007b. p. 16-52.

SIMONIAN, L. T. L.; BAPTISTA, E. R. **Formação socioambiental da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. 803 p.

SOBREIRA, K. R.; RODRIGUES JÚNIOR, M. S. Governança no setor público segundo IFAC: levantamento do nível de aderência de uma instituição de ensino superior. **Rev. Controle**, Fortaleza, v. 15, n.1, p. 166-194, jan/jun, 2017.

SPINK, P. K.; BURGOS, F.; TEIXEIRA, M. A. Desafios da Gestão no Campo Social. **Revista GV Executivo**, São Paulo, v. 17, n. 1, jan/fev. 2018.

THIELMANN, R. A Teoria dos Custos de Transação e as Estruturas de Governança: uma Análise do Caso do Setor de Suinocultura no Vale do Rio Piranga. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. Resende-RJ, out, 2013. **Anais...** Resende: AEDB, 2013. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/991852.pdf>. Acesso em: 09 dez. 018.

TIMMERS, H. **Government Governance**: corporate governance in the public sector, why and how? Haia-Netherlands (Holanda): Ministry Of Finance, 2000. Disponível em: http://www.ecgi.org/codes/documents/public_sector.pdf. Acesso em: 6 fev. 2019.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004. 303 p.

TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento Básico: 100 Maiores Cidades do Brasil**. Disponível em <http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking-2018/tabela-final.pdf>. Acesso em 05 ago. 2018.

TRIP MONDO. **Ananindeua**, 2013. Fotografia. Disponível em: <https://www.tripmondo.com/brazil/para/anandindeua/anandindeua/moara/>. Acesso em: 26 mar. 2019.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência** [Livro eletrônico]. Tradução: Lívia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2015.

_____. The Significance of the Artifact. **Geographical Review**, Nova Iorque, Estados Unidos, v. 70, 4 ed., out. 1980, p. 462-472.

VASCONCELLOS, A. M. de A.; SOBRINHO, M. V. **Alternativas de desenvolvimento e o modelo de sustentabilidade: um estudo de caso das organizações locais dos municípios de Barcarena e Igarapé-Miri**. Belém: UNAMA/FIDESIA, 2007. 145p.

VIDAL, J. P. **La innovación em lagestión pública**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2017.

WEBER, M. **Economica e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva**, v. 1. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica Gabriel Cohn. 4. ed.. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

WILDHAGEN, R. O.; NASCIMENTO, D. C. do; TEODÓSIO, A. dos S. de S. Intenções e tensões da governança ambiental no Brasil: uma análise crítica da participação popular em conselhos municipais de meio ambiente. **Revista gestão e sustentabilidade ambiental**. v. 5, n. 2, p. 337-360, out/2016-mar/2017.

WORLD RESOURCES INSTITUTE (WRI). **Assessing forest governance: the governance of forests initiative indicator framework**. In: DAVIS, C. et al. (Org.). Washington-USA: WRI, 2013.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. Transparência orçamentária: razões do descompasso entre os estados brasileiros. **Rev. O&S**, Salvador, v. 24, n. 82, p. 390-411, jul.- set. 2017.

_____. Gestão Social, Democracia, Representação e Transparência: Evidências nos Estados Brasileiros. **Revista de Ciências da Administração**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 79-90, 2015.

ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCION, E. L. Transparência: reposicionando o debate. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, UFSC-Florianópolis, v. 12, n. 25, p. 137-158, jan./abr. 2015.

YAMAMOTO, M. M.; PACCEZ, J. D.; MALACRIDA, M. J. C. **Fundamentos da Contabilidade**: a nova contabilidade no contexto global. São Paulo: Saraiva, 2016.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução: Daniel Bueno. Revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2016. e-PUB. Edição do Kindle.

_____. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE I – Modelo básico do protocolo DSAUC

I – Introdução

(Informar os aspectos históricos e dados básicos da unidade de conservação (UC) analisada, como tamanho espacial, quantidade de funcionários, atividades realizadas, e outras informações que entender ser relevante para compreender as questões locais mais relevantes)

II - Revisão de literatura

(Destacar as produções científicas sobre a UC analisada, utilizando pelo menos duas bases de dados fechadas, como Scopus, Ebsco; e uma aberta, como o Scielo, Google Acadêmico, ResearchGate).

III – Objetivo

(Elaborar o Demonstrativo Socioambiental da UC analisada)

IV – Recursos físicos e materiais

(Identificar previamente quais serão os recursos necessários para realizar a análise dos componentes de riqueza ambiental, social e econômica)

V – Fluxograma

(Representar de forma esquemática o manejo das informações da UC)

VI – A atividades

(Descrever do que, quem e como fazer em cada situação referente a elaboração do DSAUC)

VII – Indicadores

(Caso não exista indicadores ou informações registradas oficialmente, recomenda-se a utilização da escala Likert, conforme os elementos mínimos propostos abaixo)

- Existência de estrutura de meio ambiente;

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe manejo florestal na UC			
Existem atividades de reflorestamento na UC			
As ações ambientais da UC precisam ser melhoradas			
Existem atividades de educação ambiental			
Existe reciclagem de lixo na UC			

Notas explicativas

- Recursos humanos órgãos ambientais;

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Os servidores recebem qualificação periódica			
O quantitativo é suficiente			
Os servidores são qualificados para atuar em UC			

Notas explicativas

- Existência de conselho municipal de meio ambiente;

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe conselho municipal constituído			
O conselho se reúne com regularidade			
As ações do conselho são satisfatórias			
Os membros do conselho frequentam as UC com Habitualidade			
Os membros da sociedade estão inseridos no conselho municipal			

Notas explicativas

- Recursos específicos para meio ambiente (fundo municipal de meio ambiente);

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe autonomia financeira na UC			
As UC utilizam o fundo municipal com regularidade			
A aplicação do fundo municipal de meio ambiente é para UC			

Notas explicativas

- Atende a Legislação ambiental pertinente

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
A UC atende as exigências do SNUC			
A UC é fiscalizada pelo MMA			

Notas explicativas

- Outros

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
A definir			

VIII – Notas explicativas

(Informações adicionais)

APÊNDICE II – Protocolo DSAUC: Parque Antônio Danúbio Lourenço da Silva

I – Introdução

O Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva, está localizado no Km 5 da BR-316, bairro Coqueiro, no perímetro urbano do município de Ananindeua – PA. A UC possui 3,544 hectares de área total (SNUC, S.D.), sede administrativa, quiosques de educação ambiental, anfiteatro, auditório com sala de projeção, trilhas sinalizadas, ‘bio sala’, jardim sensorial, viveiro, Casa na Árvore, complexo de educação ambiental, nascente natural dos lagos Utinga, Bolonha e Água Preta. (MMA, 2019).

Mendes et al. (2013) apresentam outros atributos do parque, que possui vários pés de anani (*Symphonia globulifera*), árvore que deu nome à cidade, bem como animais de pequeno porte, como cutia (*Dasyprocta aguti*), tatu-bola (*Tolypentis tricinctus*), jabuti (*Geochelonia carbonaria*) e um jacaré tinga (*Caiman crocodilus*). Além disso, o parque possui Conselho Gestor, conforme definido pelo Decreto nº 14.598, de 04/03/2011 e registrado no cadastro do SNUC (MMA, 2019).

Categorizado como Área de Relevante Interesse Ecológico, de uso sustentável, cujos objetivos, segundo a prefeitura de Ananindeua são, (i) manter o ecossistema natural de importância regional e local; (ii) garantir a preservação e a proteção da fauna e da flora ali existentes; (iii) promover a utilização dos componentes naturais na educação ambiental, com a finalidade de tornar a comunidade parceira na conservação do patrimônio natural do município; (iv) proporcionar à população condições de exercer atividades culturais, educativas, recreativas e de lazer em ambiente natural equilibrado (PREFEITURA DE ANANINDEUA, s.d.).

II - Revisão de literatura

Foram identificadas sete produções científicas nas bases de dados Scielo e Google Acadêmico, excluindo as repetições, que mencionando o Parque Antônio Danúbio. Os descritores utilizados foram: Ananindeua, Amazônia, Parque ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva e unidade de conservação. Sendo utilizado palavras em inglês e português. Não foi utilizado método específico para definir os descritores e palavras livres.

Na base da dados do Google Acadêmico foram identificados sete textos. Destes apenas três mencionam diretamente o Parque ambiental: Realidade e desafios da institucionalização de unidades de conservação municipais do estado do Pará, Brasil; Bio-geoindicadores aplicados ao ecoturismo em unidades de conservação localizadas em espaços urbanos; etnobotânica de plantas medicinais em mercados públicos da região metropolitana de Belém do Pará, Brasil.

Quadro 1 – Artigos publicados sobre o Parque Antônio Danúbio Lourenço da Silva

Base de dados:	Google Acadêmico		
Quantitativo total:	sete textos		
Autores	Título	Palavras-chave	Revista
BASTOS, R. Z.; FARIAS, A. L. A. de; CANTO, O. do; OEIRAS LEITE, É. V.	Realidade e desafios da institucionalização de unidades de conservação municipais do estado do Pará, Brasil	Gestão pública municipal; Unidades de conservação; estado do Pará; Brasil.	Revista GeoAmazônia, Belém, v. 02, n. 04, p. 206 - 220, jul./dez. 2014 .
FIDÉLIS, J.F.M.A.; LIMA, S.Q.; LIMA, A.M.M.; Krag, M.N.; GUERREIRO, Q.L.M.	Bio-geoindicadores aplicados ao ecoturismo em unidades de conservação localizadas em espaços urbanos.	Região Metropolitana de Belém; Ecoturismo; Proteção Ambiental I.	Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.8, n.2, mai/ago 2015 , pp.212-233.
ABREU, D. de L.	Área de relevante interesse ecológico seringal nova esperança/acre: intenções e resultados	Unidades de conservação; Gestão Ambiental; Conflitos	Monografia (Curso de Especialização) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Curso Lato Sensu em Análise Ambiental e Gestão do Território. Rio de Janeiro, 2015 . 76 p.
J. J. F. SANTOS, M. COELHO- FERREIRA, P. G. C. LIMA	Etnobotânica de plantas medicinais em mercados públicos da região metropolitana de Belém do Pará, Brasil	Amazônia, etnobotânica urbana, feiras e mercados tradicionais, medicina popular.	Biota Amazônia, Macapá, v. 8, n. 1, p. 1-9, 2018 .
BASTOS, E. B. B.	A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território: um olhar de Ananindeua, na região metropolitana de Belém, Pará	Cultura Desenvolvimento socioespacial Território Ananindeua - PA Pará - Estado Amazônia brasileira	Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2013 . Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.
PINTO, T. R. F. G.	Direitos humanos e gestão ambiental das empresas no Brasil contemporâneo	Não identificado	Rev. Fund. Esc. Super. Minist. Público Dist. Fed. Territ., Brasília, Ano 10, Volume 20, p. 179-231, jul./dez. 2002 .
BORDALO, C. A. L.	O desafio das águas numa metrópole amazônica: uma reflexão das políticas de proteção dos mananciais da região metropolitana de Belém-PA (1984 – 2004)	Recursos hídricos; Ecologia política; Bacias; hidrográficas; Manancial; Abastecimento de água ; Água doce; Gestão; Manancialdo Utinga - PA; Região Metropolitana de Belém Pará - Estado; Amazônia brasileira	Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém. 2006 . Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tropicó Umido.

Fonte: autora a partir da pesquisa no Google Acadêmico

Com relação a base dados, não foram encontradas informações sobre o Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva na base de dados Scielo.

Imagem 1 – Consulta da Scielo: Parque ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva



Fonte: Scielo

III – Objetivo

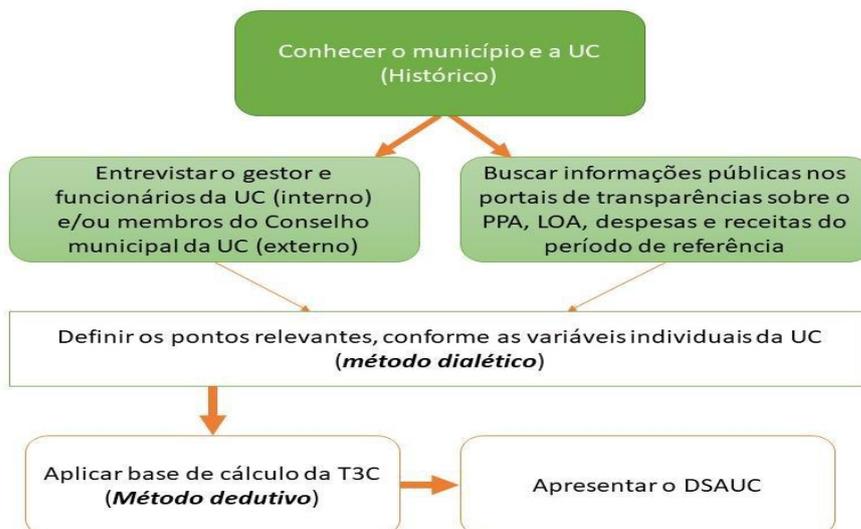
Elaborar o instrumento que evidencie a riqueza ambiental, social e econômica da unidade de conservação Parque Ambiental Antônio Danúbio.

IV – Recursos físicos e materiais

- Físico: o contador, responsável técnico pela elaboração do instrumento.
- Materiais: Informações disponibilizadas no portal da transparência da prefeitura de Ananindeua e entrevista com o gestor da UC.

V – Fluxograma

Imagem 2 – Fluxograma: Parque Ambiental Antônio Danúbio.



Fonte: elaborado pela autora.

VI – Atividades

Quadro 2 – Cronograma

Item	Atividade	Como fazer?	Período
1.	Identificar quais as ações estratégicas da prefeitura para a UC	Buscar nos portais de transparência quais as ações do Plano plurianual e da Lei Orçamentária Anual	Abril/2019
2.	Identificar as riquezas Ambientais da UC	Entrevistar o gestor da UC e/ou os membros do Conselho Municipal da UC, para compreender os elementos que demonstrem quais a riqueza ambientais da UC	Junho/2019
3.	Identificar as riquezas sociais da UC	Entrevistar o gestor da UC e/ou os membros do Conselho Municipal da UC, para compreender os elementos que demonstre quais as riquezas social da UC	Junho/2019
4.	Identificar as riquezas econômica da UC	Entrevistar o gestor da UC e/ou os membros do Conselho Municipal da UC, para compreender os elementos que demonstrem quais as riquezas econômicas da UC	Junho/2019
5.	Confrontar os gastos e ganhos ocorridos no período de referência, com o impacto ambiental e social	Elaborar Demonstrativo (DSAUC), a partir da T3C, dos efeitos sustentáveis ou não dos gastos ocorridos no período de referência.	Abril a junho/2019
6.	Confrontar as ações da UC no período de referência, com o impacto ambiental e Social	Elaborar Demonstrativo (DSAUC), a partir da T3C, dos efeitos sustentáveis ou não das ações promovidas pela UC no período de referência.	Abril a junho/2019

Fonte: elaborado pela autora

VII – Indicadores

A Unidade de Conservação não possui indicadores específicos oficiais, desta forma eram utilizados os elementos mínimos da escala Likert. Registra-se que o PPA apresenta indicadores para a Secretaria de Meio Ambiente.

- Existência de estrutura de meio ambiente;

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe manejo florestal na UC			-
Existem atividades de reflorestamento na UC	+		
Existem atividades de educação ambiental	+		
Existe reciclagem de lixo na UC		0	
As espécies nativas da fauna permanecem convivendo de maneira harmônica no espaço	+		-
As espécies nativas da flora são mantidas (desflorestamento ou desmatamento)			-

- Recursos humanos órgãos ambientais;

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Os servidores recebem qualificação periódica		(0)	
O quantitativo é suficiente			(-)
Os servidores são qualificados para atuar em UC		(0)	

- Existência de conselho gestor da UC;

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe conselho municipal constituído em Lei	(+)		
O conselho se reúne com regularidade			(-)
As ações do conselho são satisfatórias			(-)
Os membros do conselho frequentam as UC com habitualidade		(0)	
Os membros da sociedade estão inseridos no conselho municipal			-

- Recursos específicos para meio ambiente (fundo municipal de meio ambiente);

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe autonomia financeira na UC			(-)
Existe fundo municipal para a UC			(-)
A aplicação do fundo municipal de meio ambiente é para UC		(0)	

- Atende a Legislação ambiental pertinente

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
A UC atende todas as exigências do SNUC			(-)
A UC é fiscalizada pelo MMA		(-)	

VIII – Notas explicativas

O Parque Antônio Danúbio tem ações de cuidado da fauna e flora local e ações contrárias a esta proteção. Ficou claro que existem atividades de educação ambiental na UC, sendo uma das ações lúdicas a reciclagem de material descartável como garrafas pet, copos descartáveis, tampas de garrafas etc. como itens para elaboração de artesanato. No entanto, estas ações com reciclagem de lixo são limitadas, não sendo possível identificar se realizam integralmente reciclagem de lixo na UC.

O espaço não possui manejo florestas e as espécies nativas vem sendo penalizadas com a ação do tempo e mudanças no ecossistema, como o aumento do fluxo de veículos nos arredores, empobrecimento do solo, redução do manancial aquífero e outras ações indiretas do homem; com isso as árvores de grande porte da UC estão em processo de desflorestamento. Em contrapartida, a UC vem atuando no reflorestamento de espécies nativas para manutenção da estrutura verde do local. Outro ponto importante identificado é a permanência de animais no local, convivendo livremente nos espaços do parque.

Em relação ao conselho ficou evidenciado que a sua existência no Parque Antônio Danúbio é restrita aos aspectos legais de criação. Na prática, não há composição formal e/ou informal de membros, não há reuniões, ou seja, os membros da sociedade não interferem nas decisões da UC, são receptores das atividades elaborados e definidas pela

gestão. Portanto, uma das exigências do SNUC é a atuação do conselho gestor, consultivo ou deliberativo, nas decisões realizadas na UC. Com a ausência de conselho fica evidenciado o não atendimento de todas as exigências legais.

O parque tem o quantitativo de oito servidores, em regime de função comissionada, abaixo da necessidade da UC, não sendo possível identificar se todos são qualificados para atuar no parque e/ou recebem qualificação periódica. Além disso, a UC não tem autonomia financeira e administrativa, todas as suas atividades dependem da autorização e determinação da Secretaria de Meio Ambiente. Por fim, quando à aplicação dos recursos, o portal da transparência da prefeitura não é explícito quanto a utilização da fonte orçamentária “Fundo Municipal de Meio Ambiente” nas atividades da UC.

APÊNDICE III – Protocolo do DSAUC: Museu Parque do Seringal

I – Introdução

O Museu Parque Seringal está localizado no município de Ananindeua, no bairro da Cidade Nova VIII, entre as WE 34 e 36. Criado por meio da Lei Municipal nº 2.560, em 29/03/2012, com o intuito de valorizar o período do ciclo da borracha ocorrido no Pará. Campos, Oliveira e Monte (2017) descrevem que o parque é uma área de preservação ambiental, sendo o primeiro museu e o segundo parque ambiental de Ananindeua registrado pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com extensão total de 1.348 hectares e perímetro de 513 metros. Com funcionamento de terça à sexta-feira de 7h às 12h e de 15h às 19h, e aos sábados, domingos e feriados: de 7h às 19h. O espaço também é cadastrado no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAIM).

O Museu foi construído em um terreno que era ocioso, mas com relevância histórica para a região, pois, existem diversos exemplares de seringueiras, datados do segundo ciclo econômico da borracha na Amazônia, no século XIX (CAMPOS; OLIVEIRA; MONTE, 2017). No período da segunda guerra mundial, o município de Ananindeua recebeu imigração japonesa e nordestina, que iniciaram nas matas do 40 horas as primeiras plantações de seringueiras (FURTADO, 2014).

O espaço assemelha-se a uma praça, com brinquedos para crianças, academia ao ar- livre, trilhas, anfiteatro, cabine para guarda municipal, árvores, bancos ao ar livre. Sua diferenciação está nos quiosques que fazem parte do museu, no total de três, representando a casa do seringueiro, casa do aviamento e a casa do senhor da borracha. Existe também uma churrascaria, com o mesmo nome do parque. O restaurante é gerido por empresa privada, relação estabelecida por meio de contrato de cessão de uso, a título precário, com vigência 10 (dez) anos, no período de 01/03/2012 a 01/03/2022.

Campos, Oliveira e Monte (2017) informam que as atividades oferecidas no parque são de ginástica, Projeto Àguia (aulas de ginástica ritmos) de terça à sexta-feira de 7h30 às 9h; oficinas, conforme programação semestral; visitas escolares, conforme agendamentos; eventos culturais, conforme agendamentos; e o projeto Horta Seringal. A responsabilidade do Museu Parque Seringal é da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) e do conselho gestor, formado pelos representantes da SEMA e da sociedade civil, criado por meio do decreto nº 14.942, de 17/04/2012. O conselho tem a atribuição da elaboração do plano de manejo, organização e administração do museu. Não foi possível identificar informações sobre a atuação do conselho gestor.

II – Revisão de literatura

Foram identificadas três produções científicas na base de dados Google Acadêmico, com os descritores: Ananindeua, Museu Parque do Seringal e unidade de conservação. Sendo utilizadas palavras em inglês e português. Não foi utilizado método específico para definir os descritores e palavras livres.

Quadro 1 – Artigos publicados sobre o Museu Parque do Seringal

Base de dados:	Google acadêmico		
Quantitativo total:	três textos		
Autores	Título	Palavras-chave	Revista
NISHIMURA, C. N.; CAMPOS, S. P.; TAVARES, P. A.; BELTRÃO, N. E. S.	Aplicação do Método de Avaliação Contingente de uma Unidade de Conservação: Estudo de Caso do Museu Parque Seringal- PA	Método de Avaliação Contingente; Disposição a Pagar; Valoração Ambiental; Museu Parque Seringal; Ananindeua.	XII Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Ecologia: economia ecológica e institucionalidade ambiental em tempos de crise. Universidade Federal de Uberlândia, 2017.
CAMPOS, C. E. S.; OLIVEIRA, L. S.; MONTE, E. D.	A construção do lazer e a defesa do meio ambiente no museu parque seringal.	lazer, educação ambiental, Museu Parque Seringal	Não identificado.
SAMPAIO, M. M. M.; NASCIMENTO, D. C. B.	Museu Parque Seringal e a salvaguarda do patrimônio imaterial	Museu Seringal; Patrimônio Ambiental; Patrimônio Cultural Imaterial.	III Seminário Brasileiro de Museologia – SEBRAMUS. Universidade Federal do Pará, Belém: nov. 2017

Fonte: elaborado pela autora

Na base de dados Scielo não foi encontrado informações sobre o Museu Parque do Seringal.

Imagem 1 – Consulta da Scielo: Museu Parque do Seringal



Fonte: Scielo.

III – Objetivo(s)

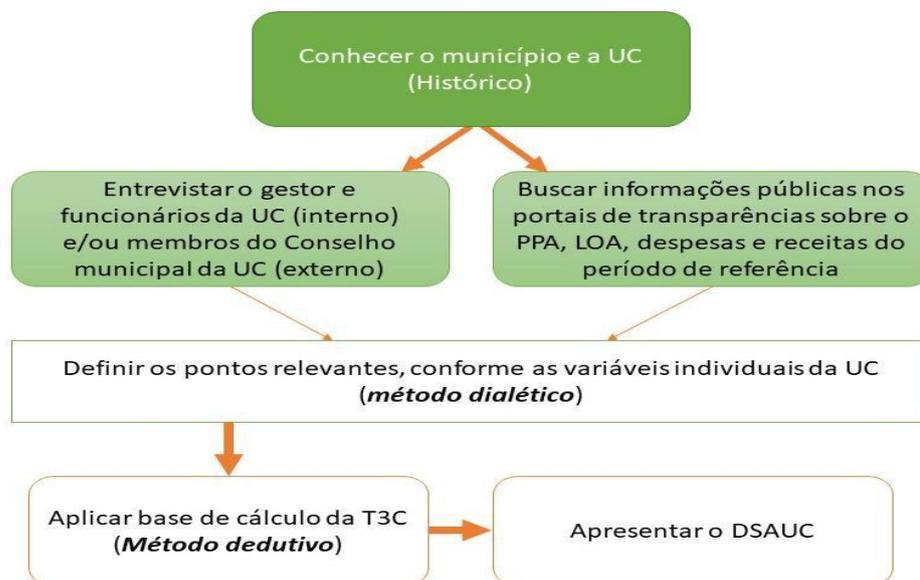
Elaborar o instrumento que evidencie a riqueza ambiental, social e econômica da unidade de conservação Museu Parque do Seringal.

IV – Recursos físicos e materiais:

- Físico: o contador, responsável técnico pela elaboração do instrumento.
- Materiais: Informações disponibilizadas no portal da transparência da prefeitura de Ananindeua e entrevista com o gestor da UC.

V – Fluxograma:

Imagem 2 – Fluxograma: Museu Parque do Seringal.



Fonte: elaborado pela autora.

VI – Atividades:

Item	Atividade	Como fazer?	Período
1.	Identificar quais as ações estratégicas da prefeitura para a UC	Buscar nos portais de transparência quais as ações do Plano plurianual e da Lei Orçamentária Anual	Julho a agosto/2019
2.	Identificar as riquezas Ambientais da UC	Entrevistar o gestor da UC e/ou os membros do Conselho Municipal da UC, para compreender os elementos que demonstrem quais as riquezas ambientais da UC	Julho/2019
3.	Identificar as riquezas sociais da UC	Entrevistar o gestor da UC e/ou os membros do Conselho Municipal da UC, para compreender os elementos que demonstrem quais as riquezas sociais da UC	Julho/2019
4.	Identificar as riquezas econômicas da UC	Entrevistar o gestor da UC e/ou os membros do Conselho Municipal da UC, para compreender os elementos que demonstrem quais as riquezas econômicas da UC	Julho/2019
5.	Confrontar os gastos e ganhos ocorridos no período de referência, com o impacto ambiental e social	Elaborar Demonstrativo (DSAUC), a partir da T3C, dos efeitos sustentáveis ou não dos gastos ocorridos no período de referência .	Julho a agosto/2019
6.	Confrontar as ações da UC no período de referência, com o impacto ambiental e social	Elaborar Demonstrativo (DSAUC), a partir da T3C, dos efeitos sustentáveis ou não das ações promovidas pela UC no período de referência.	Julho a agosto/2019

Fonte: elaborado pela autora

VII – Indicadores:

- Existência de estrutura de meio ambiente

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe manejo florestal na UC			(-)
Existem preservação das seringueiras	(+)		
As ações ambientais da UC precisam ser melhoradas			(-)
Existem atividades de educação ambiental	(+)		
Existe reciclagem de lixo na UC			(-)
Existe preservação do solo e/ou lençóis freáticos			(-)

- Recursos humanos órgãos ambientais

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Os servidores recebem qualificação periódica		(0)	
O quantitativo é suficiente			(-)
Os servidores são qualificados para atuar em UC		(0)	

- Existência de Conselho Municipal de Meio Ambiente

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe conselho municipal constituído			(-)
O conselho se reúne com regularidade			(-)
As ações do conselho são satisfatórias			(-)
Os membros do conselho frequentam as UC com habitualidade			(-)
Os membros da sociedade estão inseridos no conselho municipal			(-)

- Recursos específicos para meio ambiente (Fundo Municipal de Meio Ambiente)

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
Existe autonomia financeira na UC			(-)
A UC utiliza o fundo municipal com regularidade			(-)
A aplicação do Fundo Municipal de Meio Ambiente é para UC		(0)	
Se beneficia economicamente dos espaços destinados a atividades do setor privado dentro da UC			(-)

- Atende a Legislação ambiental pertinente

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
A UC atende as exigências do SNUC			(-)
A UC é fiscalizada pelo MMA		(-)	

- Outros – Valor Cultural

Afirmativa	SIM (+)	Impreciso (0)	NÃO (-)
A UC valoriza a cultura histórica do local	(+)		
A estrutura física dos espaços construídos está em boas condições			(-)

VIII – Notas explicativas:

A estrutura de meio ambiente do Museu Parque é formada principalmente por seringueiras de grande porte. No entanto, existem atividades de plantio de árvores típicas da Amazônia e uma horta comunitária. O espaço não apresenta, neste momento, redução

dos seus componentes arbóreos, como também não tem uma cobertura florestal densa. Em fragmento específico da UC o solo sofreu modificações na sua composição. Esta fração durante alguns anos antes da formação do parque era receptor irregular de resíduos sólidos, e durante a implantação do parque foi aterrado com material tipo piçarra, o que gerou empobrecimento do solo e perda das seringueiras daquele fragmento. Esta ação de descarte irregular permanece dentro e fora da unidade, demonstrando que as ações de reciclagem de lixo não são eficientes.

O quantitativo de pessoas que atuam no parque é de oito, entre estagiários, servidores DAS, cedidos e efetivos. Este quantitativo é abaixo do necessário, principalmente considerando o horário de atuação do parque, que abre aos finais de semana e feriados, e o dia inteiro de terça a sexta-feira. Com relação à qualificação dos servidores não foi possível identificar se todos são qualificados e se recebem qualificação periódica.

Além disso, a UC não tem autonomia financeira e administrativa. Todas as suas atividades dependem da autorização e determinação da Secretaria de Meio Ambiente. Com relação à aplicação dos recursos, o portal da transparência da prefeitura não é explícito quanto à utilização da fonte orçamentária “Fundo Municipal de Meio Ambiente” nas atividades da UC. Além disso, a UC não se beneficia economicamente dos espaços criados para usufruto do setor privado.

Uma das exigências do SNUC é a atuação do conselho gestor, consultivo ou deliberativo, nas decisões realizadas na UC. O conselho consultivo do Museu está restrito a publicação do Decreto nº 14.942/2012, que dispõe sobre a sua criação, por tanto, a ausência de conselho evidencia o não atendimento de todas as exigências do SNUC.

Um dos requisitos mais importantes da UC é o respeito e valorização da história da Amazônia, em especial do papel do município de Ananindeua no contexto. Mesmo tendo função social de grande impacto, existem problemas estruturais e, caso não tenha a devida manutenção pode, a longo prazo perder esta função.

APÊNDICE IV – Perguntas Realizadas

QUESTIONÁRIO: EX-DIRETOR GERAL DA SEMA, entrevista em 11/05/2019

1. Qual é o histórico/origem das duas Unidades de Conservação de Ananindeua? Como surgiu a necessidade de implantar as UCM em Ananindeua?
2. Na época de implantação das UCM a gestão financeira e contábil do município era descentralizada ou centralizada?
3. Qual a relação com a sociedade no momento da implementação das unidades de conservação?
4. Qual o quantitativo de servidores, quais as funções e vínculos com a prefeitura (efetivos, cedidos, temporários etc.)?
5. Existia algum instrumento, elaborado no município, para evidenciar ou demonstrar as Unidades de Conservação do Município para a sociedade?
6. As UCM recebiam recursos financeiros do governo federal?
7. As UCM recebiam recursos financeiros do governo estadual?
8. O município beneficiava do ICMS verde?
9. Quais foram os critérios de escolha para definir o cessionário do restaurante que atua no Museu Parque do Seringal? E como ocorreu a seleção?
10. A prefeitura tinha algum benefício financeiro com a cessão de uso para o restaurante que atua no Museu Parque do Seringal?
11. Você considera importante ter um demonstrativo específico para a UCM?
12. Do seu ponto de vista, o que seria importante estar evidenciado/demonstrado em um demonstrativo contábil voltado para UCM?

QUESTIONÁRIO: GESTOR DO PARQUE ANTONIO DANÚBIO E O DIRETOR DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, entrevista em 24/06/2019

1. Quais as ações voltadas para a captação de recursos?
2. Houve aquisição de bens e serviços nos exercícios de 2017 e 2018?
3. Quais os recursos com função social na UC?
4. Quais as ações da UC voltadas para a sociedade?
5. Existe parceria entre a UC com outras secretarias, nas esferas municipal, estadual e federal para visitas à UCM?
6. Qual é a atuação do conselho gestor/consultivo?
7. Quem participa do conselho gestor/consultivo?
8. De quanto em quanto tempo o conselho gestor/consultivo se reúne?

9. Quais os eventos sociais ocorreram no parque em 2017 e 2018?
10. A comunidade participa das ações da UCM?
11. Quais os recursos naturais disponíveis na UC?
12. Quais as ações da UCM relacionadas ao meio ambiente?
13. Quais eventos ambientais ocorreram no parque em 2017 e 2018?
14. O SNUC informa que não há Plano de Manejo. Existe previsão para implantar um?
15. Qual a situação arbórea do Parque? Houve redução e/ou aumento? Há replantio de árvores?
16. Há cumprimento da legislação ambiental?
17. Existem ações para reduzir a geração de resíduos?
18. O parque tem ações de redução dos riscos de acidentes ecológicos?
19. Qual o quantitativo de servidores, quais as funções e vínculos com a prefeitura (efetivos, cedidos, temporários etc.)?
20. Existem processos judiciais relacionados à UCM?
21. Você considera importante ter um demonstrativo específico para a UCM?
22. Do seu ponto de vista, o que seria importante estar evidenciado em um demonstrativo específico para a UCM?

QUESTIONÁRIO: GESTORA DO MUSEU PARQUE DO SERINGAL E SERVIDORA EFETIVA COM ATUAÇÃO NA UC, entrevista em 31/07/2019

1. Quais as ações voltadas para a captação de recursos?
2. Houve aquisição de bens e serviços nos exercícios de 2017 e 2018?
3. Quais os recursos com função social na UC?
4. Quais as ações da UC voltadas para a sociedade?
5. Existe parceria da UC com outras secretarias, nas esferas municipal, estadual e federal para visitas à UCM?
6. Qual é a atuação do conselho gestor/consultivo?
7. Quem participa do conselho gestor/consultivo?
8. De quanto em quanto tempo o conselho gestor/consultivo se reúne?
9. Quais os eventos sociais ocorreram no parque em 2017 e 2018?
10. A comunidade participa das ações da UCM?
11. Quais os recursos naturais disponíveis na UC?
12. Quais as ações da UCM relacionadas ao meio ambiente?

13. Quais eventos ambientais ocorreram no parque em 2017 e 2018?
14. O SNUC informa que não há Plano de Manejo. Existe previsão para implantar um?
15. Qual a situação arbórea do Parque? Houve redução e/ou aumento? Há replantio de árvores?
16. Há cumprimento da legislação ambiental?
17. Existem ações para reduzir a geração de resíduos?
18. O parque tem ações de redução dos riscos de acidentes ecológicos?
19. Qual o quantitativo de servidores, quais as funções e vínculos com a prefeitura (efetivos, cedidos, temporários etc.)?
20. Existem processos judiciais relacionados à UCM?
21. Você considera importante ter um demonstrativo específico para a UCM?
22. Do seu ponto de vista, o que seria importante estar evidenciado em um demonstrativo específico para a UCM?

APÊNDICE V – Questionário de Validação do DSAUC

Seção 1 de 4

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO DSAUC

Trata-se de questionário para avaliar o Demonstrativo Socioambiental para Unidades de Conservação – DSAUC, instrumento desenvolvido a partir da dissertação de FERNANDA G. F. P. DOS SANTOS, com objetivo de testar a aplicabilidade do instrumento para as unidades de conservação municipais.

Após a seção 1 Continuar para a próxima seção

Seção 2 de 4

Informações gerais sobre o DSAUC

O Demonstrativo Socioambiental para Unidades de Conservação é um instrumento de apoio a tomada de decisão para os gestores, membros de conselhos consultivos e usuários de UC. Assim, o instrumento deve ser de fácil entendimento para qualquer interessado em UC.

#QUANTO A ESTRUTURA:

O DSAUC é dividido em 3 PESOS fixos: Ambiental, Social e Econômico. Cada PESO é dividido em FATORES, que são os elementos relevantes e individuais da UC. Estes, por sua vez, são subdivididos em PROCESSOS.

#QUANTO AOS RESULTADOS

Os possíveis resultados de cada processo são: sustentável (+); neutro (0) ou insustentável (-).

Após a seção 2 Continuar para a próxima seção

Seção 3 de 4

Os Demonstrativos aplicados a duas UCs

Para facilitar a compreensão do demonstrativo será divulgado o DSAUC de duas UC: Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva e Museu Parque do Seringal. Ambas são de gestão municipal da Prefeitura de Ananindeua, mas com estruturas totalmente diferentes.

O Parque Ambiental, está localizado no Km 5 da BR-316, bairro Coqueiro, no perímetro urbano do município de Ananindeua – PA. Categorizado como Área de Relevante Interesse Ecológico, de uso sustentável, cujos objetivos, segundo a prefeitura de Ananindeua são, (i) manter o ecossistema natural de importância regional e local; (ii) garantir a preservação e a proteção da fauna e da flora existentes no local; (iii) promover a utilização dos componentes naturais na educação ambiental, com a finalidade de tornar a comunidade parceira na conservação do patrimônio natural do município; (iv) proporcionar à população condições de exercer atividades culturais, educativas, recreativas e de lazer em ambiente natural equilibrado.

O Museu Parque Seringal está localizado no bairro da Cidade Nova VIII, entre as WE 34 e 36. Criado com o intuito de recuperar um espaço abandonado e valorizar o período do ciclo da borracha ocorrido no Pará. Trata-se de uma área de preservação ambiental, sendo o primeiro museu e o segundo parque ambiental de Ananindeua registrado pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAIM), com extensão total de 1.348 hectares. O Parque oferece um conjunto de atividades educativas e de entretenimento, possibilitando aos visitantes e moradores do entorno ações para o bem-estar e saúde.

DSAUC - Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da

Demonstrativos Socioambientais para Unidade de Conservação - DSAUC			
UC: Parque Ambiental Antônio Danúbio Lourenço da Silva			
Categoria: ARJE - Área de Relevante Interesse Ecológico			
Gestão: Municipal		Criação: 11/10/2010	
Item	2019	2018	Notas explicativas
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (Peso)			
Fauna (Fator)			
Permanência das espécies nativas (Processo)	(+)	(0)	Os animais convivem livres na UC
Flora (Fator)			
Práticas de manejo florestal (Processo)	(-)	(0)	Não possuem manejo
Permanência das espécies nativas (Processo)	(-)	(0)	Desflorestamento da UC
Atividades de replantio (Processo)	(+)	(0)	A UC tem ações de reflorestamento, por meio de parcerias com o terceiro setor e ações internas, como o espaço Viveiro de mudas
Reciclagem de lixo (Fator)			
Atividades de reciclagem no local (Processo)	(0)	(0)	Existem atividades de reciclagem, mas pontualmente para práticas lúdicas, não é possível identificar se trata do total de lixo produzido na UC.
SUSTENTABILIDADE SOCIAL (Peso)			
Educação Ambiental (Fator)			
Práticas educativas (Processo)	(+)	(0)	A gestão da UC promove ações educativas com escolas públicas de Ananindeua e entorno
Atividades abertas na UC (Processos)	(+)	(0)	Existem outras atividades que envolvem a sociedade, como exercícios para idoso, treinamento tático para guarda municipal, pesquisa de espécies, outros.
Conselho Municipal (Fator)			
Reuniões (Processo)	(-)	(-)	Não há composição do conselho. Possivelmente a última reunião ocorreu em 2014
SUSTENTABILIDADE ECONOMICA (Peso)			
Manutenção da UC (Fator)			
Qualificação dos servidores (Processo)	(-)	(0)	Não ficou evidenciado gastos relacionados a treinamento da equipe de atuação na UC
Ações de melhoria da manutenção da UC (Processo)	(-)	(0)	A UC não possui autonomia financeira e administrativa, tornando o processo de manutenção do espaço dependente da Secretaria de Meio Ambiente
Resultado Tridimensional da organização	-1	-1	

DSAUC - Museu Parque do Seringal

Demonstrativos Socioambientais para Unidade de Conservação - DSAUC			
UC: Museu Parque do Seringal			
Categoria: ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico			
Gestão: Municipal		Criação: 09/04/2012	
Item	2019	2018	Notas explicativas
SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (Peso)			
Preservação da fauna (Fator)			
Preservação das seringueiras de grande porte (Processo)	(-)	(0)	Com exceção de um fragmento do parque, as seringueiras de grande porte são preservadas
Preservação do solo (Processo)	(-)	(0)	O solo sofreu modificações em um fragmento do parque antes da criação da UC e na sua construção.
Ações para reciclagem de lixo (Fator)			
Estímulo a realização de separação de resíduos sólidos (Processo)	(+)	(0)	Existem ações educativas para seleção de resíduos sólidos, mas pontuadas as atividades programadas com escolas
SUSTENTABILIDADE SOCIAL (Peso)			
Atividades para comunidade (Fator)			
Educação Ambiental (Processo)	(+)	(0)	Atividades programadas com escolas públicas e privadas do entorno
Saúde e bem-estar (Processo)	(+)	(0)	Ginástica com instrução uma técnica especializada de terça a sexta-feira
Ações de entretenimento para crianças (Processo)	(+)	(0)	Atividades programadas em datas comemorativas e período de férias
Ações de entretenimento para adultos (Processo)	(+)	(0)	Atividades programadas em datas comemorativas
Espaços disponíveis: Academia, Playground etc. (Processo)	(0)	(0)	Estrutura física para a comunidade não foi reformada neste período
Conselho Consultivo (Fator)			
Reuniões (Processo)	(-)	(-)	Não há composição do conselho.
SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA (Peso)			
Manutenção da UC (Fator)			
Qualificação dos servidores (Processo)	(-)	(0)	Não ficou evidenciado gastos relacionados a treinamento da equipe de atuação na UC
Ações de melhoria da manutenção da UC (Processo)	(-)	(0)	Não possui autonomia financeira e administrativa, tornando o processo de manutenção do espaço dependente da Secretaria de Meio Ambiente
Uso econômico dos espaços (Fator)			
Contratos de cessão com benefícios econômicos (Processo)	(-)	(-)	Só existe um contrato vigente para utilização de espaços destinados ao setor privados, mas de uso gratuito
Resultado Tridimensional da Organização	-1	-2	

Após a seção 3 Continuar para a próxima seção



Seção 4 de 4

Avaliação do DSAUC



Será utilizada a escala Likert
1 - Concordo
2 - Não concordo nem discordo
3 - Discordo

Qual a sua idade? *

- Até 20 anos
- 21 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 51 a 60 anos
- Acima de 60 anos

Qual a sua formação? *

- Ciências Sociais Aplicadas
- Ciências Humanas
- Ciências Exatas e Naturais
- Ciências Biológicas
- Outros...

Qual a sua área de atuação? *

- Setor público
- Setor privado
- Terceiro setor

Tenho familiaridade com o conceito de Unidade de Conservação *

	1	2	3	
Concordo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Discordo

Conheço as Unidades de Conservação Municipais de Ananindeua (Parque Ambiental Antônio Danúbio e Museu Parque do Seringal) *

	1	2	3	
Concordo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Discordo

Tenho familiaridade com demonstrativos contábeis (Exemplo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício etc.) *

	1	2	3	
Concordo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Discordo

Sei utilizar/interpretar demonstrativos contábeis *

	1	2	3	
Concordo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Discordo

Estou satisfeito com os demonstrativos contábeis para informar questões ambientais e sociais *

	1	2	3	
Concordo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Discordo

É necessário um demonstrativo específico para informar questões ambientais e sociais existentes em Unidades de Conservação *

	1	2	3	
Concordo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Discordo

O DSAUC é válido para medir as riquezas ambientais e sociais em Unidades de Conservação *

	1	2	3	
Concordo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Discordo

As informações são compreendidas facilmente no DSAUC *

	1	2	3	
Concordo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Discordo

A partir do DSAUC tive interesse de conhecer ou retornar na UC- Parque Ambiental Antônio Danúbio *

	1	2	3	
Concordo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Discordo

A partir do DSAUC tive interesse de conhecer ou retornar na UC- Museu Parque do Seringal *

	1	2	3	
Concordo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Discordo